



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE SANTA CATARINA

RELATO INTEGRADO

Florianópolis
2024



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO **2023** TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATO INTEGRADO

Relatório de Gestão do Exercício de 2023 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização da gestão pública como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal/1988, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa-TCU nº 84/2020, na Decisão Normativa-TCU nº 198/2022 e nas orientações do órgão de controle interno. Este documento foi elaborado conforme Portaria TRE-SC/P nº 132/2023, sob a coordenação da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições.



Tribunal Regional Eleitoral Santa Catarina

Presidente

Desembargador Alexandre d'Ivanenko

Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Juizes Efetivos

Jurista Willian Medeiros de Quadros

Juiz de Direito Jefferson Zanini

Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz

Juiz de Direito Otávio José Minatto

Jurista Ítalo Augusto Mosimann

Juizes Substitutos

Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch

Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski

Jurista Flávio Pinheiro Neto

Juiz de Direito Adilor Danieli

Juíza Federal Ana Cristina Ferro Blasi

Jurista Débora Fernanda Gadotti Farah

Juiz de Direito Rudson Marcos

Procuradoria Regional Eleitoral

Procurador Regional Eleitoral Cláudio Valentim Cristani

Procurador Regional Eleitoral Substituto Marcelo da Mota

Diretor-Geral

Gonsalo Agostini Ribeiro

Composição em Dezembro/2023.

Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE)

Diretor-Geral

Gonsalo Agostini Ribeiro

Secretário Judiciário

Maximiniano Simões Sobral

Secretário de Administração e Orçamento

Geraldo Luiz Savi Júnior

Secretária de Gestão de Pessoas

Ana Claudia Furtado Vidal

Secretário de Tecnologia da Informação

Álvaro Sampaio Corrêa Neto

Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral

Renata Beatriz de Fávère

Assessor Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

Augusto César Campos



Sumário

1 APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC	6
1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2023	8
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	14
2.1 QUEM SOMOS?	15
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
2.3 REFERENCIAL ESTRATÉGICO.....	17
2.4 COMO GERAMOS VALOR PARA A SOCIEDADE?.....	18
2.4.1 Modelo de Negócio	18
2.4.2 Cadeia de Valor.....	19
2.5 RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO.....	20
2.5.1 Relação com o ambiente externo	20
2.5.2 Relação com os destinatários de bens ou serviços	21
2.5.3 Canais de Comunicação	22
2.5.4 Campanhas Institucionais.....	23
2.6 ANÁLISE DE CENÁRIO EXTERNO: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	24
2.7 MATRIZ DE MATERIALIDADE	25
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	26
3.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
3.2 CONTEXTO, FONTES DE RISCOS E OPORTUNIDADES.....	28
3.2.1 Riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional	28
3.3 PERSPECTIVAS FUTURAS	30
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	33
4.1 POLÍTICA E SISTEMA DE GOVERNANÇA DO TRE-SC.....	34
4.2 INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA	36
4.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	38

4.4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	44
4.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	54
4.5.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	54
4.5.2 Gestão de Custos	57
4.5.3 Gestão de Pessoas	62
4.5.4 Gestão de Licitações e Contratos.....	72
4.5.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	77
4.5.6 Gestão de Tecnologia da Informação.....	81
4.5.7 Gestão Judiciária.....	86
4.5.8 Sustentabilidade ambiental	90
4.5.9 Acessibilidade e Inclusão	93
4.5.10 Inovação.....	94
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	95
5.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL E EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO	96
5.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS RELATIVOS À SITUAÇÃO FINANCEIRA	98
5.3 NOTAS EXPLICATIVAS	99
5.4 BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES	100
5.4.1 Balanço Orçamentário	100
5.4.2 Balanço Financeiro.....	100
5.4.3 Balanço Patrimonial.....	100
5.4.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).....	101
5.4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).....	101
6. ANEXOS E APÊNDICES.....	102

1

APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC



1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC



Figura 1 - Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Presidente do TRE-SC

O Relatório de Gestão – Exercício 2023 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) a seguir apresentado, tem por finalidade prestar contas à sociedade e aos órgãos de fiscalização da gestão pública, conforme o disposto no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988.

Durante o exercício de 2023 estiveram à frente da Presidência deste Tribunal o Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann de 01/01/2023 a 16/04/2023 e o Desembargador Alexandre d'Ivanenko a partir de 17/04/2023.

A Portaria TRE-SC/P nº 132/2023 estabeleceu o cronograma de elaboração deste Relatório e demais peças que compõem a Prestação de Contas Anual. O documento foi elaborado de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e na Decisão TCU nº 198/2022, e atende, também, ao disposto no art. 22, inciso XL, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE-SC nº 7.847/2011) e no art. 36, inciso XIII, do Regulamento

Interno da Estrutura Orgânica (Resolução TRE-SC nº 7.930/2015), como Relatório de Atividades da Presidência e Relatório das Atividades da Direção-Geral, respectivamente.

Nele estão registrados os principais resultados do Tribunal no ano de 2023, em cada macroprocesso finalístico e de liderança, estratégia e controle da Cadeia de Valor do TRE-SC: prestação jurisdicional em matéria eleitoral; organização e realização de processos eleitorais; gestão dos cadastros eleitorais; educação eleitoral e ações de cidadania; e governança e gestão institucional, sendo evidenciado o desempenho do TRE-SC no seu processo de geração de valor público.

Também estão demonstrados os produtos e resultados derivados do exercício das atividades finalísticas, que representam respostas efetivas e úteis para atender às demandas da sociedade no que diz respeito ao cumprimento efetivo da relevante missão desta instituição: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”.

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário definida na Resolução CNJ nº 325/2020, o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, instituído pela Portaria TRE-SC/P nº 83/2021, referendada pelo Pleno do TRE-SC, estabeleceu o novo ciclo estratégico para o período de 2021 a 2026, após processo participativo de sua formulação realizado no primeiro semestre de 2021.

Os resultados dos indicadores de desempenho do referido Plano Estratégico Institucional obtidos no exercício 2023 reafirmam o compromisso do Órgão perante a Sociedade, considerando o atingimento de metas relevantes para o cumprimento da sua missão e a continuidade dos esforços para alavancar o desempenho de forma estruturada e sistematizada nos anos vindouros, tendo em vista o aperfeiçoamento dos processos internos de trabalho e o foco na inovação.

Não obstante o cumprimento parcial da meta relativa ao desempenho da estratégia institucional do TRE-SC em 2023, revelando oportunidades de melhoria na execução da estratégia, destacam-se a significativa evolução de vários indicadores de desempenho relacionados às perspectivas “resultados para a sociedade”, “processos internos” e “aprendizado e crescimento”, evidenciando o cumprimento das ações planejadas.

Nesse contexto, a Instituição identificou e vem empreendendo esforços para a implementação de propostas de melhoria ao desempenho da estratégia institucional, tais como o aperfeiçoamento de capacitação dos gestores em competências gerencial e a

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

reavaliação de programas, projetos e demais ações institucionais com o objetivo de alavancar a melhoria do desempenho na implementação das iniciativas estratégicas.

O êxito obtido na gestão também se reflete na realização das eleições com processos inovadores de votação e apuração nos Municípios de Xavantina e Brusque e no cumprimento das Metas 2, 4 e 9 do Poder Judiciário aprovadas para a Justiça Eleitoral.

Nas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito no Município de Brusque, o TRE-SC testou e ampliou ações como a solução *QRTot* – aplicativo que lê os boletins emitidos pela urna por meio de *QRCode*; o projeto Escuta Ativa, pesquisa de satisfação com mesários e eleitores; e a realização das auditorias públicas e da própria totalização em uma escola, em ambiente externo, ampliando a transparência e a participação da sociedade no processo eleitoral.

Além disso, destaca-se a realização de outros importantes projetos no ano de 2023: a campanha institucional “Justiça Eleitoral em Movimento”, que teve por objetivo levar os serviços da Instituição para 219 cidades catarinenses que não possuem cartório eleitoral e para bairros distantes, propiciando o atendimento de mais de 18 mil eleitores, de outubro a dezembro de 2023; a “Escola da Cidadania”, que preparou para as eleições da comunidade aproximadamente 5 mil pessoas; e as eleições da comunidade, que abrangeram diversos segmentos da sociedade, a exemplo das eleições para os Conselhos Tutelares e para diversas entidades públicas e privadas, com destaque para a eleição de vereador mirim, grêmios estudantis e caciques de aldeias indígenas, demonstrando o comprometimento da Justiça Eleitoral catarinense com a Educação Cidadã.

De fato, o contexto de tensão política resultante da polarização das disputas eleitorais nos últimos anos no Brasil, tem renovado o desafio da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, e exigido a implementação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade, minimizando os efeitos dos ataques lançados à credibilidade desta Justiça especializada.

Aperfeiçoar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade é iniciativa estratégica deste Tribunal que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos e para o cumprimento da sua relevante Missão institucional. Nesse sentido, o Projeto das Eleições Municipais de 2024, já iniciado com a avaliação das últimas eleições em evento realizado com todos os chefes de cartórios eleitorais, e em fase de consolidação de sua versão

inicial, irá incorporar a atualização de normas, de acordo com o calendário eleitoral aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e as propostas de melhoria no processo eleitoral, principalmente com foco na inovação.

Registra-se que as demonstrações contábeis do Tribunal e o certificado de auditoria, bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 estão disponíveis no sítio oficial deste Tribunal na internet, na seção Transparência e prestação de contas.

Por fim, asseguro a integridade do presente relatório e DECLARO que a sua elaboração e apresentação está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa -TCU nº 198/2022 com observância dos princípios: foco estratégico e no cidadão; conectividade da informação; relações com as partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade, coerência, clareza, tempestividade e transparência.

Florianópolis (SC), março de 2024.

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Presidente do TRE-SC

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2023

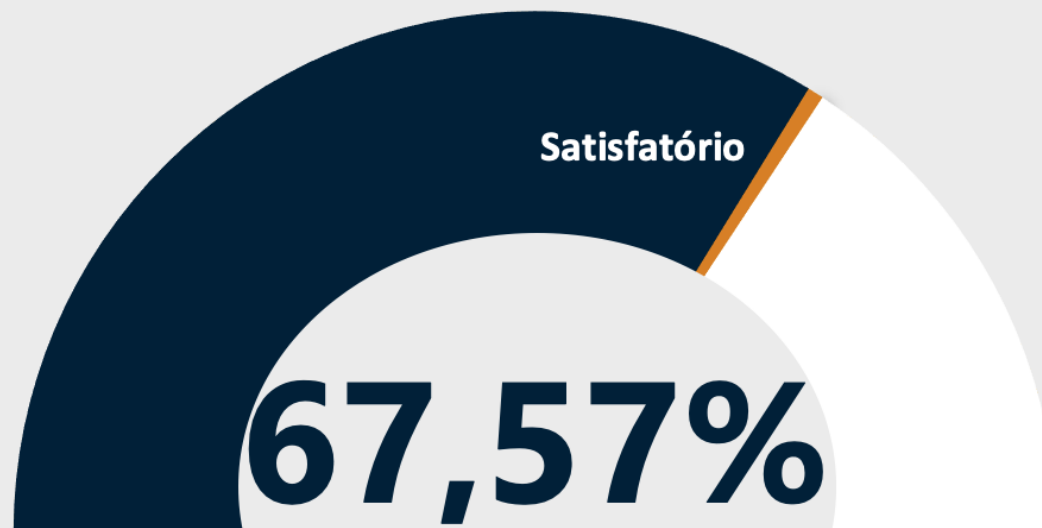


Figura 2 - Resultado do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC – 2023

No exercício 2023 foram medidos 37 indicadores de desempenho estratégicos, 25 alcançaram ou superaram as metas fixadas, 12 não alcançaram as metas e o resumo da análise do desempenho obtido no exercício encontra-se no item 4.4 - Resultados e Desempenho da Gestão deste relatório.

As análises e justificativas detalhadas de cada indicador de desempenho integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) – Exercício 2023.

Resultados medidos conforme indicadores de desempenho selecionados para acompanhar a evolução do ciclo estratégico 2021-2026. O Plano Estratégico Institucional foi instituído pela Portaria TRE-SC/P nº 83/2021.

As informações sobre os indicadores de desempenho do Plano Estratégico Institucional e respectivas metas estabelecidas para o exercício 2023 integram a Portaria TRE-SC/DG nº 294/2023.

A seguir são apresentados os principais resultados alcançados pela Instituição no exercício 2023 relacionados a cada um dos cinco macroprocessos de 1º nível da Cadeia de Valor do TRE-SC.

Saiba mais:

Resultados institucionais (aba relatórios): <https://www.tre-sc.ius.br/institucional/resultados-institucionais>

Valor Público (aba Valor Público): <https://www.tre-sc.ius.br/institucional/gestao-estrategica>

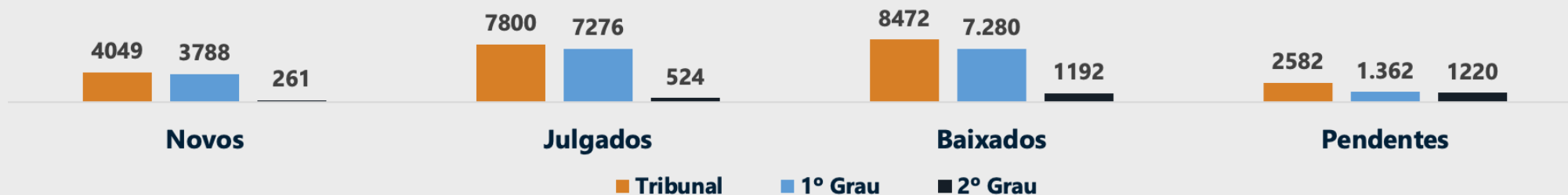
1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL EM MATÉRIA ELEITORAL

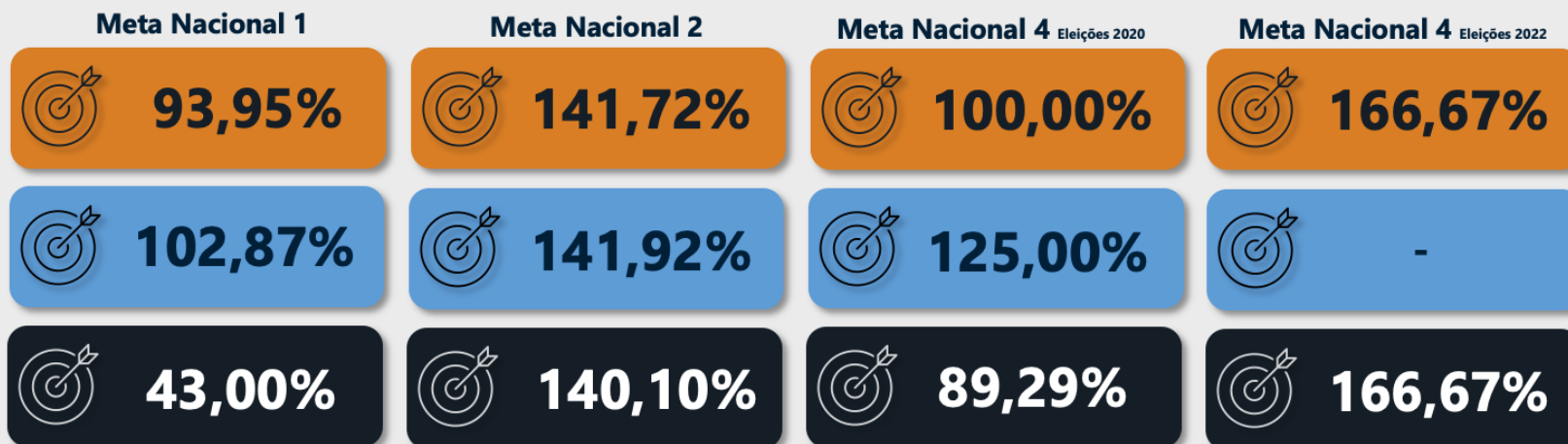


VALOR PÚBLICO: LEGITIMIDADE E LISURA DOS PROCESSOS ELEITORAIS

PROCESSOS



METAS DO PODER JUDICIÁRIO APROVADAS PARA JUSTIÇA ELEITORAL ²



Fonte: ¹DATAJUD – Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, dados até 31/12/2023, consultados em 20 de fevereiro de 2024; ²Sistema Atena, dados consultados em 23 de fevereiro de 2024.

Figura 3 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Prestação Jurisdiccional em Matéria Eleitoral

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PROCESSOS ELEITORAIS (eleições, plebiscitos e referendos)



VALOR PÚBLICO: GARANTIA DA SOBERANIA POPULAR, DO SUFRÁGIO UNIVERSAL E DO VOTO DIRETO E SECRETO, COM VALOR IGUAL PARA TODOS, PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito – Município Xavantina (61ª Zona Eleitoral – Seara) em 07/05/2023 ¹

Eleitorado da eleição	Comparecimento	Abstenção	Locais de votação	Seções eleitorais	Atividades realizadas
3.491	2.690 (77,05%)	801 (22,95%)	11	15	~165

Nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito – Município Brusque – (5ª e 86ª Zonas Eleitorais – Brusque) em 03/09/2023 ¹

Eleitorado da eleição	Comparecimento	Abstenção	Locais de votação	Seções eleitorais	Atividades realizadas
95.403	70.408 (73,80%)	24.995 (26,20%)	49	268 (5 agregadas)	~165

Planejamento das Eleições 2024 ²



- ✓ Relatório de avaliação das Eleições 2022
- ✓ Realização do Evento “Encontro dos Chefes de Cartórios 2023” para avaliar e sugerir melhorias ao processo eleitoral
- ✓ Sugestões de Melhoria: Auditoria e Verificação da Votação Eletrônica
- ✓ Sugestões de melhoria: Comunicação da Justiça Eleitoral em Santa Catarina com a Sociedade
- ✓ Sugestões de melhoria: Força de Trabalho, Segurança das Equipes e das Instalações
- ✓ Sugestões de melhoria: Ocorrências nas Seções Eleitorais
- ✓ Sugestões de melhoria: Mesários
- ✓ Sugestões de melhoria: Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado (TAVIS)
- ✓ Proposta Orçamentária para as Eleições 2024
- ✓ Desenvolvimento e aprovação do Termo de Abertura do Projeto Eleições 2024



Fontes: ¹ TSE – Página Estatísticas Eleitorais, TRE-SC – Página das Eleições e TRE-SC - Projeto no sistema de acompanhamento *Primavera Progress Reporter*; ² TRE-SC – Processo Administrativo Eletrônico n. 30.249/2023.

Figura 4 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Organização e Realização de Processos Eleitorais

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: GESTÃO DOS CADASTROS ELEITORAIS



VALOR PÚBLICO: CADASTROS ÍNTEGROS, CONFIÁVEIS E SEGUROS PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Informações gerais de Santa Catarina ¹

População	Área territorial	Municípios
7.610.361 pessoas	95.730,690 km ²	295

Informações eleitorais de Santa Catarina ²

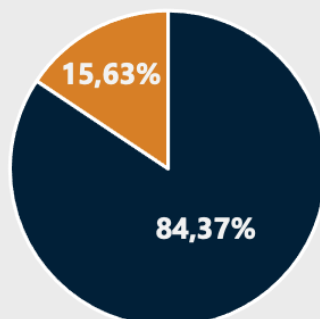
Zonas Eleitorais	Eleitorado Apto
100	5.504.424

Cadastro partidário ³

Partidos Políticos	Federações Partidárias
29	3

Cadastro do eleitorado ²

Eleitorado com biometria	Eleitorado sem biometria
4.643.998 (84,37%)	860.426 (15,63%)

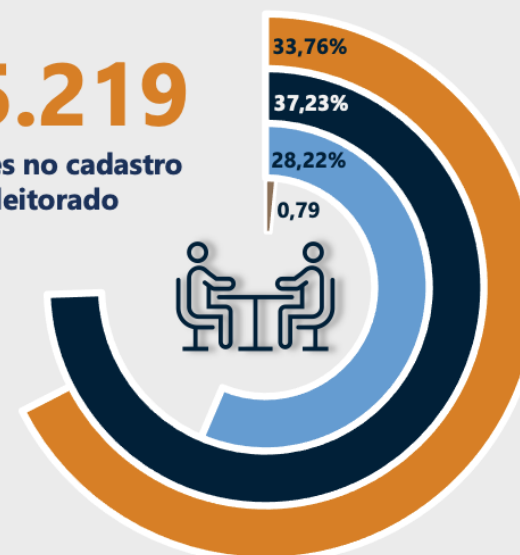


Número de operações no cadastro do eleitorado ⁴

80.132 Transferência	72.653 Alistamento	60.737 Revisão	1.697 Segunda via
--------------------------------	------------------------------	--------------------------	-----------------------------

215.219

Operações no cadastro do eleitorado



Fonte: ¹ IBGE, 2022; ² TSE – Estatísticas do eleitorado, 2023; ³ TSE – Partidos, 2023; ⁴ TSE – Eleitorado mensal, 2023.

Figura 5 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Gestão dos Cadastros Eleitorais

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

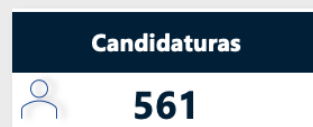
MACROPROCESSO FINALÍSTICO: EDUCAÇÃO ELEITORAL E AÇÕES DE CIDADANIA



VALOR PÚBLICO: MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL E CIDADANIA FORTALECIDA

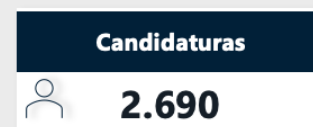
Eleições na comunidade ¹

✓ Associação dos Magistrados Catarinense, Secretaria de Administração Prisional, Reitor, Vice-Reitor, Vereador mirim, Prefeito mirim, Cacique, Grêmio Estudantil



 **4.899**
pessoas preparadas para
as eleições na comunidade
Escola de Cidadania

✓ Eleições Estaduais dos Conselhos Tutelares (CTs) de Santa Catarina



Educação e Cidadania ²



- ✓ Acessibilidade – 2023
- ✓ Análise de Prestação de Contas de Campanha - 2023
- ✓ Atendimento ao eleitor: novos colaboradores - 2023
- ✓ Excelência no atendimento ao cidadão - 2023
- ✓ Lei Geral de Proteção de Dados – Módulo I - 2023
- ✓ Linguagem Cidadã – 2023
- ✓ Normas de Prestação de Contas de Campanha - 2023
- ✓ Tutoriais na Internet - 2023

 **11**
ações desenvolvidas
**Programa Permanente de
Enfrentamento à Desinformação**

Campanhas institucionais ³



De outubro a dezembro de 2023, o projeto desenvolvido pela Justiça Eleitoral catarinense com o objetivo de aproximar a população dos serviços eleitorais realizou mais de 18 mil atendimentos em comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial.

Fonte: ¹ Secretaria de Tecnologia da Informação. ² Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina. ³ Sítio do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Figura 6 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Educação Eleitoral e Ações de Cidadania

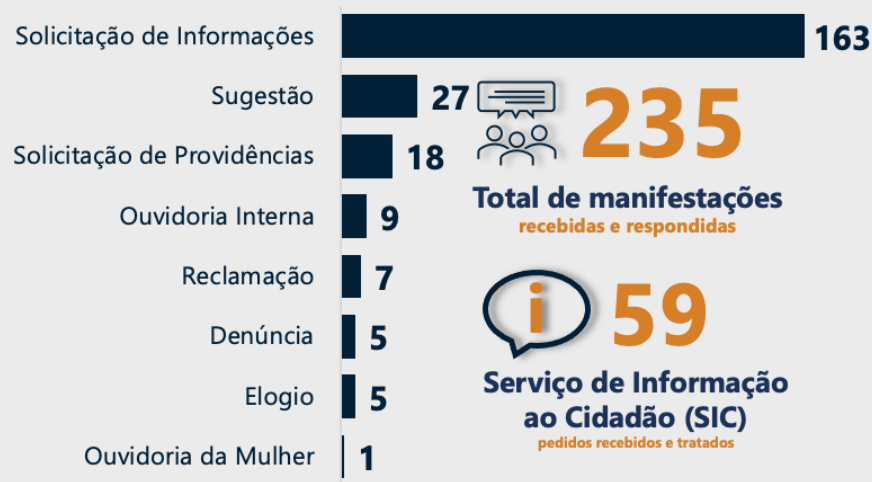
1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

MACROPROCESSO LIDERANÇA, ESTRATÉGIA E CONTROLE: GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL



VALOR PÚBLICO: INSTITUIÇÃO TRANSPARENTE, ÍNTEGRA, ÉTICA, SEGURA, ACESSÍVEL, INCLUSIVA, SUSTENTÁVEL E EFICIENTE

Manifestações na Ouvidoria ¹



 **88,77%**
Índice de transparência

 **68,00%**
Índice de acessibilidade
e inclusão

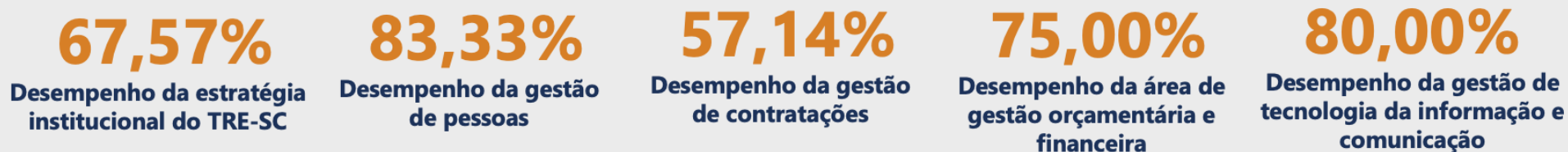
 **65,85%**
Índice de promoção da
cultura da ética e da
integridade

 **78,80%**
Índice de desempenho da
sustentabilidade (IDS) ³

 **78,00%**
Índice de maturidade em
gestão de riscos

 **39,00%**
Índice de inovação
institucional ⁴

Principais indicadores de Governança e de gestão institucional ²



Fonte: ¹Sítio do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina ; ²Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional – Exercício 2023. ³ Resultado divulgado no 7º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário em 2023, referente ano-base 2022. ⁴ Novo indicador desenvolvido pelo TRE-SC e disponibilizado na plataforma da Rede de Inovação do Poder Judiciário – RenovaJud.

Figura 7 - Resultados macroprocesso de Liderança, Estratégia e Controle: Governança e Gestão Institucional

2

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 QUEM SOMOS?



Figura 8 - Edifício sede do TRE-SC

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) é Órgão do Poder Judiciário (art. 92, inciso V) e da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal), ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Santa Catarina e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

As competências do TRE-SC estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 20 e 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-SC nº 7.847, de 12 de dezembro de 2011). Com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina, o edifício sede do TRE-SC está localizado na rua Esteves Júnior nº 68, Centro, Florianópolis, SC – CEP 88.015-130.

Em matéria eleitoral, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral); a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); a Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos); a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 13.831/2019 e a Lei nº 13.877/2019. Em matéria administrativa, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: a Res. TRE-SC nº 7.847/2011 (Regimento Interno), a Res. TRE-SC nº 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica), a Res. CNJ nº 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021/2026), e o Plano Estratégico Institucional (ciclo 2021-2026).

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao>



Figura 9 - Plenário do TRE-SC

As decisões do TRE-SC são tomadas pelo Plenário da Corte, composto mediante eleição por voto secreto de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Os juízes substitutos são escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria.

Junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina atua o Ministério Público Eleitoral, como fiscal da lei.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/composicao-do-pleno>

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma apresentado a seguir corresponde à estrutura orgânica simplificada do TRE-SC em 2023. A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina abrange o conjunto de unidades que desempenham atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da missão institucional. As competências de cada uma das unidades estão dispostas na resolução que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica deste Tribunal. Após estudos participativos realizados ao longo de todo o ano, em dezembro de 2023 o TRE-SC aprovou alteração na estrutura orgânica, que será regulamentada e implementada a partir de fevereiro de 2024.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/estrutura-organizacional>

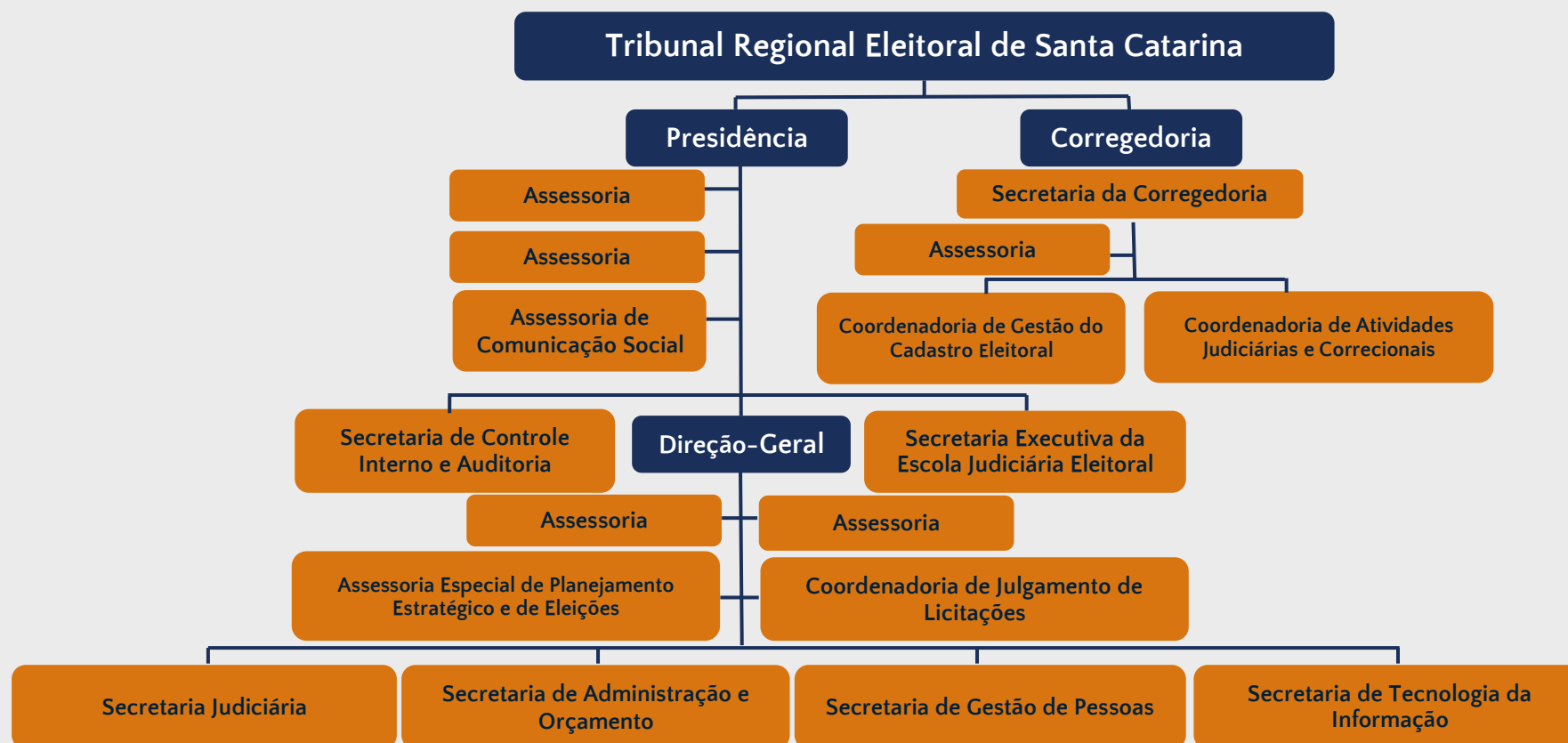


Figura 10 - Estrutura orgânica simplificada do TRE-SC vigente em 2023

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.3 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Tabela 1 - Referencial Estratégico - Ciclo 2021-2026

Missão: a razão de nossa existência	Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.
Visão: o futuro que desejamos	Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.
Valores: virtudes que preservamos e promovemos	Transparência: diz respeito a permitir que a sociedade obtenha informações atualizadas sobre operações, estruturas, processos decisórios, resultados e desempenho. Consiste em disponibilizar, inclusive na forma de dados abertos, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, em uma linguagem cidadã. Ética: atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade. Imparcialidade: diz respeito à isenção na realização da justiça, garantindo o exercício dos direitos e deveres dos jurisdicionados. Respeito: reconhecimento e aceitação das diferenças entre as pessoas. Comprometimento: atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades. Inovação: estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas. Coerência: alinhamento entre discurso e prática. Cooperação: compartilhamento de experiências, conhecimentos e estímulo à colaboração participativa. Integridade: diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns, para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/gestao-estrategica>

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.4 COMO GERAMOS VALOR PARA A SOCIEDADE?

2.4.1 Modelo de Negócio

O modelo de negócio do TRE-SC, representado na figura a seguir, é o sistema de transformação dos recursos e das pessoas (pessoal, informação, conhecimento e inovação; tecnologia e segurança da informação; infraestrutura, bens e serviços de apoio; orçamento, finanças e contabilidade; e comunicação e relacionamento institucional) que, aplicados aos processos de trabalho, contribuem para o cumprimento da missão institucional, gerando valor público esperado pela Sociedade.

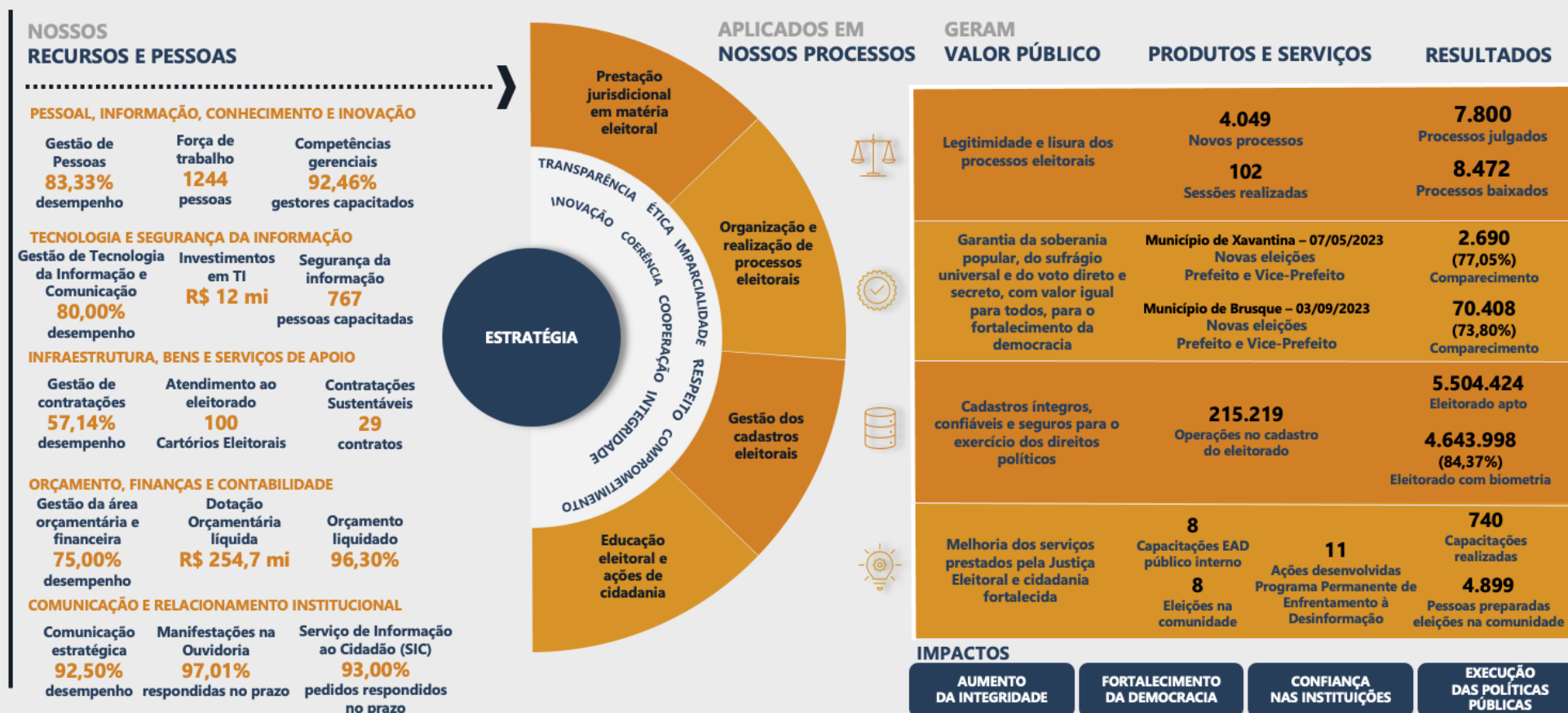


Figura 11 - Modelo de Negócio do TRE-SC

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.4.2 Cadeia de Valor

A atual Cadeia de Valor foi atualizada e aprovada em 2022 e é composta por 2 grupos de macroprocessos: Finalísticos e de Liderança, Estratégia e Controle. A figura a seguir apresenta os agrupamentos de processos de trabalho de 2º nível da Cadeia de Valor do TRE-SC, sinalizando o valor público gerado para a sociedade.

Em 2023 o TRE-SC participou de um grupo de trabalho composto por mais 22 regionais para elaboração da Cadeia de Valor e Modelo de Negócio que serão referências para os Tribunais Regionais Eleitorais.

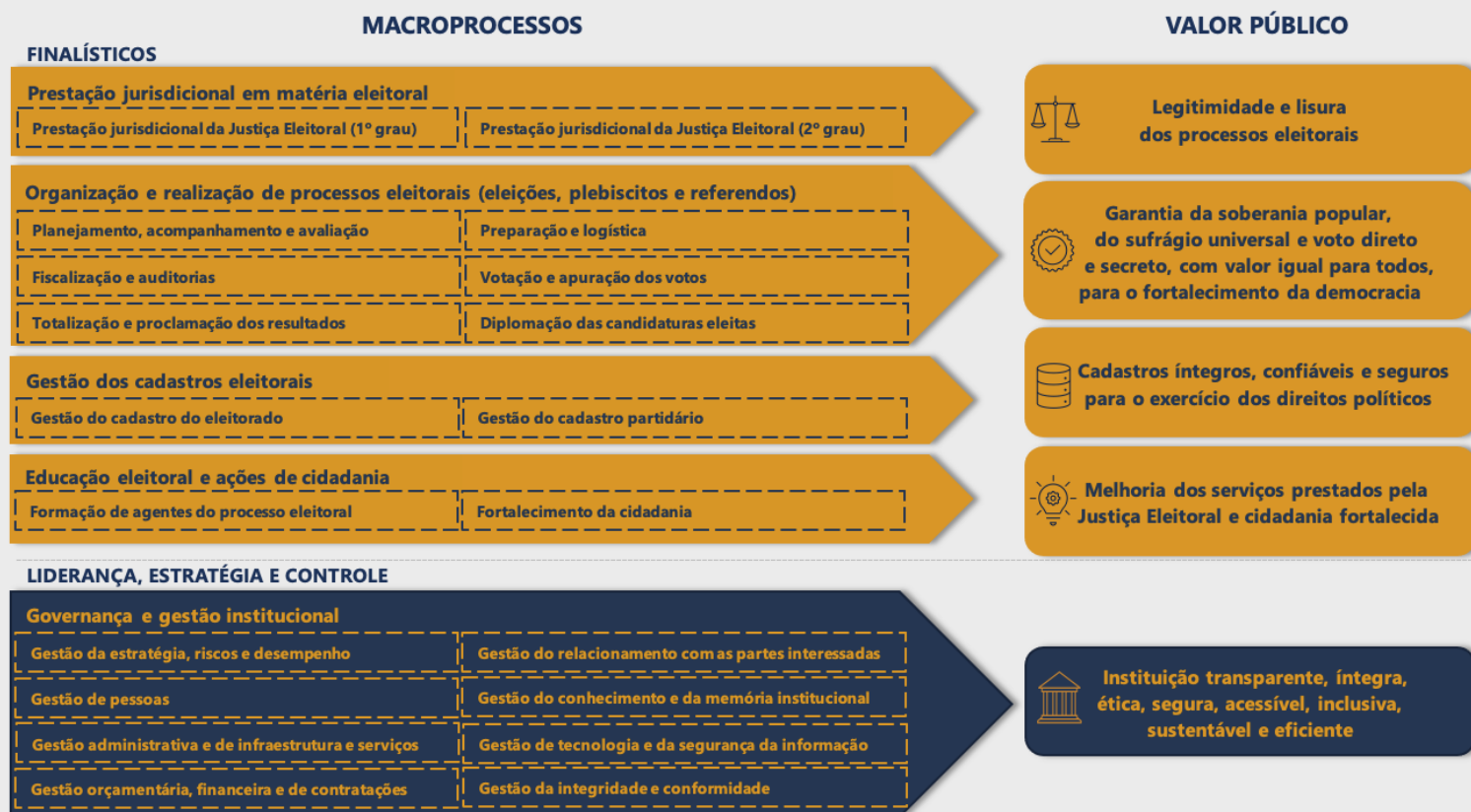


Figura 12 - Macroprocessos de 2º Nível da Cadeia de Valor do TRE-SC

Saiba mais: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1733238/portaria_pres_2022_165.pdf

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.5 RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

2.5.1 Relação com o ambiente externo

Estamos sujeitos a variáveis externas que impactam o desempenho da estratégia institucional e a forma como executamos nossos processos de trabalho para cumprir a relevante missão desta Instituição.

O cenário político resultante da insatisfação de parte do eleitorado com os resultados das eleições no âmbito federal, trouxe renovado desafio à Justiça Eleitoral de Santa Catarina, presente na visão de futuro deste Tribunal – Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança. Nesse sentido, releva salientar a continuidade dos esforços para implementação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade, minimizando os efeitos dos ataques lançados à credibilidade desta justiça especializada.

No que diz respeito ao ambiente econômico, o cenário se manteve desafiador quanto à obtenção dos recursos necessários para alcançar os resultados esperados frente aos objetivos estratégicos instituídos e alinhados aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, principalmente quanto aos obstáculos à recomposição da força de trabalho – cada vez mais escassa – e que afeta direta e indiretamente a entrega do Valor Público esperado por toda sociedade.

O cenário do Poder Judiciário propicia estímulo de cooperação e otimização de recursos com a utilização dos laboratórios de inovação para viabilizar a seleção e desenvolvimento de projetos que permitam avaliação de benefícios à sociedade e sejam de interesse dos Tribunais.

Em 2023, nas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito no município de Brusque, o TRE-SC testou e ampliou ações como a solução *QRTot* – aplicativo que lê os boletins emitidos pela urna por meio de *QRCode*; o projeto Escuta Ativa, pesquisa de satisfação com mesários e eleitores; e a realização das auditorias públicas e da própria totalização em uma escola, ambiente externo, ampliando a transparência e a participação da sociedade no processo eleitoral. Aproximar a sociedade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral é prioridade para o TRE-SC.

O Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas é um evento de auditoria de verificação de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso. A participação da sociedade nessa etapa é fundamental.

Figura 13 - Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas



Figura 14 - Etapa preparatória do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas em Brusque, 2023.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.5.2 Relação com os destinatários de bens ou serviços



Figura 15 - Relação com os destinatários de bens e serviços produzidos pela organização

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.5.3 Canais de Comunicação

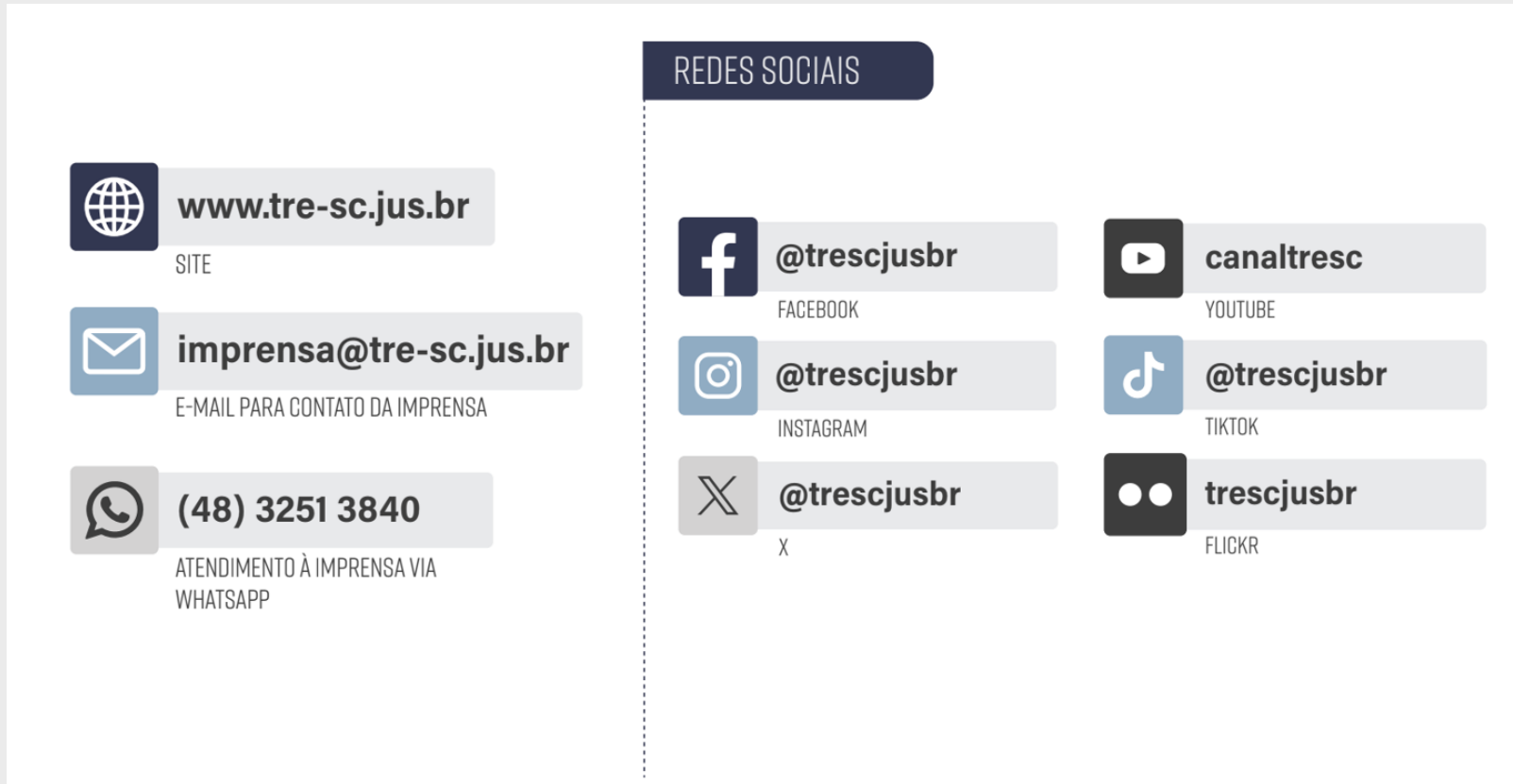


Figura 16 - Canais de Comunicação Oficiais do TRE-SC

2.5.4 Campanhas Institucionais



Figura 17 - Campanhas institucionais

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.6 ANÁLISE DE CENÁRIO EXTERNO: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

A seguir estão identificadas as oportunidades e as ameaças que estão em nosso horizonte e que alicerçaram a formulação da estratégia institucional ora em execução, mais robusta e com foco em antecipar-se aos desafios do ciclo estratégico vigente.



OPORTUNIDADES

- ✓ Ampliar a utilização de laboratórios de inovação para otimizar recursos e incentivar a cooperação e parcerias institucionais
- ✓ Ampliar o conhecimento sobre processo eleitoral da sociedade, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- ✓ Fomentar a participação política de jovens entre dezesseis e dezessete anos
- ✓ Evoluir os meios e ferramentas para a prestação dos serviços à sociedade
- ✓ Aprimorar os processos e serviços da Cadeia de Valor prestados pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina à sociedade
- ✓ Aprimorar a infraestrutura tecnológica para suportar a demanda crescente de sistemas que suportam os processos de trabalho
- ✓ Fomentar a inovação e a implantação de novas tecnologias
- ✓ Ampliar a acessibilidade e inclusão na Justiça Eleitoral de Santa Catarina
- ✓ Ampliar a transparência institucional
- ✓ Flexibilizar os meios e locais para a prestação das atividades pelas equipes



AMEAÇAS

- ✓ Baixo conhecimento da sociedade sobre o funcionamento do processo eleitoral, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- ✓ Disseminação de desinformação sobre o processo eleitoral, comprometendo a credibilidade e imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade
- ✓ Percepção do recrudescimento de conflitos com fundo ou motivação política
- ✓ Reforma administrativa prejudicial aos servidores públicos e ao aperfeiçoamento do serviço público
- ✓ Crise climática, ocasionando aumento de intempéries;
- ✓ Pandemias
- ✓ Ataques cibernéticos
- ✓ Obstáculos para recomposição do quadro efetivo de pessoal
- ✓ Desvalorização das carreiras do Poder Judiciário da União

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.7 MATRIZ DE MATERIALIDADE

A definição da materialidade das informações para elaboração do relatório de gestão 2023 foi realizada pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE), conforme Anexo I da Portaria TRE-SC/P nº 132/2023 e deliberação do Comitê Permanente de Gestão Estratégica na Reunião de Análise da Estratégia ocorrida em 20/11/2023.



Figura 18 - Processo de definição da materialidade das informações para o Relatório de Gestão 2023

Saiba mais: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1857322/portaria_pres_2023_132.pdf

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Elevar o nível de maturidade em gestão de riscos é iniciativa estratégica de fundamental importância para este Tribunal e continua presente no ciclo vigente (2021-2026).

A sistematização da gestão de riscos em nível institucional por meio da Res. TRE-SC nº 8.028/2021 constituiu relevante iniciativa para ampliar a capacidade da Instituição em lidar com incertezas e desafios que variam constantemente de acordo com os contextos no ambiente interno e externo.

Os objetivos da gestão de riscos no TRE-SC são: fornecer segurança adequada e alinhada aos limites de exposição a riscos definidos pela Alta Administração para o alcance dos objetivos e cumprimento da missão institucional; apoiar a tomada de decisão assertiva, direcionada ao interesse público e em conformidade com requisitos legais e normativos; salvaguardar a credibilidade, imagem e reputação da Instituição junto à sociedade; fortalecer a governança institucional mediante o aperfeiçoamento contínuo dos processos da cadeia de valor e dos controles internos da gestão; e aproveitar oportunidades que facilitem o alcance dos objetivos institucionais.



RISCO

Efeito da incerteza sobre os objetivos estabelecidos pela Instituição.



CONTROLES INTERNOS

Conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados.

Saiba mais: Política de Gestão de Riscos: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021/resolucao-n-8028-de-9-de-abril-de-2021>

Plano de Gestão de Riscos: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-p/2021/portaria-p-n-45-de-23-de-abril-de-2021>

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.2 CONTEXTO, FONTES DE RISCOS E OPORTUNIDADES

3.2.1 Riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional

No mais recente monitoramento realizado pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) em Reunião de Análise da Estratégia 03/2023, realizada no dia 20 de novembro de 2023, 16 riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional foram analisados. Após processo de avaliação de riscos e da avaliação da eficácia dos controles internos existentes, 5 riscos permaneceram com nível de risco residual alto e continuam prioritizados e com medidas de tratamento em andamento por parte da Administração, a fim de minimizar seus potenciais efeitos. Para o próximo exercício está em elaboração a planilha de riscos específica para o Projeto Eleições 2024.

Monitoramento e análise crítica						
MAPA DE RISCOS RESIDUAIS						
IMPACTO	Muito Alto	10			R#001, R#016	
	Alto	8			R#004; R#010; R#013	
	Médio	5			R#003; R#002; R#005 R#006; R#007; R#008 R#009; R#011; R#012; R#014, R#015	
	Baixo	2				
	Muito Baixo	1				
			Muito Baixa	Baixa	Média	Alta
			1	2	5	8
			Muito Alta			
			10			
PROBABILIDADE						

Figura 19 -Mapa de Riscos Residuais em 20 de novembro de 2023

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Na tabela a seguir estão relacionados os riscos residuais em nível alto que podem impactar a estratégia institucional caso se materializem, respectivos controles internos e medidas de tratamento que foram adotadas pela Administração no presente exercício.

Tabela 2 – Relação de riscos residuais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	FONTES DE RISCO	RISCOS-CHAVE AO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	CONTROLES INTERNOS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Eventos externos	Baixa participação no processo eleitoral e desinteresse da população na eleição de seus representantes (R#001)	- Índice do eleitorado entre os maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos - Índice de participação eleitoral	Projeto Justiça Eleitoral em movimento - Nossos serviços mais perto de você
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Eventos externos	Ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e disseminação em massa de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e o funcionamento do processo eleitoral (R#004)	- Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições - Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral	- Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral; - Curso EAD Segurança da Urna Eletrônica e Auditorias - Curso de Ambientação para a Magistratura Eleitoral - Guia Rápido Ambientação para Magistratura Eleitoral
OEAC1 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Pessoas	Sobrecarga de trabalho e adoecimento de servidores e servidoras (#010)	- Plano Estratégico de Gestão de Pessoas 2023-2026 - Índice de desempenho da gestão de pessoas	- Elaboração e aprovação do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (2023-2026) - Programa Qualidade de Vida no Trabalho (PQV) - Programa de Assistência à Saúde - Serviço de Psicologia no TRE-SC - Realização de Pesquisa de Clima Organizacional - DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho nos cartórios eleitorais
OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Sistemas	Ataques cibernéticos (#013)	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – biênio 2023-2024 - Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD)	- Execução de ações e iniciativas previstas no PDTIC 2023-2024 - Programa de Conscientização em Segurança da Informação - Troca de senha mandatória
OEPI2 - Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	Eventos externos	Eventos climáticos críticos (#016)	Inexistente (medidas de tratamento em elaboração)	- Elaboração de ato normativo estabelecendo providências gerais de resposta contingencial a eventos climáticos e situações críticas na Justiça Eleitoral de Santa Catarina - Elaboração de guia de orientação – Resposta contingencial a eventos climáticos e situações críticas

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

As tabelas a seguir estão relacionadas às oportunidades — e perspectivas futuras — para a evolução do desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no ciclo estratégico vigente.

Tabela 3 - Resultados para a Sociedade - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Promoção de campanhas institucionais assertivas - Estímulo à participação democrática no processo eleitoral - Aprimoramento da acessibilidade	- Realização de campanhas institucionais para incentivar e ampliar o alistamento eleitoral de maiores de 16 e menores de 18 anos; - Ampliar o cadastramento biométrico; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos”; “Índice de participação eleitoral”; “Índice do eleitorado com a biometria cadastrada”; “Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral”; “Índice de acessibilidade e inclusão”.
OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Promoção da cultura da ética e da integridade na Instituição - Implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna com custo-benefício favorável à Instituição	- Instituição do Programa de Ética e Integridade; - Implementar as recomendações de auditoria interna; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de promoção da cultura da ética e da integridade”; “Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna”.
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Adoção de estratégias assertivas na comunicação institucional para os diversos públicos - Criação de campanhas institucionais para difusão de conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral e todas as etapas de auditoria existentes no processo - Parcerias estratégicas com órgãos de controle externo e outras instituições públicas na fiscalização de todas as etapas de auditoria existentes no processo eleitoral - Efetivação do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições - Aprimoramento da transparência do processo eleitoral	- Aperfeiçoamento do Programa Permanente de Enfrentamento à desinformação; - Implementação das oportunidades de melhoria viáveis identificadas na avaliação das eleições 2022 para o projeto Eleições 2024; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto”; “Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral”; “Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições”; “Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas”; “Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral”.
OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Aprimoramento da transparência e memória institucional - Aproximação da Justiça Eleitoral da sociedade - Realização de ações que promovam a cidadania e a consciência do eleitorado	- Ampliar a transparência institucional; - Aperfeiçoar e aplicar pesquisa de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral - Atualização do Plano de Comunicação da Estratégia e seus desdobramentos; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de Transparência”; “Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo”; “Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade”; “Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo”; “Índice de ações de promoção de cidadania”; Índice de maturidade em gestão da memória institucional” e “Índice de comunicação estratégica.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Tabela 4 - Processos Internos - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Aprimoramento da prestação jurisdicional e do processo judicial eletrônico	- Promover o alcance das metas nacionais do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Eleitoral; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral”; “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais” e “Índice de atendimento à demanda jurisdicional” - Aprimoramento do Processo Judicial eletrônico.
OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Melhoria no desempenho da estratégia institucional, de forma colaborativa e participativa - Aperfeiçoamento dos processos finalísticos da Cadeia de Valor - Ampliação dos níveis de maturidade em governança e gestão - Ampliação do nível de maturidade em gestão de riscos - Ampliação do nível de maturidade em gestão documental	- Atualização da Cadeia de Valor do TRE-SC; - Aperfeiçoamento dos critérios de priorização de projetos estratégicos; - Evoluir o índice de inovação institucional, especialmente nas áreas recursos, sociedade, ambiente e processos; - Execução do Plano de Contratações; - Revisar as metas dos indicadores táticos que compõem o índice de gestão de contratações em razão das alterações promovidas pela Lei nº 14.133/2021; - Continuidade da execução da política e do plano de gestão de riscos institucionais; - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice-Geral de Governança”; “Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional”; “Índice de maturidade em gestão de riscos”; “Índice de inovação institucional”; “Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor”; “Índice de maturidade em gestão documental”; “Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna”; e “Índice de desempenho da gestão de contratações”.
OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Promoção de contratações e aquisições sustentáveis - Estímulo a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental - Contribuição para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030) da ONU	- Execução do Plano de Logística Sustentável do TRE-SC; - Aperfeiçoamento e evolução das metas do indicador de desempenho: “Índice de desempenho de sustentabilidade”. - Instituição de novos indicadores: “Índice de desempenho da gestão da sustentabilidade ambiental” e “Índice de desempenho de sustentabilidade social”.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Tabela 5 - Aprendizado e Crescimento - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OEAC1 -Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Estímulo à capacitação de juízes eleitorais, gestores e servidores, especialmente em aspectos relacionados à Justiça Eleitoral - Valorização e reconhecimento dos servidores - Melhoria da qualidade de vida no trabalho - Prevenção e proteção à saúde - Melhoria do clima organizacional - Incentivo ao Teletrabalho	- Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de desempenho da gestão de pessoas”; “Índice de capacitação de juízes eleitorais”; “Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais” e “Índice de capacitação de servidores”; - Execução das iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas 2023-2026; - Alinhamento do instrumento setorial da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina ao Plano Estratégico Institucional.
OEAC2 -Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário - Execução do orçamento direcionado para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais previstas no plano estratégico - Economia com a realização de pregões - Suplementações orçamentárias	- Aperfeiçoamento do processo de elaboração da proposta orçamentária, antecipando o planejamento das atividades; - Evolução do sistema de gestão orçamentária e financeira; - Aperfeiçoamento e evolução das metas do indicador de desempenho: “Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira”;
OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	- Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico - Apoio à transformação digital no Poder Judiciário - Elevação do nível de maturidade em segurança da informação - Elevação do nível de maturidade em proteção de dados pessoais - Parcerias estratégicas com outras instituições públicas - Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços prestados em meio digital à Sociedade	- Execução das ações estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); - Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: “Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)”; “Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação”; “Índice de maturidade em proteção de dados pessoais” e “Índice de serviços prestados em meio digital”.

As oportunidades a serem exploradas em cada um dos 10 objetivos estratégicos presentes no atual ciclo permanecem atuais e estão identificadas na Portaria TRE-SC/DG nº 294/2023.

Saiba mais: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1857798/portaria_dg_2023_294.pdf

4

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 POLÍTICA E SISTEMA DE GOVERNANÇA DO TRE-SC

A governança do TRE-SC tem como finalidade direcionar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão no processo de geração e entrega de valor público à sociedade. Os mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) tem objetivo de reduzir riscos, otimizar resultados e agregar valor à Instituição.

Em 2018 o TRE-SC aperfeiçoou por meio da Res. TRE-SC nº 7.975/2018 o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa (CGC) e suas estruturas de apoio: Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), definindo suas competências e atribuições.

Dentre as atribuições do CPGE, destacam-se: o acompanhamento e análise do desenvolvimento de ações e projetos estratégicos; o acompanhamento e análise dos resultados dos indicadores estratégicos, podendo promover ajustes necessários ao desempenho da estratégia institucional; e auxiliar no desdobramento da estratégia de atuação do Órgão.

Já ao CPCI, cabe participar de avaliações, estudos e projetos de interesse comum da Justiça Eleitoral de primeiro grau.

O sistema de governança do TRE-SC possui instâncias internas e externas. As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulações aplicáveis ao sistema. Exemplos são o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Contas da União (TCU), além das regulações eleitorais e administrativas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, Órgão superior da Justiça Eleitoral. Já as instâncias internas são responsáveis pela definição da estratégia institucional, bem como o monitoramento da conformidade e de seu desempenho, estabelecendo políticas, diretrizes e promovendo os ajustes necessários à sua evolução contínua. No Tribunal, as instâncias internas são a Presidência e a Direção-Geral, respaldados pelo plenário do Tribunal e pelo Conselho de Governança Corporativa (CGC).

A Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina e a Secretaria de Controle Interno e Auditoria integram as instâncias internas de apoio à governança do TRE-SC, realizando a comunicação com as partes interessadas e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos da Instituição em suas respectivas linhas de atuação.

Em 2023 o modelo de governança, apoiado pela estrutura orgânica do Tribunal, continuou refletindo a maneira como os diversos papéis atuam, conforme suas competências e atribuições, direcionando estrategicamente a organização para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, o cumprimento efetivo da missão institucional, a consecução da visão de futuro e a promoção dos valores institucionais.

O sistema de governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina é assim representado:

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



Figura 20 - Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.2 INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança atua para que a organização execute a estratégia institucional e seus desdobramentos. O desempenho da estratégia institucional do TRE-SC é monitorado com base no alcance das metas de cada indicador de desempenho do Plano Estratégico Institucional. Os indicadores são mensurados anualmente e levam em consideração as peculiaridades existentes em anos eleitorais e não eleitorais.



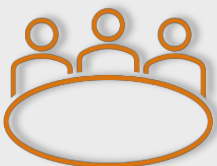
Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC

O indicador mede o índice percentual resultante do atingimento das metas fixadas para os indicadores de desempenho selecionados para os objetivos estratégicos do TRE-SC nas perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento no decorrer do ciclo estratégico em vigência (2021 a 2026).



Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI)

Relatório anual utilizado para monitoramento e avaliação da estratégia do TRE-SC durante o ciclo estratégico. O RDEI é submetido à apreciação pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) nas reuniões de análise da estratégia realizadas no primeiro quadrimestre de cada ano. O relatório reúne as metas e os resultados alcançados no exercício e proposições de melhoria para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional.



Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)

Reuniões periódicas realizadas pelo CPGE para avaliação e monitoramento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional. Em 19 de fevereiro de 2024 foi realizada a Reunião de Análise da Estratégia pelo CPGE que, após avaliação e sugestões ao relatório, à unanimidade, aprovou o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional – Exercício 2023 (RDEI – 2023), cujos resultados, análises e proposições de melhoria estão publicados no link a seguir <https://www.tre-sc.ius.br/institucional/resultados-institucionais>, aba Relatórios.



Resultados dos levantamentos de governança e gestão públicas do TRE-SC

Levantamento é realizado periodicamente pelo Tribunal de Contas da União. O resultado alcançado pelo TRE-SC fornece elementos para as unidades da estrutura orgânica aperfeiçoarem seus processos de trabalho, contribuindo para evolução da maturidade em governança e gestão pela Instituição.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Tabela 6 - Resultado da autoavaliação iGG 2023

RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO					
ÍNDICE	DESCRIÇÃO	2017	2018	2021	2023*
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas	51%	56%	57,30%	77,10%
iGovPub	Índice de governança pública	48%	52%	53,70%	67,40%
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	44%	50%	67,90%	74,60%
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	49%	61%	51%	80,70%
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratos	64%	65%	70,4%	89,20%
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	39,2%	74,20%

* resultado da autoavaliação realizada pela Instituição em 2023.

Em 2023 os resultados da recente autoavaliação realizada pelo TRE-SC por meio da planilha eletrônica disponibilizada pelo TCU apresentaram evolução da maturidade institucional em governança e gestão em todas as áreas abrangidas pelo questionário.

Os resultados da autoavaliação da organização nos últimos levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (2017, 2018 e 2021) estão publicados no sítio oficial do TRE-SC na internet.

Com o aperfeiçoamento do iGG pelo TCU, transformando-o em iESGo – Índice de Governança, Sustentabilidade e Inovação, o TRE-SC promoverá os ajustes necessários para acompanhamento do indicador no âmbito do plano estratégico institucional.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/governanca-institucional>

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Em 2023 foi executado o Plano Estratégico Institucional 2021-2026, instituído pela Portaria TRE-SC/P nº 83/2021 e referendado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina na sessão plenária realizada no dia 05 de julho de 2021.

A formulação do corrente plano estratégico foi realizada no 1º semestre de 2021 e seguiu o processo “Gerenciar a Estratégia Institucional”. Na ocasião foram identificados problemas a serem tratados e oportunidades a serem exploradas decorrentes das novas necessidades e desafios do diagnóstico realizado e que resultaram em 10 objetivos estratégicos divididos em três perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

O Plano Estratégico Institucional 2021-2026 está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída por meio da Res. CNJ nº 325/2020.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/gestao-estrategica>

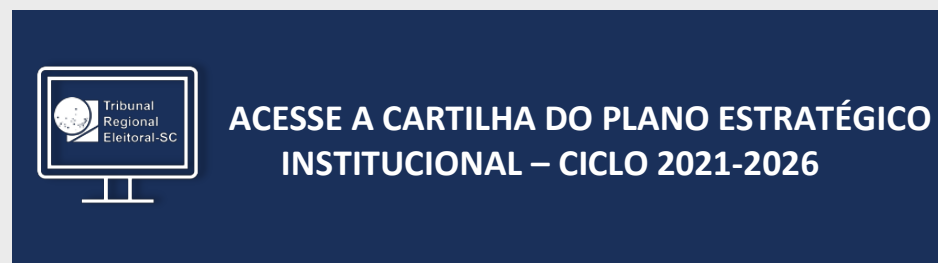


Figura 21 - Cartilha do Plano Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

O mapa estratégico a seguir traduz a representação visual do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o ciclo 2021-2026.



Figura 22 - Mapa Estratégico do TRE-SC - Ciclo 2021-2026

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Desdobramento da estratégia institucional:

Para viabilizar estratégica, tática e operacionalmente o alcance dos 10 objetivos estratégicos priorizados pelo Tribunal e contribuir para concretizar a visão de futuro: “fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança” foram executados os seguintes instrumentos no exercício 2023:

Tabela 7 - Instrumentos de curto e médio prazos para viabilizar a estratégia institucional

INSTRUMENTOS		DESCRIÇÃO
	<u>Lista de Iniciativas Estratégicas</u>	Instrumento que reúne as iniciativas estratégicas definidas pela Administração para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, define as unidades responsáveis por sua implementação e orienta o desdobramento em programas, projetos e ações institucionais.
	<u>Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023 – 2024</u>	Instrumento elaborado bianualmente que institucionaliza objetivos, indicadores, metas e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
	<u>Plano de Comunicação da Estratégia</u>	Instrumento que orienta a comunicação institucional frente aos objetivos estabelecidos no plano estratégico e respectivas iniciativas definidas para alcançá-los.
	<u>Plano de Logística Sustentável</u>	O Plano de Logística Sustentável é o instrumento que estimula a reflexão e a mudança dos padrões de consumo, fomentando ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, o uso sustentável de recursos e a correta gestão de resíduos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
	<u>Plano Estratégico de Gestão de Pessoas</u>	Instrumento que institucionaliza objetivos, indicadores, metas e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a gestão de pessoas no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
	<u>Plano de Contratações</u>	O Plano de Contratações é o instrumento elaborado com objetivo de planejar as contratações, no âmbito do TRE-SC para cada exercício, definindo papéis e responsabilidades das áreas envolvidas.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício:

A tabela a seguir relaciona os principais programas, projetos e iniciativas relevantes para o cumprimento da missão Institucional do TRE-SC no exercício 2023:

Tabela 8 - Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício 2023

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Eleições 2024	OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais OERS3 -Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Organizar e realizar as Eleições 2024 no âmbito do Estado de Santa Catarina implementando as oportunidades de melhoria identificadas em pleitos anteriores, em conformidade com a legislação aplicável, as diretrizes estratégicas estabelecidas para a Justiça Eleitoral de Santa Catarina, as diretrizes nacionais exaradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e a visão estratégica definida no Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026 (Portaria P nº 83/2021).	R\$ 243.371,86	Fase do projeto: Planejamento Foi realizado o Encontro dos Chefes de Cartório para alinhar institucionalmente a Justiça Eleitoral catarinense, concluir a avaliação das Eleições 2022 e estabelecer o marco temporal para o início do planejamento das Eleições 2024, promover a integração, buscando a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores. O Encontro de Chefes de Cartório ocorreu no período de 1º a 3 de março de 2023 em Fraiburgo/SC e foram identificadas oportunidades de melhoria para os temas: Auditoria e Verificação da Votação Eletrônica, Comunicação da Justiça Eleitoral em Santa Catarina com a Sociedade; Força de Trabalho, Segurança das Equipes e das Instalações; Ocorrências nas Seções Eleitorais; Mesários; Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado (TAVIS); Também foi desenvolvido o Termo de Abertura do Projeto das Eleições 2024 e a proposta orçamentária.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Justiça Eleitoral em movimento – Nossos serviços mais perto de você	OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	Expandir os serviços eleitorais a comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial da Justiça Eleitoral.	R\$ 15.828,64	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle Em 2023 foram realizados mais de 18 mil atendimentos em comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.
Biometria	OERS1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais OERS3 – Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Evoluir o cadastramento biométrico em toda a Justiça Eleitoral catarinense.	R\$ 2.789.496,00	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle Retomada do projeto estratégico. Neste exercício foram adquiridos novos <i>kits</i> de coleta biométrica para ampliar o serviço. Também foi retomada a medição do indicador estratégico: Índice do eleitorado com a biometria cadastrada. Em 2023 o TRE-SC obteve resultado de 84,37% do eleitorado de Santa Catarina com biometria cadastrada, superando a meta fixada para o exercício de 77,10%.
Novas Eleições - Brusque - 03/09/2023 (5ª e 86ª Zonas Eleitorais)	OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais OERS3 -Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Realizar novas eleições aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Brusque (5ª e 86ª Zonas Eleitorais), conforme instruções e calendário eleitoral aprovado pela Res. TRE-SC nº 8.060/2023.	R\$ 404.476,99	Fase do projeto: Concluído Novos representantes eleitos conforme resultado da votação. Acesse a página para mais informações: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares/brusque-nova-eleicao-para-prefeito-e-vice-prefeito-em-03-06-2023

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Novas Eleições - Xavantina - 07/05/2023 (61ª Zona Eleitoral - Seara)	OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais OERS3 -Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Realizar novas eleições aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Xavantina (61ª Zona Eleitoral - Seara), conforme instruções e calendário eleitoral aprovado pela Res. TRE-SC nº 8.056/2023.	R\$ 62.970,90	Fase do projeto: Concluído Novos representantes eleitos conforme resultado da votação. Acesse a página para mais informações: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares/xavantina-nova-eleicao-para-prefeito-e-vice-prefeito-em-07-05-2023
Implantação do sistema de tramitação de processos administrativos - SEI - Sistema Eletrônico de Informações	OEPI2 – Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional OEAC3 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Implantar gradualmente o novo sistema de tramitação de processos administrativos no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.	Não houve	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle O projeto de implementação abrange 2 etapas. A etapa 1 constou 27 atividades, sendo 26 concluídas em 2023. A etapa 2 contempla atividades para o exercício 2024.
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TRE-SC	OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Adequar os serviços da Justiça Eleitoral de Santa Catarina aos dispositivos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).	R\$ 6.508,28	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle O projeto permaneceu em execução em 2023. As normas internas que implementam a LGPD no TRE-SC consistem em 2 Resoluções e 4 Portarias da Presidência. O projeto de implementação abrange 80 atividades, sendo 35 concluídas, 24 em andamento e 21 não iniciadas. A estrutura atual inclui o Encarregado, o Comitê Gestor de Proteção de Dados e o Grupo de Trabalho Técnico Multidisciplinar. Com o ajuste na estrutura administrativa, a continuidade do projeto está em transição para a nova equipe.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Principais problemas a serem tratados pelo objetivo estratégico:

As tabelas a seguir relacionam os principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos por perspectiva e respectivos indicadores selecionados para monitoramento no exercício 2023:

Tabela 9 - Perspectiva Sociedade - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	- Baixo acesso à Justiça - Baixa participação de jovens eleitores no processo eleitoral - Desinteresse no processo eleitoral	- Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos - Índice do eleitorado com biometria cadastrada - Índice de acessibilidade e inclusão
OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	- Lentidão no julgamento de processos pendentes relacionados à improbidade, corrupção e crimes eleitorais - Baixa devolução ao erário de recursos públicos aplicados indevidamente nas campanhas eleitorais por candidatos e partidos políticos - Lentidão no julgamento de processos relacionados à Lei das Inelegibilidades	- Índice de promoção da cultura da ética e da integridade - Índice de execução do plano anual de auditoria - Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna - Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ nº 156/2012
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	- Disseminação de desinformação sobre o processo eleitoral - Ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e à segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica, inclusive por agentes públicos - Baixa participação das entidades na fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral - Desconhecimento da população sobre o funcionamento do processo eleitoral	- Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições - Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas - Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral
OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	- Lentidão na resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria - Lentidão nas respostas às solicitações de acesso à informação com base na Lei de Acesso à Informação	- Índice de Transparência - Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo - Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo - Índice de ações de promoção de cidadania - Índice de maturidade em gestão da memória institucional - Índice de comunicação estratégica

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Tabela 10 - Perspectiva Processos Internos - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	- Alta taxa de congestionamento líquida, causando gargalo na prestação jurisdicional - Lentidão na tramitação dos processos pendentes	- Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral - Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais - Índice de atendimento à demanda jurisdicional
OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	- Excesso de burocracia nos processos de trabalho - Desempenho insatisfatório na execução da estratégia institucional - Baixa maturidade na gestão dos riscos institucionais	- Índice- Geral de Governança - Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional - Índice de maturidade em gestão de riscos - Índice de Inovação Institucional - Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor - Índice de maturidade em gestão documental - Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna - Índice de desempenho da gestão de contratações
OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	Desperdício de recursos públicos e naturais	Índice de desempenho de sustentabilidade

Tabela 11 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OEAC1 -Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	- Adoecimento dos servidores e colaboradores - Sobrecarga de trabalho em razão da escassez da força de trabalho - Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde dos servidores - Força de trabalho não capacitada para os desafios institucionais	- Índice de desempenho da gestão de pessoas - Índice de capacitação de juízes eleitorais - Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais - Índice de capacitação de servidores
OEAC2 -Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Restrições e cortes orçamentários	Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira
OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	- Ataques cibernéticos - Outras vulnerabilidades associadas a área de tecnologia da informação e comunicação	- Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD) - Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - Índice de maturidade em proteção de dados pessoais - Índice de serviços prestados em meio digital

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Os resultados e desempenho da gestão são avaliados por meio de indicadores de desempenho relacionados a cada um dos 10 objetivos estratégicos presentes no atual ciclo estratégico. Os indicadores de desempenho e as respectivas metas fixadas para o exercício constam na Portaria TRE-SC/DG nº 294/2023. Além das metas, a ficha de cada indicador contempla informações importantes: partes interessadas, o que mede, para que mede, quem mede, quando mede, como mede, onde mede, evolução ideal e um campo para observações.

A medição dos indicadores de desempenho é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício em referência. As metas para os exercícios subsequentes são fixadas após deliberação pelo CPGE das proposições de melhoria registradas pelas unidades no Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) – Exercício 2023, analisado na Reunião de Análise da Estratégia realizada no primeiro quadrimestre do exercício 2024.

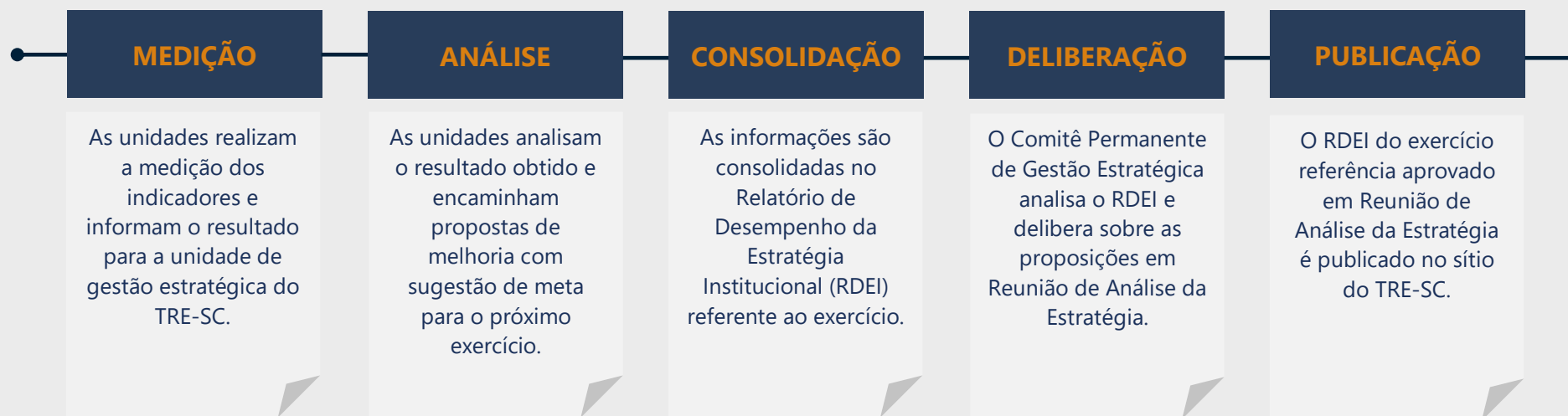


Figura 23 - Processo de elaboração do Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional



Figura 24 - Link para o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional - Exercício 2023

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

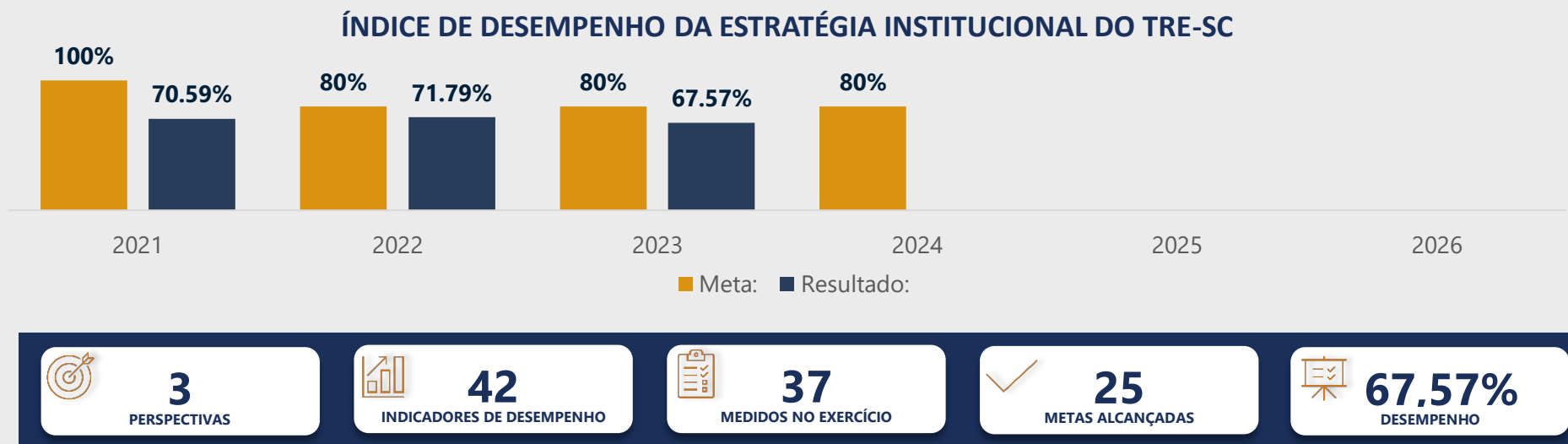


Figura 25 – Gráfico e painel de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC

O Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC é o índice percentual resultante do alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance da estratégia institucional do TRE-SC nas perspectivas: Resultado para Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento nos exercícios 2021 a 2026.

O desempenho é avaliado conforme faixas de classificação: 0% a 30,99% (desempenho extremamente baixo); 31% a 59,99% (desempenho baixo); 60% a 79,99% (desempenho satisfatório); 80% a 89,99% (desempenho aprimorado) e 90% a 100% (desempenho excelente).

Segundo as faixas de classificação adotadas, o desempenho da estratégia institucional do TRE-SC alcançado em 2023 foi **SATISFATÓRIO**.

Os principais desafios para os próximos exercícios relacionados à execução da estratégia institucional estão apresentados na análise por perspectiva do plano estratégico institucional logo a seguir.

Houve variação negativa em relação ao resultado obtido em 2022. A variação do resultado obtido no exercício 2023 em relação à meta foi de -15,55%. Já a variação do resultado do exercício 2023 em relação ao resultado de 2022 foi -5,89%. A meta não se demonstrou superdimensionada, mas permanece extremamente desafiadora para o ciclo estratégico vigente, o que possibilita oportunidades de melhoria para evolução do desempenho do índice.

Avaliar as proposições de melhoria à estratégia institucional encaminhadas pelas unidades e implementar as viáveis é prática já adotada pelo TRE-SC e possibilita o contínuo aperfeiçoamento institucional.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Tabela 12 - Perspectiva Sociedade - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	META	RESULTADO	SITUAÇÃO
Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	0,72%	0,57%	Meta não alcançada
Índice do eleitorado com biometria cadastrada	77,10%	84,37%	Meta alcançada ou superada
Índice de acessibilidade e inclusão	78,00%	68,00%	Meta não alcançada
Índice de promoção da cultura da ética e da integridade	63,50%	65,85%	Meta alcançada ou superada
Índice de execução do plano anual de auditoria	100%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna	55%	0%	Meta não alcançada
Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ nº 156/2012	100%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições	81%	91,67%	Meta alcançada ou superada
Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral	100%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de Transparência	94%	88,77%	Meta não alcançada
Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo	99,00%	97,01%	Meta não alcançada
Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade	90%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo	99,00%	93,00%	Meta não alcançada
Índice de ações de promoção de cidadania	95%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão da memória institucional	68%	67,50%	Meta não alcançada
Índice de comunicação estratégica	85%	95,50%	Meta alcançada ou superada

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade



Figura 26 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade

Quatro objetivos estratégicos compõem a perspectiva Resultados para a Sociedade: GARANTIA DOS DIREITOS POLÍTICOS E FUNDAMENTAIS; PROMOÇÃO DA ÉTICA, DA INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO AOS ILÍCITOS ELEITORAIS; FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA, TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL e FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE.

O desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade é calculado anualmente com base no alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 21 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, 16 foram medidos no exercício, dentre estes, 7 não alcançaram a meta fixada, impactando negativamente no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias para o exercício 2024. As análises de cada indicador de desempenho integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: buscar a ampliação do eleitorado jovem no Estado; aperfeiçoar a acessibilidade e inclusão; ajustar os prazos e implementar as recomendações de auditoria interna, ampliar a transparência institucional, aperfeiçoar os serviços de Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão, e da gestão da memória institucional.

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade alcançado em 2023 foi **BAIXO**.

Houve pequena variação negativa em relação ao resultado obtido em 2022, a variação do resultado obtido no exercício 2023 em relação ao resultado de 2022 foi de -13,25%.

Requer a implementação de oportunidades de melhorias para reverter a linha de tendência decrescente em perspectiva importante da estratégia institucional.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Tabela 13 - Perspectiva Processos Internos - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	META	RESULTADO	SITUAÇÃO
Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral	100%	75%	Meta não alcançada
Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais	40%	31%	Meta alcançada ou superada
Índice de atendimento à demanda jurisdicional	100%	91%	Meta não alcançada
Índice-Geral de Governança	58,50%	77,10%	Meta alcançada ou superada
Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional	100%	100%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão de riscos	75%	78%	Meta alcançada ou superada
Índice de inovação institucional	30%	39%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor	70%	77,50%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão documental	68%	69,38%	Meta alcançada ou superada
Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna	90%	99,71%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho da gestão de contratações	80%	57,14%	Meta não alcançada
Índice de desempenho de sustentabilidade	60%	78,80%	Meta alcançada ou superada

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

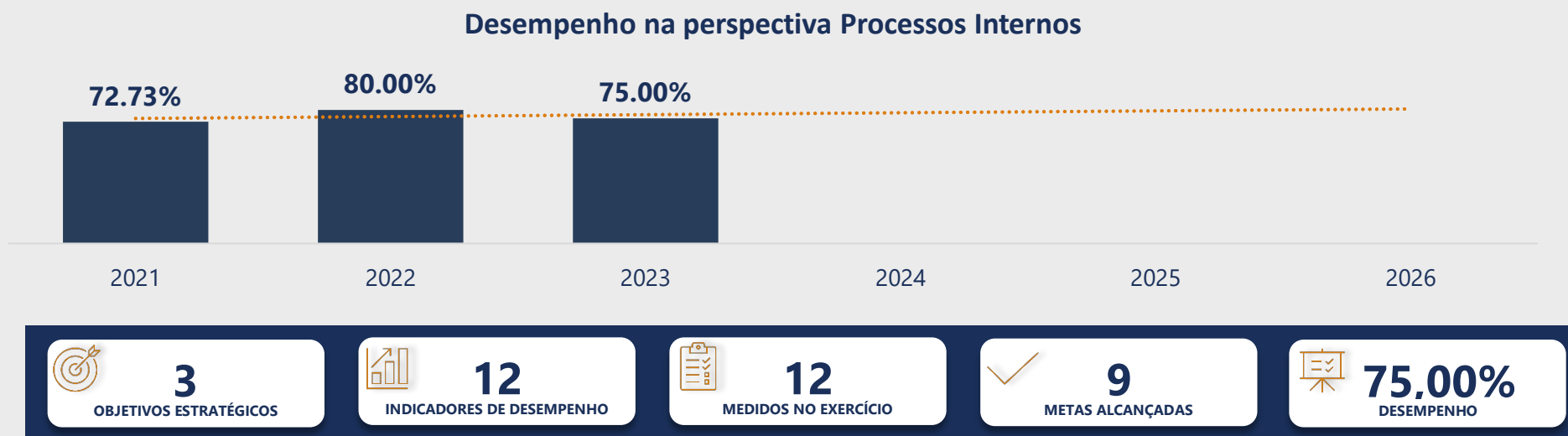


Figura 27 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Processos Internos

Três objetivos estratégicos compõem a perspectiva Processos Internos: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL e PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.

O desempenho na perspectiva Processos Internos é calculado anualmente com base no alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 12 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, todos foram medidos no exercício, dentre estes, 3 não alcançaram a meta fixada, impactando no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias, cujos detalhes integram este Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: tornar menos complexa e demorada a análise, tramitação e julgamento dos processos de prestações de contas eleitorais – que respondem por grande parte do acervo processual do Tribunal; e aperfeiçoar a seleção e as metas superdimensionadas dos indicadores táticos para a gestão de contratações, adequando a gestão à nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Processos Internos alcançado em 2023 foi **SATISFATÓRIO**.

Houve pequena variação negativa em relação ao resultado obtido em 2022, a variação do resultado obtido no exercício 2023 em relação ao resultado de 2022 foi de -6,25%.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Tabela 14 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	META	RESULTADO	SITUAÇÃO
Índice de desempenho da gestão de pessoas	80%	83,33%	Meta alcançada ou superada
Índice de capacitação de juízes eleitorais	10%	24,10%	Meta alcançada ou superada
Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais	100%	92,46%	Meta não alcançada
Índice de capacitação de servidores	85%	97,05%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira	80%	75%	Meta não alcançada
Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)	0,70%	0,74%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação	80%	80%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em proteção de dados pessoais	70%	71,50%	Meta alcançada ou superada
Índice de serviços prestados em meio digital	99%	100%	Meta alcançada ou superada

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

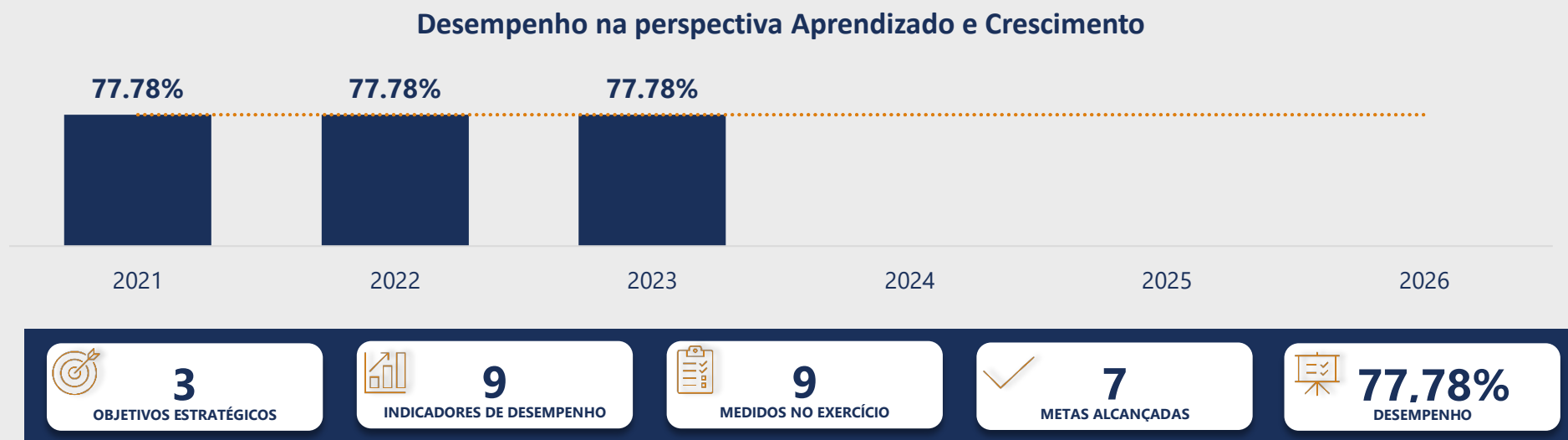


Figura 28 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento

Três objetivos estratégicos compõem a perspectiva Aprendizado e Crescimento: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS; APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS.

O desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento é calculado anualmente com base no alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 9 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, todos foram medidos no exercício, dentre estes, 2 não alcançaram a meta fixada, impactando no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias, cujos detalhes integram este Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: aperfeiçoar a capacitação dos gestores em competências gerenciais, cuja meta de 100% a cada 2 anos permanece desafiadora no cenário atual; buscar diminuir restos a pagar de despesas obrigatórias do orçamento ordinário e minimizar impactos decorrentes de contratações inicialmente não planejadas.

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento alcançado em 2023 foi **SATISFATÓRIO**.

Em 2023 não houve variação em relação ao resultado obtido em 2022.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

Conformidade legal:

A conformidade e a confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, Tesouro Gerencial, SIGEPRO, SGRH, entre outros), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis. Assim sendo, declara-se que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Perfil de gasto da Instituição:

A proposta orçamentária para o exercício orçamentário/financeiro de 2023, elaborada em abril de 2022, obedeceu ao limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão à Justiça Eleitoral.

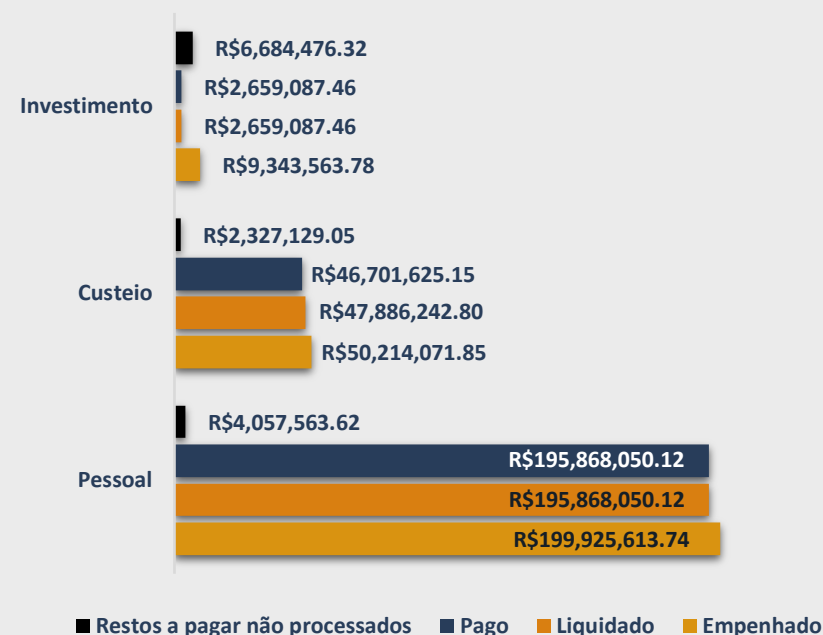


Figura 29 – Evolução da execução orçamentária da despesa por função (em R\$)

Figura 30 - Detalhamento das despesas por grupo

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado com análise de tendências:

Foi verificada uma economia orçamentária no orçamento de custeios, na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, nos planos orçamentários 0001, Capacitação de Recursos Humanos - PAC e Capacitação de Recursos Humanos – Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 1.485.730,11 e no orçamento de investimentos, na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário 0001, no valor de R\$ 349.881,12.

Da análise da execução orçamentária/financeira das Ações Orçamentárias e por Elemento de Despesa, verifica-se que as despesas decorrentes do pagamento das remunerações de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Civis, de serviço extraordinário em função das eleições, dos Benefícios Assistenciais e Assistência Médica e Odontológica aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis e Obrigações Patronais sobre a remuneração de Pessoal Ativo, no montante de R\$ 214.835.131,00 (duzentos e quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e um reais), representaram 87,19% das despesas liquidadas em 2023.

Com relação à execução orçamentária/financeira do orçamento de custeios por Elemento de Despesa, verifica-se que na Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no montante liquidado em 2023 de R\$ 18.082.840,00 (dezoito milhões, oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais), estão concentrados os gastos desse orçamento, de acordo com o relatório “Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa”. Destaca-se que, nesse Elemento de Despesa, estão registradas as despesas com a manutenção do Órgão, dentre elas as despesas com locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância, conexão de internet entre a sede do TRE-SC e os cartórios eleitorais, manutenção predial, transporte e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais eleitorais para os locais de votação e contratação de técnicos de apoio ao voto informatizado.

Explicações sobre variações do resultado com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes:



O desempenho financeiro no exercício de 2023 atendeu ao limite de pagamentos concedido a este Tribunal, sendo que, em virtude de sobra orçamentária no orçamento ordinário, não foi utilizado todo o limite.

Considerando o índice de aderência das Despesas Discricionárias do orçamento de 2023, no percentual de 79,8%, sendo que este índice mede a execução orçamentária em comparação ao efetivamente planejado, e considerando que a meta definida era de 72%, verifica-se que as contrações realizadas no ano de 2023 seguiram o inicialmente planejado.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

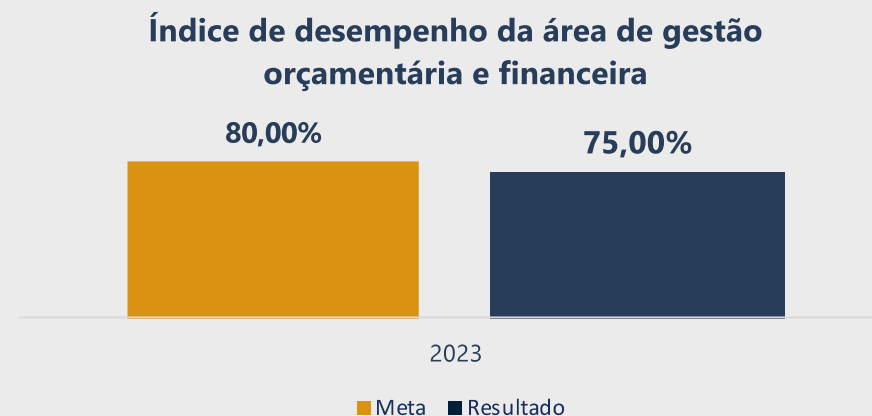


Figura 31 - Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC - 2023

O desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC é medido pelo Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira. Em 2023 o índice foi composto por 16 indicadores táticos: IT01 - Perdas orçamentárias: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário); IT02 - Perdas orçamentárias: Despesas

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Obrigatórias (Orçamento ordinário); IT03 - Perdas orçamentárias: Despesas Discricionárias (Pleitos Eleitorais – Manutenção de Urnas Eletrônicas); IT04 - Perdas orçamentárias: Despesas Obrigatórias (Pleitos – Eleição Suplementar); IT05 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Discricionárias (Orçamento Ordinário); IT06 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Obrigatórias (Orçamento Ordinário); IT07 - Aderência ao Planejamento: Despesas Discricionárias (Orçamento Ordinário); IT08 - Aderência ao Planejamento: Despesas Discricionárias (Pleitos Eleitorais – Manutenção de Urnas Eletrônicas); IT09 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos - PAC; IT10 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos - PAC-TIC; IT11 - Índice de execução orçamentária de segurança da informação - PAC-SIN; IT12 - Índice de monitoramento dos riscos orçamentários; IT13 - Índice de capacidade em gestão orçamentária – *IgestOrçament*; IT14 - Índice de dotações para despesas obrigatórias (*Idob*) - Liquidado /Dotação Líquida; IT15 - Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD) - Liquidado / Dotação Líquida; e IT16 - Índice de execução das dotações para projetos. Destes, apenas 4 não atingiram a meta: IT01- Perdas Orçamentárias: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário). Meta: 2,4%. Resultado: 5,0%. Justificativa: sobra orçamentária decorrente da redução de valores licitados no final do exercício de 2023; IT05 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário). Meta: 16,0%. Resultado: 24,1%. Justificativa: valores inscritos em restos a pagar decorrentes da não entrega de produtos e serviços adquiridos no final do exercício de 2023 e não envio de notas fiscais em tempo hábil para pagamento em 2023. IT06 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Obrigatórias (Orçamento ordinário). Meta: 1,4%. Resultado: 1,9%. Justificativa: valores inscritos em restos a pagar decorrentes de previsão orçamentária para pagamento de

valores do ano de 2023 no exercício de 2024, sendo eles: 1) Serviço extraordinário realizado no recesso de 2023; 2) Substituições de Cargos em Comissão ocorridas no mês de dezembro/2023; 3) Possibilidade de não absorção do reajuste salarial do ano de 2023 sobre parcelas de vantagens pessoais. Este assunto está sendo analisado pela administração deste Tribunal e o valor foi inscrito em restos a pagar por precaução e 4) Despesas de exercícios anteriores que venham a ser deferidas; e IT10 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos - PAC-TIC: Meta: 80%. Resultado: 76,61%. Justificativa: As solicitações encaminhadas pela unidade responsável pela contratação das capacitações foram menores do que o orçamento previsto para o ano de 2023.

Com relação às Perdas Orçamentárias das Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário) e Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário) haverá orientação aos gestores deste Tribunal para cumprimento dos prazos estipulados nos Planos de Contratações. Com relação à Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Obrigatórias (Orçamento ordinário), buscaremos a diminuição destes valores. No entanto, este orçamento abrange as despesas com pessoal e benefícios e estas são influenciadas por normativos legais. Para o exercício de 2024, continuaremos executando o orçamento de acordo com o efetivamente planejado no ano de 2023, buscando ao longo do exercício minimizar os impactos decorrentes de contratações inicialmente não planejadas.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/arquivos_transparencia/orcamento-e-financas-e-pagamentos/anexo-ii-dezembro-2023/@@download/file/Anexo%20II_Dezembro_2023_Internet.pdf

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5.2 Gestão de Custos

Conformidade legal: A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam com o alcance da missão institucional e contribuem para ela:

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200

municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral. O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Figura 32 - Fluxo do processo de apuração de custo

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2023, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo-se os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo

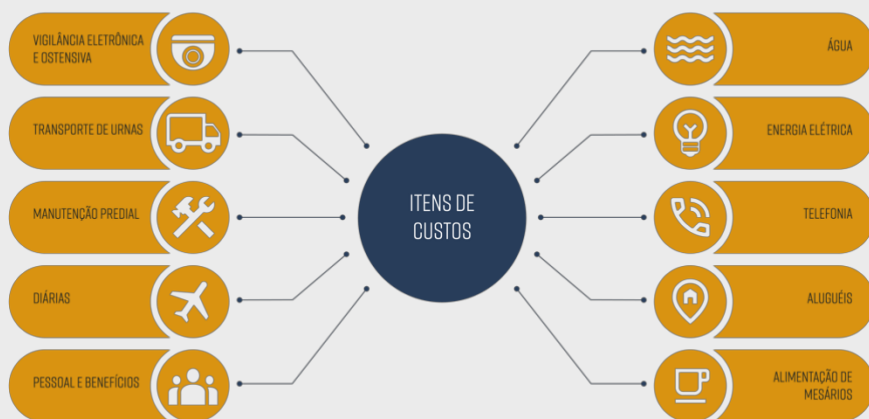


Figura 33 - Itens de custo

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê? ”, e apresentar o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê? ”, e apresentar a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Figura 34 - Atividades / Serviços

*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no exercício de 2023, que totalizaram R\$ 193,3 milhões, são apresentados os gráficos a seguir:

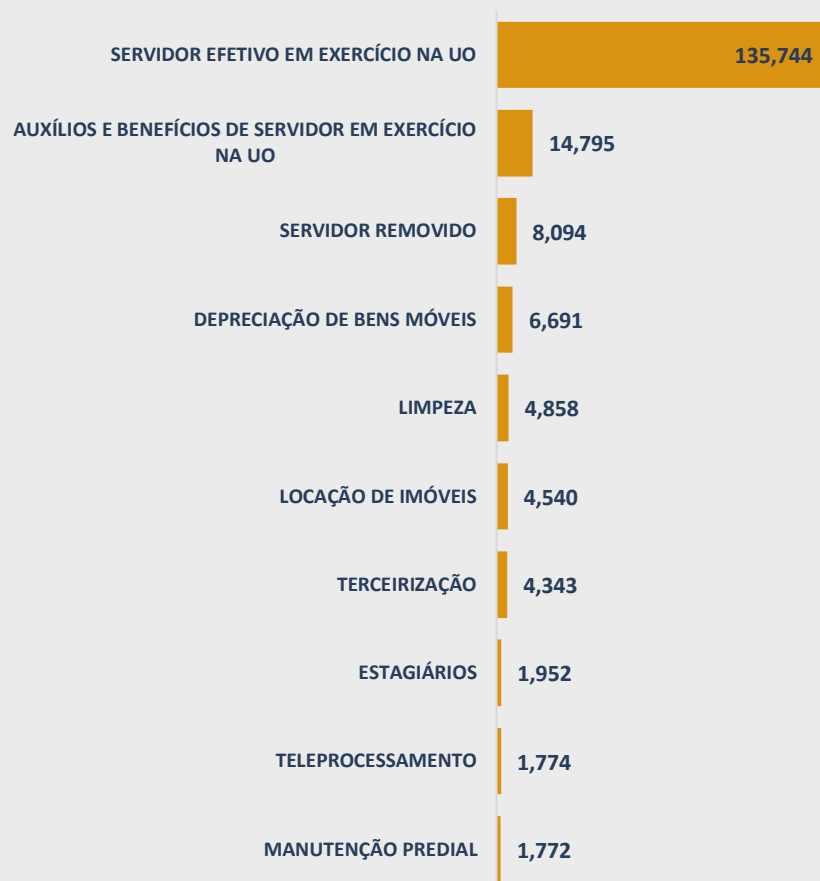


Figura 35 - Gráfico - 10 maiores itens de custo (em R\$ mil)

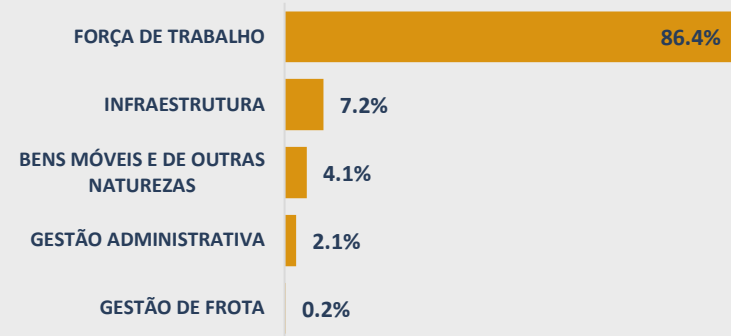


Figura 36 - Custos por subgrupos (em %)



Figura 37 - Custo por atividades / serviços (em %)

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos entre as áreas finalísticas e de suporte:

A alocação dos custos neste Tribunal é coerente com o número de servidores, de imóveis e contratações realizadas. Desta forma, os custos das áreas finalísticas sempre serão maiores que os custos da área de suporte. No ano de 2023, a distribuição de custos entre as áreas finalísticas e de suporte bem como o percentual em relação ao funcionamento da secretaria e atendimento ao público estão demonstrados nos gráficos a seguir.

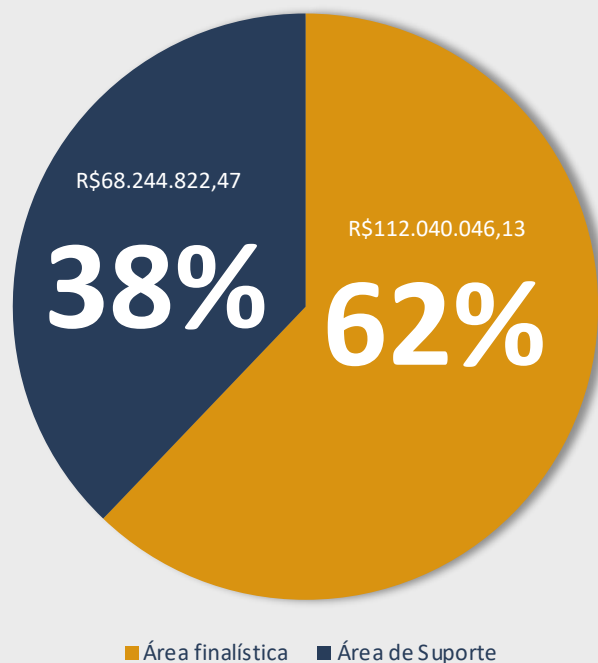


Figura 38 - Gráfico de distribuição dos recursos entre área finalística e de suporte

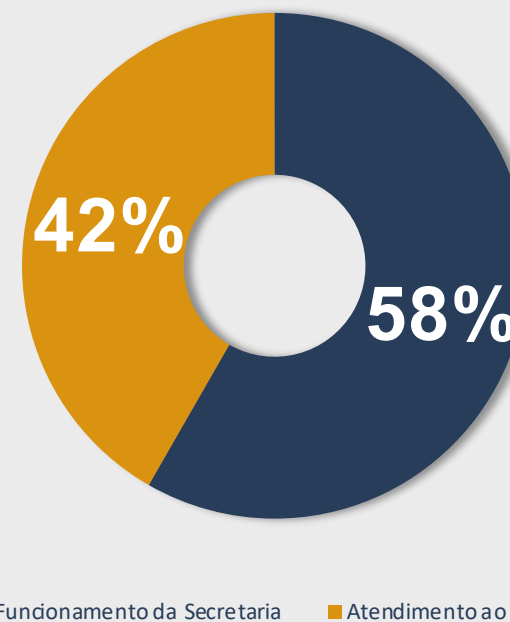


Figura 39 - Gráfico funcionamento da Secretaria v. Atendimento ao Público (em %)

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos:

Como principal desafio tem-se a manutenção das atividades da Justiça Eleitoral catarinense frente à limitação orçamentária dos últimos anos, buscando preservar a excelência dos serviços prestados à sociedade catarinense, adequando a disponibilidade orçamentária à manutenção do Órgão e à implantação de projetos que tragam benefícios reais, destacando o que visa a segurança da informação da Justiça Eleitoral.

Cabe destacar que o orçamento para o ano de 2023 foi adequado para atender às necessidades de manutenção do Órgão, à modernização do parque de informática e à realização de contratações que busquem a segurança da informação da Justiça Eleitoral, sendo que para o atendimento do item segurança da informação da Justiça Eleitoral foram previstos R\$ 5.336.511,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e onze reais) e empenhados R\$ 4.191.721,00 (quatro milhões, cento e noventa e um mil, setecentos e vinte e um reais).

As informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento. A incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

A estrutura de governança da Instituição dispõe de mecanismos para direcionar, monitorar e controlar a aplicação dos recursos públicos, tais como o estabelecimento de objetivos organizacionais para a área de contratações, o plano de gestão de riscos nas contratações, o plano de contratações anual e a existência do Comitê de Contratações, estrutura colegiada com representantes de todas as áreas, destinada a subsidiar a Alta Administração na tomada de decisões.

Por fim, os procedimentos de contratação estão sujeitos à análise dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, visando ao controle de legalidade dos atos. Além disso, no que se refere à transparência, a execução de todas as despesas encontra-se disponível no sítio eletrônico deste Tribunal na Internet, na área “Transparência e Prestação de Contas”, em observância às normativas dos órgãos de controle.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5.3 Gestão de Pessoas

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas:



A Gestão de Pessoas no TRE-SC busca potencializar as competências gerenciais e técnicas de seus servidores, visando modernizar os modelos de gestão, fortalecer as relações humanas e assegurar um ambiente de trabalho saudável. Alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente. Dentre as principais destacam-se a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; as diversas diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU e, também as normas internas deste Tribunal. Dentre as normas do TRE-SC, citam-se: as portarias TRE-SC/P nº 13/2023, que dispõe sobre o recolhimento de documentos permanentes ao Arquivo Central; nº 18/2023, que dispõe sobre a regulamentação dos processos de aquisições e contratações; nº 21/2023, que institui o Comitê de Contratações; nº 32/2023, que regulamenta o regime de trabalho denominado home office; nº 50/2023, que institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito da Rede Interna de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; nº 110/2023, que dispõe sobre a criação, a composição e as atribuições do Laboratório de Inovação e de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; nº 138/2023, que dispõe sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina durante o período de recesso forense; nº 146/2023, que dispõe sobre a suspensão do regime de home office.

O Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, aprovado pela Portaria TRE-SC/P nº 7/2018 e alterado pela Portaria TRE-SC/P nº 106/2022, direcionou o alinhamento da estratégia da unidade de gestão de pessoas ao Planejamento Estratégico do TRE-SC, para o período de 2017-2022. A revisão do plano foi realizada por meio da Portaria TRE-SC/P nº 139/2023, compreendendo o período 2023-2026.

O normativo definiu os objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações, com o propósito de atingir a missão de promover o desenvolvimento organizacional para a prestação de serviço de excelência nas atividades do TRE-SC. Como mecanismos de controle e aperfeiçoamento para direcionar a tomada de decisão em Gestão de Pessoas, são utilizados indicadores táticos que compõem a medição do indicador de desempenho estratégico: Índice de Desempenho da Gestão de Pessoas.

Em 2023, o TRE-SC observou as normas e orientações relativas à autorização de acesso às declarações de imposto de renda; ao controle dos registros no Sistema e-Pessoal-TCU (atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadorias); e ao controle dos requisitos para ocupação de cargo ou função comissionada Resolução CNJ nº 156/2012 – “Ficha Limpa”.

Apontamentos dos órgãos de controle externo

Da análise efetivada pelo TCU, no exercício 2023, foram apresentados 8 (oito) indícios de irregularidade: 4 (quatro) acumulação irregular de cargos; 2(dois) inobservância do teto constitucional para pensionista; 1 (um) pagamento de remuneração à pensionista falecido; e 1(um) remuneração acima do teto. Após as unidades técnicas prestarem os esclarecimentos, 4 (quatro) indícios foram arquivados e 4 (quatro) estão em monitoramento pelo TCU.

Relatório de Instância ou área de correição

Em 2023, não houve a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Avaliação da força de trabalho: distribuição por áreas e/ou subunidades ou unidades vinculadas; principais categorias:

A avaliação da força de trabalho da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) revela um quadro diversificado e abrangente, composto por Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários em diversas áreas especializadas, tais como judiciária, administrativa, engenharia, contabilidade, análise de sistemas, biblioteconomia, odontologia, taquigrafia, arquivologia e medicina, entre outras. Além disso, há a colaboração de servidores cedidos, removidos, requisitados e estagiários.

A atuação dos magistrados, promotores e procuradores eleitorais fortalece o corpo jurídico, sendo que os magistrados, no 1º grau, são designados dentre aqueles da Justiça Comum Estadual, enquanto os promotores/procuradores são indicados pelo Ministério Público, garantindo uma representação diversificada e especializada, e; no 2º grau, 7 Juízes-Membro (categorias desembargador, juiz federal, juiz de direito e advogado) e Procuradora Regional Eleitoral compõem o Pleno.



Figura 40 – Gráfico força de trabalho total do TRE-SC em 2023

Em 2023, o Tribunal preencheu 5 (cinco) cargos efetivos, sendo 4 (quatro) ocupantes do cargo de analista judiciário, área judiciária, e 1 (um) do cargo de técnico judiciário, área administrativa.

Além disso, foram promovidos 3 (três) concursos internos de remoção, que resultaram na movimentação de 12 (doze) analistas judiciários, área judiciária.

O quadro de pessoal do TRE-SC possui 493 cargos efetivos, sendo 199 analistas judiciários e 294 técnicos judiciários. Destes, 1 (um) cargo de analista judiciário permaneceu vago em 2023.

Compõem ainda a força de trabalho os servidores cedidos, removidos, auxiliares eleitorais (requisitados), juízes eleitorais, promotores eleitorais, membros do Pleno e as pessoas contratadas por meio da terceirização de serviços, cujos contratos são geridos por outras unidades do Tribunal.

Os números revelam que, além do quadro efetivo, há uma necessidade de complemento de pessoal por meio de contratações, requisições e de estagiários para atender as demandas permanentes e, principalmente, as sazonais, como fechamento de cadastro, eleições, eleições suplementares, etc., que exigem um esforço adicional e temporário.

Em relação aos 492 cargos efetivos ocupados, apresenta-se os gráficos a seguir:

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Servidores por cargo efetivo

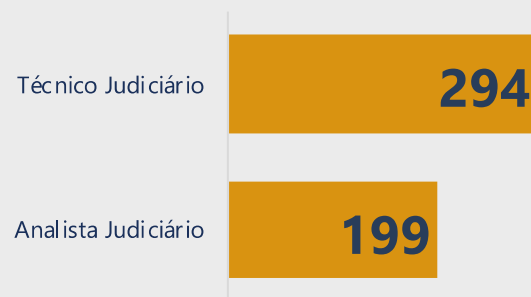


Figura 41 – Gráfico servidores por cargo efetivo

Servidores por gênero

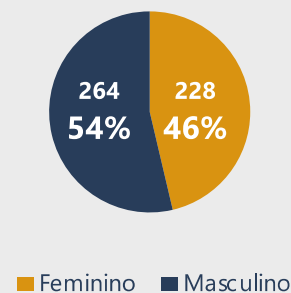


Figura 42 – Gráfico servidores por gênero

Ocupação de função comissionada

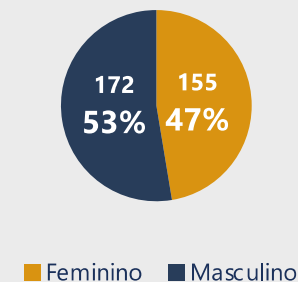


Figura 43 – Gráfico ocupação de função comissionada

Ocupação de cargos comissionados

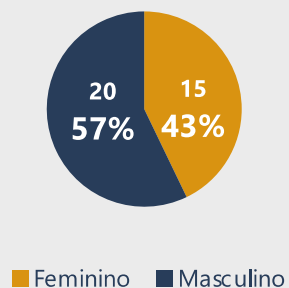


Figura 44 – Gráfico ocupação de cargos comissionados

Cargos efetivos por lotação

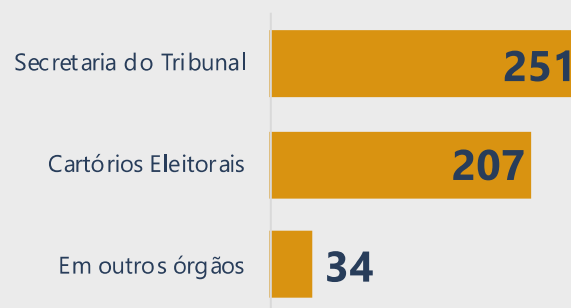


Figura 45 - Gráfico cargos efetivos por lotação

Grau de escolaridade

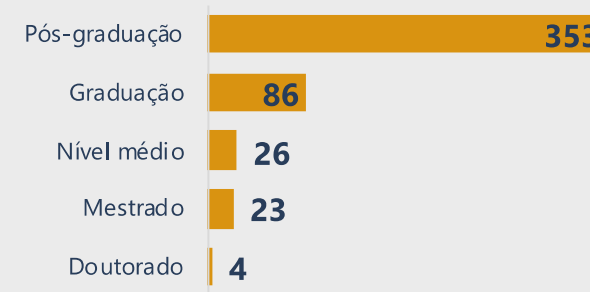


Figura 46 – Gráfico grau de escolaridade

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Servidores por faixa etária (em %)

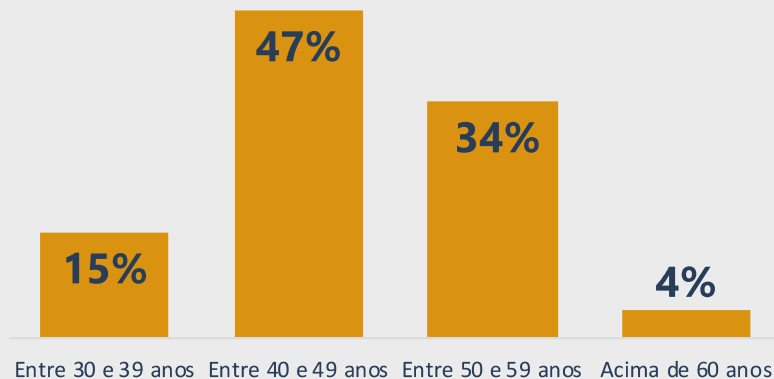


Figura 47 – Gráfico Servidores por faixa etária (em %)

Número de servidores com deficiência (por tipo)

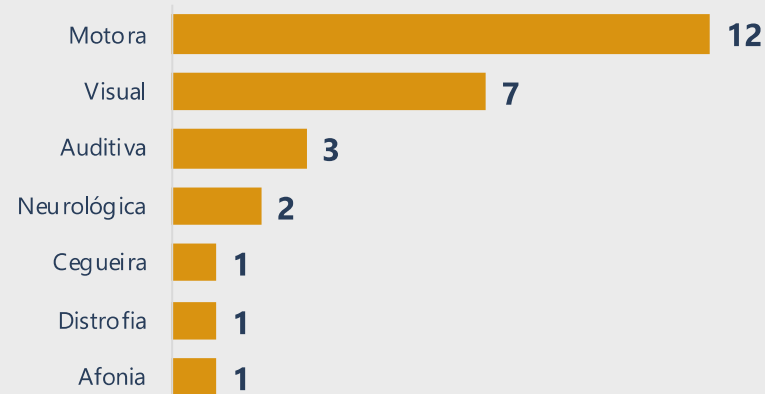


Figura 48 – Gráfico número de servidores com deficiência (por tipo)

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria:

O TRE-SC é composto por 100 (cem) cartórios eleitorais, que possuem, em regra, 2 (dois) servidores efetivos, sendo um de Analista Judiciário - Área Judiciária e um de Técnico Judiciário - Área administrativa.

As crescentes demandas da Justiça Eleitoral associadas ao seu reduzido quadro de pessoal, inclusive com o retorno de servidores requisitados aos órgãos de origem e a falta de previsão de criação de novos cargos por lei, impõem que os processos de trabalho comuns sejam unificados em núcleos para que a força de trabalho possa entregar mais resultados à sociedade, com a melhor adequação do uso do tempo de trabalho dos servidores.

Nesse sentido, visando o aprimoramento da sistemática de gerenciamento da distribuição da força de trabalho, está em tramitação proposta de criação de núcleos para realizar macroatividades das unidades cartorárias.

Ao longo do ano 2023, foram formalizadas, aproximadamente, 5 forças-tarefas e equipes de apoio para a realização de atividades na Secretaria do Tribunal e nos cartórios eleitorais, com atuação de 75 servidores. Destacam-se, entre elas:

Prestação de Contas - Prorrogação (9/1 a 11/10/2023): 6 servidores (PDG 147 e 194/2023); Treinamento dos Mesários - Eleição Suplementar de Brusque (18 a 20/8/2023): 12 servidores (PDG 203/2023); Preparação das Urnas - Eleição Suplementar de Brusque (27/8/2023): 10 servidores (PDG 203/2023); Suporte e Representação/Auditoria - Eleição Suplementar de Brusque (31/8 a 4/9/2023): 24 servidores (PDG 203 e 215/2023 e PP 103/2023); Plantão e Sobreaviso - Eleição Suplementar de Brusque (2 e 3/9/2023): 23 servidores (PDG 221/2023).

Como parte de sua estratégia de alocação de pessoas, em razão das vacâncias de cargos, o Tribunal realiza concurso interno de remoção, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Resolução TSE nº 23.701/2022, para movimentação entre as unidades cartorárias e a Secretaria do Tribunal.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Em 2023, foram promovidos 3 (três) concursos internos de remoção, que resultaram na movimentação de 12 (doze) analistas judiciários, área judiciária.

Para o provimento de 5 (cinco) cargos efetivos, sendo 4 (quatro) ocupantes do cargo de analista judiciário, área judiciária, e 1 (um) do cargo de técnico judiciário, área administrativa, autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Portaria TSE nº 328/2021, utilizou-se o aproveitamento da lista de aprovados no concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região.

Além disso, no âmbito da Secretaria do Tribunal, foram abertos processo de seleção interna para suprir as unidades com carência de pessoal, no qual 66,67% das solicitações foram atendidas.

Somado a isso, para mitigar os efeitos da escassez de servidores, decorrente da falta de criação de novos cargos, integrantes do Núcleo de Apoio Virtual - NAV foram designados para prestar apoio nas atividades ordinárias de seções com maior demanda.

Dos 492 servidores do TRE-SC, 16 possuem os requisitos previstos em lei para a concessão de aposentadoria, tendo optado por permanecer em atividade, com a consequente percepção de abono de permanência.

Detalhamento da despesa de pessoal, evolução dos últimos anos e justificativa para o resultado:

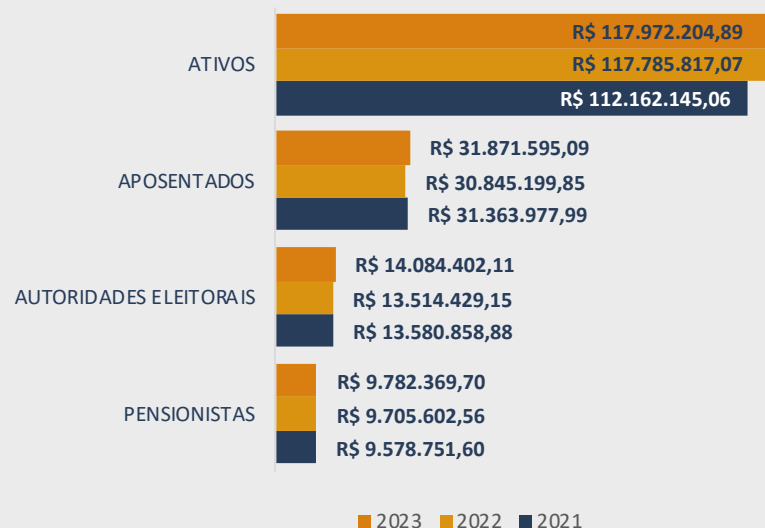


Figura 49 – Gráfico detalhamento da despesa de pessoal dos últimos anos

Em 2023, por ser um ano não eleitoral, não houve aumento substancial em relação ao ano de 2022 nas despesas com servidores ativos, aposentados, autoridades eleitorais e pensionistas. O incremento de despesa com servidores ativos (0,16%) resultou do reajuste salarial estipulado pela Lei nº 14.523/2023.

Em relação às despesas com autoridades eleitorais, houve um crescimento de 4,22% em relação ao ano anterior em virtude da criação de unidade cartorária em Palhoça/SC no final do exercício, o que implicou na designação de Juiz e Promotor Eleitoral.

No que tange aos gastos com aposentados, o acréscimo (3,33%) ocorreu devido ao aumento do número de beneficiários: em 2022, o TRE-SC possuía 104 beneficiários, enquanto em 2023, esse número subiu para 106.

Por fim, o aumento nas despesas com pensionistas foi resultado do reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (Portaria Interministerial MPS/MF nº 2/2024) e também do aumento salarial estabelecido pela Lei nº 14.523/2023.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



Figura 50 – Gráfico despesas do Programa de Assistência à Saúde (PAS)

Para o ano de 2023, foi disponibilizado para o Programa de Assistência à Saúde (PAS) o total de R\$ 10.740.648,00, decorrente de verba individual dos servidores da Justiça Eleitoral, efetivos e removidos, e a seus respectivos dependentes, no valor fixo de R\$ 546,00.

Citado orçamento é destinado ao pagamento do plano de saúde contratado pelo Tribunal, ao reembolso de despesas com plano de saúde e ao ressarcimento de despesas odontológicas particulares. Destina-se também às campanhas de saúde e ao

reembolso de consultas e exames periódicos, além do pagamento do serviço de assistência de saúde bucal e às despesas médicas decorrentes de acidente de trabalho.

Em razão da majoração do orçamento disponível ao PAS, foram editadas diversas Ordens de Serviços (OS), ampliando os ressarcimentos a todos os beneficiários, conforme a seguir:

- Atualização do valor per capita da Assistência Médica e Odontológica;
- Reembolsos, no valor integral, das mensalidades e coparticipações do Plano de Saúde contratado pelo Tribunal, de janeiro a dezembro, conforme OS nº 1, 2, 3 e 4/2023.
- Manutenção dos ressarcimentos de exames e consultas médicas em determinadas especialidades, com base nas informações obtidas nos exames periódicos (OS - SGP nº 7/2022);
- Reajustes anuais dos Contratos nº 17 a 28/2018, firmados com a Unimed Grande Florianópolis, tendo sido regulamentado os novos valores da cota parte deste TRE-SC com reembolso das mensalidades e coparticipações do plano de saúde do mês de maio, nos termos da OS - SGP nº 3/2023.

Efetuados os reembolsos, com a sobra do orçamento do PAS, no valor de R\$ 1.409.478,52, foi realizado o ressarcimento suplementar entre os beneficiários, respeitada a proporcionalidade da sua permanência no PAS durante o exercício.

Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho, etc.:

Com base nas avaliações de desempenho, no clima organizacional e nos *gaps* de competência, é realizado o levantamento das necessidades de capacitação.

As ações de capacitação integram o Plano Estratégico do TRE-SC para o período de 2021 a 2026, sob a perspectiva Aprendizado e Crescimento. Já na esfera do plano setorial da Escola Judiciária Eleitoral (EJESC), as capacitações estão contempladas na perspectiva Clientes e visam à promoção do aperfeiçoamento continuado de servidores e magistrados.

A EJESC atua tanto na formação e atualização dos servidores e magistrados da Justiça Eleitoral Catarinense, primando pelo desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral, como no desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania. O Plano Anual de Trabalho (PAT) e o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) detalham as atividades que serão executadas no exercício.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

A formação de servidores e magistrados teve seu foco voltado aos treinamentos destinados à preparação das Eleições 2024, com cursos como o de Direito Eleitoral Digital, e ao atendimento às necessidades obrigatórias e legais, como a implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos, Plano de Auditorias, Plano de Capacitação em Tecnologia da Informação, Processo Administrativo Disciplinar, Segurança da Informação, Competências Gerenciais, Ambientação à Magistratura Eleitoral, entre outros. Houve também apoio ao Programa de Conscientização em Segurança da Informação e nas Eleições da Comunidade.

No ano de 2023 foi cumprido integralmente o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento. A seguir destacam-se alguns números do resultado alcançado no exercício:

Orçamento para capacitação (em R\$)

R\$ 462.562,00

Sobra orçamentária (em R\$)

R\$ 29.962,07

Orçamento executado (em %)

93,52%

Sobra orçamentária (em %)

6,48%

Horas de treinamento oferecidas

3.227

Público atendido (vagas)

18.833

Contratações por ano

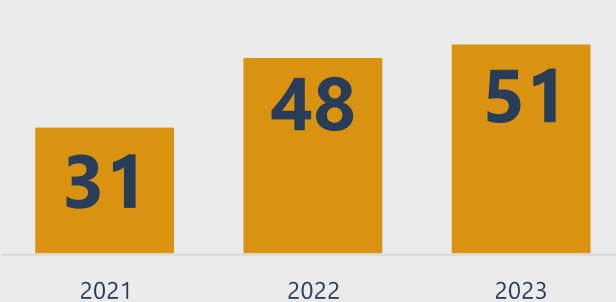


Figura 51 – Gráfico - contratações por ano

Execução orçamentária por tipo



Figura 52 – Gráfico execução orçamentária por tipo

Participantes por ano

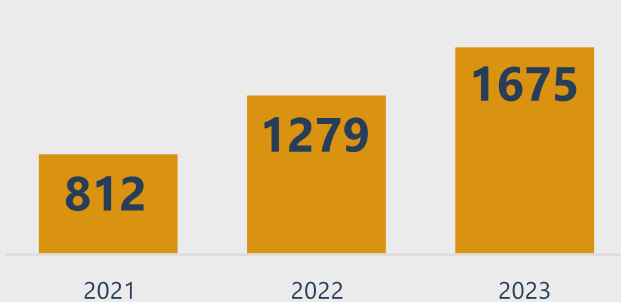


Figura 53 – Gráfico - participantes por ano

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Para o ano de 2023, os gestores foram capacitados no tema “Negociação”, com sessões de mentoria, trilha de educação a distância e elaboração de projeto ágil (FRST Falconi); no curso “Desenvolvimento de Competências Gerenciais”, produzido pelo TRE-MG; e, no curso “Educação para o trabalho não presencial”, com a Professora Andresa Darosci Silva Ribeiro.

Quanto aos demais servidores, foram realizadas diversas palestras para promover engajamento e integração, incluindo temas como "Inspirações que transformam", "Investimento pessoal: o caminho para a estabilidade financeira", "Saúde masculina e prevenção médica", "Como evitar a exaustão profissional e promover o bem-estar mental no trabalho (e na vida pessoal!)", "Construindo futuros promissores", "Liderança em um contexto de trabalho híbrido" e "Criação de uma cultura de inovação no TRE-SC".

Por fim, para impulsionar o desempenho e a eficiência dos servidores e valorizar o ambiente e as condições de trabalho, várias ações foram promovidas em 2023, incluindo o uso de sistemas e ferramentas de apoio, destacando-se:

- Implantação do banco de perfis: em 2023, o TRE-SC adotou o *PI® - Predictive Index*, um sistema destinado ao mapeamento de perfis e competências individuais, como parte de uma abordagem mais técnica na gestão de pessoas, com objetivo de orientar a formação de equipes e promover o desenvolvimento dos servidores. O mapeamento teve início em 2023 e continuará em 2024.
- Regulamentação e implementação do regime de trabalho home office, conforme Resolução TRE-SC nº 8.055/2022 e Portaria TRE-SC/P nº 32/2023. Citado regime permite que servidores desempenhem suas atividades em casa, resultando frequentemente em melhor desempenho, produtividade e qualidade de vida. Em 2023, dos 492 servidores do quadro de pessoal (cargos ocupados), 235 foram autorizados a trabalhar em regime remoto.
- Dimensionamento da força de trabalho: para 2024, espera-se uma análise detalhada do ciclo iniciado nos cartórios eleitorais em 2023, com o destaque para os problemas identificados no levantamento de dados e suas repercussões no resultado final.
- Pesquisa de Clima e Engajamento, por meio da ferramenta *Pulses*.
- Apresentação do projeto de valorização do servidor por meio de recompensa por atuação em força-tarefa, cujo objetivo é incentivar e reconhecer a participação dos servidores nas atividades em que o Tribunal necessita de formação de equipes temporárias para a realização das atividades fundamentais à regular consecução dos trabalhos da Justiça Eleitoral (SEI nº 909-86.2024.6.24.8000).
- Contratação do serviço de psicologia: com o intuito de reduzir potenciais problemas de saúde mental e interpessoais, houve a contratação de uma psicóloga para oferecer atendimento individual e atividades de Psicologia do Trabalho e Organizacional. Em 2023, foram realizados 162 atendimentos e avaliações.
- Contratação de novo plano de saúde, junto a operadora Unimed Grande Florianópolis.
- Pesquisa de saúde mental: em parceria com o Departamento de Psicologia da UFSC, foi elaborado questionário para investigação dos impactos provocados pelo ambiente de trabalho sobre a saúde mental dos servidores do TRE-SC.
- Ações de saúde: foram realizados exames periódicos, vacinação contra a gripe e atualização vacinal para várias doenças, incluindo COVID-19, sarampo, caxumba, rubéola, hepatite B, tétano e febre amarela.
- Campanhas virtuais de saúde: foram intensificadas campanhas virtuais de saúde, como a "Nossa Saúde Mental Importa", focada no bem-estar e saúde mental dos servidores.
- Acompanhamento de servidores com deficiência.
- Reembolsos no valor integral, das mensalidades e coparticipações do Plano de Saúde e de vacinas da gripe.
- Mediações de conflitos.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Regime de trabalho (em %)

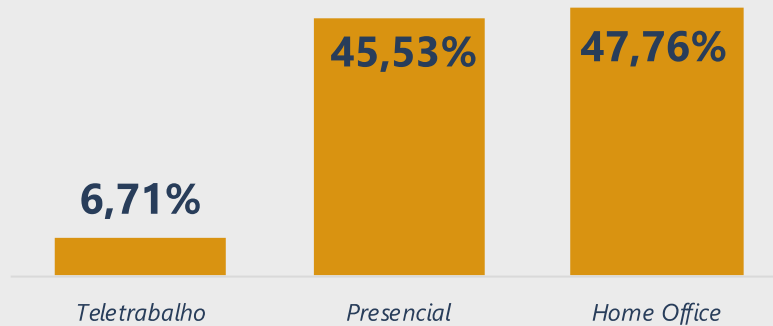


Figura 54 – Gráfico regime de trabalho (em %)

Regime de trabalho não presencial por lotação (em %)

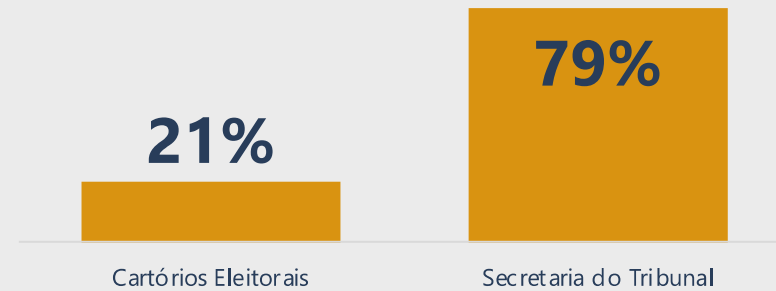


Figura 55 – Gráfico regime de trabalho não presencial por lotação (em %)

Eventos voltados a valorização,
engajamento e integração dos servidores

10

Programa Qualidade de Vida
satisfação (em %)

91,20%

Absenteísmo
(em %)

2,96%

Proteção à saúde do servidor
(em %)

55,20%

Gestores capacitados
(em %)

92,46%

Satisfação com a lotação atual
(em %)

90,1%

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

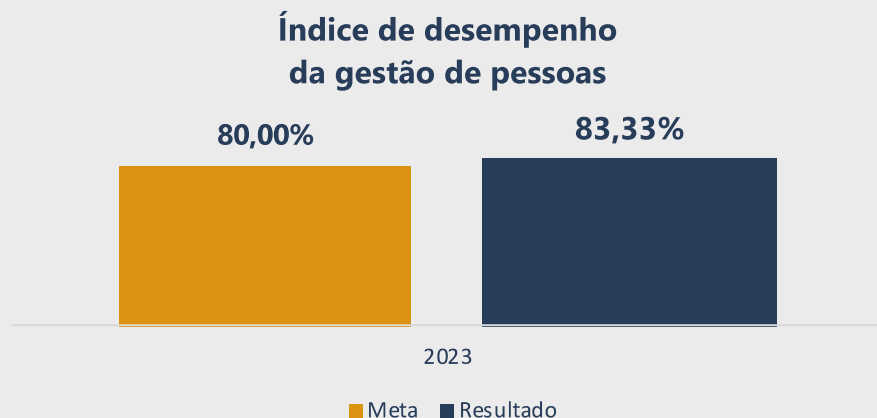


Figura 56 - Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de pessoas - 2023

Para medir o desempenho da área de gestão de pessoas em 2023 foram selecionados 12 indicadores táticos: IT1.1 - Índice de maturidade em governança em gestão de pessoas; IT1.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas; IT2.1 - Número de eventos voltados à valorização, engajamento e integração do servidor; IT3.1 - Índice de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; IT3.2 - Índice de proteção à saúde do servidor; IT3.3 - Índice de absenteísmo motivado por doença dos servidores; IT4.1 - Índice de gestores capacitados; IT5.1 - Índice de adequação da força de trabalho na Sede; IT5.2 - Índice de clareza de lotação nos Cartórios Eleitorais; IT5.3 - Índice de satisfação de lotação de servidores na Sede; IT5.4 - Índice de lotação total e IT6.1 - Índice de unidades com Dimensionamento da Força de Trabalho. Destes, 2 não atingiram a meta no exercício: IT3.2: Meta: 60%.

Resultado: 55,20%. Motivo: Em 2023, foram realizados os Exames Médicos Periódicos, considerando a edição da Portaria TRE-SC/P nº 52/2023, os exames foram obrigatórios para todos os servidores bianualmente (ano não-eleitoral), porém nem todos os servidores fizeram. Ao todo foram realizados 265 periódicos médicos, sendo 128 presenciais, totalizando 55,2% dos exames, ficando abaixo da meta prevista que era 60%. IT4.1: Meta prevista para 2022-2023: 100%. Resultado: 92,46%. Motivo: A SGP irá promover a capacitação dos gestores somente em anos não eleitorais. Dessa forma, em 2023, foram oferecidos aos gestores treinamentos de 30 horas em capacitação gerencial. Foram enviadas comunicações aos servidores alertando sobre a necessidade de cumprimento dessas horas. De 199 gestores, 184 realizaram algum tipo de capacitação gerencial.

Os principais desafios identificados na área de gestão de pessoas incluíram a carência de recursos humanos e a possível sobrecarga de atividades em algumas unidades. Para abordar essas questões, foram exploradas soluções, como a análise de práticas consolidadas no Tribunal, destacando o Núcleo de Apoio Virtual (NAV), a implementação de forças-tarefas, envolvendo a participação de diversos servidores, etc. Também identifica-se como desafios ampliar o número de estagiários contratados para os Cartórios Eleitorais; possibilitar o acesso dos servidores aposentados e dos pensionistas à sistema específico na página do TRE/SC na internet, para conhecimento de seus dados, sobretudo contracheques, informes de imposto de renda, fichas financeiras e outros documentos; aprimorar os sistemas informatizados, de forma a propiciar aos executores das atividades maior celeridade, menos riscos e resultados mais efetivos para a administração pública.

Já quanto a ações e perspectivas para os próximos exercícios: o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas contempla ações para o período 2023-2026, dentre elas: adequar a força de trabalho das unidades cartorárias e da secretaria às demandas existentes; gerenciar ocupações críticas; instituir programa de sucessão; aprimorar a cultura organizacional, no que tange ao desenvolvimento e à capacitação; e evoluir nos indicadores de desempenho da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Saiba mais: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1859497/portaria_pres_2023_139.pdf

4.5.4 Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal:



A Gestão de Licitações e Contratos no TRE-SC possui os seguintes objetivos organizacionais: implementar o processo de contratações públicas sustentáveis; fortalecer a governança na área de aquisições e contratações; e aperfeiçoar a gestão orçamentária. Alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente. Dentre as principais destacam-se: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2022, Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei nº 14.122/2021. Os decretos nº 11.246/2022 e 11.462/2023, as resoluções CNJ nº 347/2020 e TSE nº 23.702/2022. Dentre as normas do TRE-SC, citam-se: as portarias TRE-SC/P nº 93/2017, nº 94/2017, nº 67/2020, nº 134/2021, nº 136/2021, 95/2022, nº 18/2023, nº 33/2023, nº 39/2023 e nº 145/2023.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

Os principais mecanismos de controle e prevenção de irregularidades e falhas da área de licitações e contratos são baseados em listas de verificação, de preenchimento obrigatório, em que os servidores responsáveis apontam o cumprimento de todos os requisitos legais e administrativos à realização de suas atividades.

Além disso, todos os procedimentos de contratação são cadastrados em um banco de dados, no qual são registradas todas as suas etapas, inclusive durante a execução contratual, com vistas à observância dos prazos legais para a realização, por exemplo, de reajustes e prorrogações, em tempo hábil para garantir a continuidade dos serviços.

Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviços ou bens, bem como com a indicação das áreas da organização favorecidas com a aquisição:

Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

- Serviços de mão de obra terceirizada (limpeza e conservação, vigilância presencial, técnico em telecomunicações, serviços de psicologia, técnico em refrigeração, telefonista, copeiragem, recepcionistas, auxiliar de saúde bucal, motorista, operador de máquina reprográfica, operador de empilhadeira, conservação de urnas eletrônicas, jardinagem, jornalista, designer gráfico, produtor audiovisual, técnico de áudio e vídeo, analista de marketing digital/social media, manutenção predial, suporte a usuários de TI, técnico em edificações ou construção civil e eletrotécnica, técnicos de apoio ao voto informatizado);
- Manutenção de equipamentos (elevadores, aparelhos de ar condicionado, central telefônica, empilhadeiras, portões, *softwares* e equipamentos de informática);
- Locação de imóveis;
- Demais contratações contínuas (vigilância eletrônica, concessão de estágios, transporte rodoviário de cargas, coleta e destino final de resíduos infectados, acesso à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação de dados (*backbone*), fornecimento de passagens aéreas, seguro predial e de urnas, seguro de veículos, serviços postais, cobertura fotográfica, gravação das sessões e eventos, serviço médico-hospitalar e laboratorial, serviços de operacionalização de sistema informatizado para que empresas credenciadas forneçam combustíveis e prestem serviços de manutenção de veículos, serviços gráficos, assinatura de TV a cabo, fornecimento de carimbos, crachás, faixas e *banners*).

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações:



Figura 57 - Gráfico serviços contratados para funcionamento administrativo (em R\$)

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização:

Despesas contratadas no exercício 2023 por dispensa ou inexigibilidade de licitações em acordo com a legislação vigente e conforme detalhado nos gráficos a seguir:

Dispensa de licitação: pelo valor

R\$ 254.870,97

Outras dispensas de licitação

R\$ 680.626,36

Inexigibilidades

R\$ 1.557.709,66

Dispensa de licitação: pelo valor



Figura 58 – Gráfico detalhamento da dispensa de licitação pelo valor

Outras dispensas de licitação

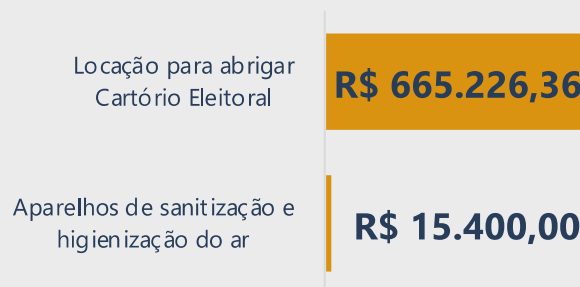


Figura 59 – Gráfico detalhamento dispensa de licitação

- O valor do item 1 é anual e refere-se à locação de 11 imóveis para abrigar Cartórios Eleitorais.
- O valor do item 2 é para o acervo museológico (art. 24, V)

Inexigibilidades

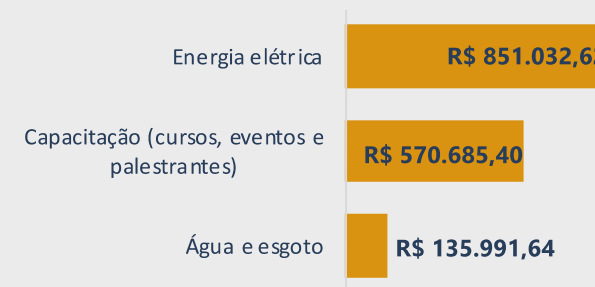


Figura 60 – Gráfico detalhamento inexigibilidades

- Despesas pagas em 2023.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Contratações diretas por tipo (em quantidade)

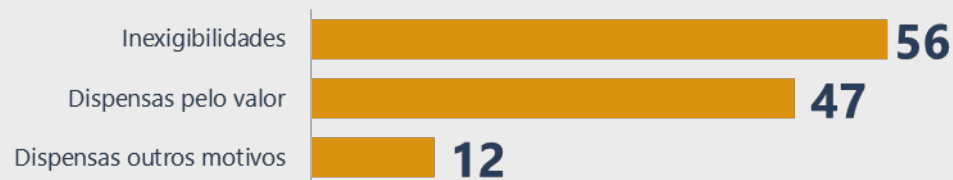


Figura 61 – Gráfico – contratações diretas por tipo (em quantidade)

69,28%

Contratações diretas do total de contratações (em %)

115 contratações diretas representando 69,28% do total de contratações realizadas no exercício 2023.

Principais tipos e respectivas justificativas

Dispensa de licitação:

- Dispensa pelo valor: O art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) e o art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021 preveem a possibilidade de aquisição de produtos e contratação de serviços com dispensa de licitação até os valores previstos no Decreto nº 11.317/2022 (referente ao exercício de 2023), visando à economia com procedimentos licitatórios para objetos de baixo valor.
- Dispensa por licitação frustrada: O art. 24, V, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) e o art. 75, III, da Lei nº 14.133/2021 preveem a possibilidade de aquisição de produtos e contratação de serviços com dispensa de licitação quando esta for frustrada, visando à economia com a repetição de procedimentos licitatórios que já se mostraram infrutíferos.
- Locação de imóvel: O art. 24, X, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) prevê a possibilidade de compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com dispensa de licitação. Atualmente, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, V, possibilita essa espécie de contratação por inexigibilidade de licitação.

Inexigibilidade de licitação:

- Capacitação (cursos, palestras, eventos): O art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) e o art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021 preveem a possibilidade de contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com inexigibilidade de licitação, considerando as especificidades dos eventos e a formação dos profissionais envolvidos.
- Energia elétrica: Com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) e no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, os serviços de fornecimento de energia elétrica, que invariavelmente são prestados por empresas concessionárias exclusivas locais, devem ser contratados através de inexigibilidade de licitação.
- Água e esgoto: Com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 (revogada) e no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, que invariavelmente são prestados por empresas concessionárias exclusivas locais, devem ser contratados através de inexigibilidade de licitação.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:



Figura 62 – Gráfico do resultado do índice de desempenho da gestão de contratações - 2023

Para medir o desempenho organizacional no alcance das metas anuais relativas aos objetivos para gestão de contratações, a Instituição serve-se de 7 indicadores táticos, que compõem o Índice de Desempenho da gestão das contratações, quais sejam: IT1. Percentual de Contratações com Critérios de Sustentabilidade; IT2 - Índice de Adequação ao Planejamento de Aquisições; IT3 - Índice de Conformidade aos Prazos Previstos no Planejamento de Aquisições; IT4 - Índice de Agilidade de Procedimentos Licitatórios, de Dispensa e Inexigibilidade de Contratações; IT5 - Índice de Compras Compartilhadas; IT6 - Índice de Licitações Desertas ou Fracassadas; e IT7 - Índice de Dispensa de Licitações. Não foram atingidas as metas relativas aos indicadores táticos “Percentual de Contratações com Critérios de Sustentabilidade”, “Índice de Licitações Desertas ou Fracassadas” e “Índice de Dispensa de Licitações”, acarretando em um “Índice de desempenho da gestão de contratações” de 57,14%, aquém, portanto, da meta estabelecida de maior ou igual a 80%. Verificou-se que aproximadamente 60% das licitações desertas ou fracassadas contemplavam critérios de sustentabilidade, havendo estreito vínculo entre os resultados dos indicadores IT1 e IT6. Não obstante, será realizada a análise individualizada das licitações que não resultaram em contratação, visando identificar, junto ao mercado, quais características e obrigações – entre as quais os critérios de sustentabilidade – afastaram o seu interesse, a fim de reduzir esse

número nas contratações futuras. No que diz respeito ao indicador 7, cabe registrar que, no exercício de 2023, foi implementada, neste Tribunal, a Lei nº 14.133/2021, a qual contempla limites de valores para contratações com dispensa de licitação em razão do valor mais de 3 vezes superior àqueles previstos na Lei nº 8.666/1993, possibilitando a realização de um número de contratações dessa natureza bastante superior à série histórica, com resultado de 45,18%, excedendo a meta estabelecida, que era de 20% a 40%. Diante da nova realidade fática, inclusive, considerando que os referidos valores são atualizados anualmente por índice inflacionário, a meta do indicador tático deverá ser revista para os próximos exercícios.

O principal desafio para a área de gestão de contratações é a continuidade de implementação da Lei nº 14.133/2021, quanto à fase final dos processos de contratação (execução contratual); tendo como principais ações decorrentes a atualização dos processos formais de trabalho e das rotinas de acordo com a nova sistemática implementada pela lei regente e capacitação dos responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos para o necessário nivelamento e aperfeiçoamento dessa atividade de suma importância para a execução eficaz das contratações. Já quanto à perspectiva para os próximos exercícios está o aprimoramento da gestão e fiscalização das contratações, tornando-a mais eficiente e focada em resultados adequados aos objetivos da contratação em si.

4.5.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Conformidade legal: principais normas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades:



A Gestão Patrimonial e de Infraestrutura no TRE-SC, alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente. Dentre as principais destacam-se: Lei nº 4.320/1964 e Lei nº 8.666/1993. Dentre as normas do TRE-SC, citam-se: as portarias TRE-SC/P nº 73/2012 nº 74/2021 e nº 96/2021.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

Os mecanismos de controle e prevenção de falhas e inconsistências na área de gestão patrimonial têm como base o sistema de patrimônio *ASIWEB*, *software* utilizado para a área de patrimônio e almoxarifado no âmbito da Justiça Eleitoral. Constantemente aperfeiçoado com novas versões, o sistema permite o gerenciamento e controle efetivo de todos os bens permanentes em Santa Catarina, distribuídos por 398 unidades de localização. Os bens registrados sofrem constante atualização de valor, desde tangíveis como intangíveis. Além da depreciação e amortização mensal, o sistema disponibiliza a reavaliação por grupo de contas. Qualquer divergência de material, lotação, descrição, marca, modelo, número serial, responsável, movimentação entre setores, valor, classificação contábil, entre outros, pode ser tratada com a emissão de diversos relatórios.

Os usuários possuem perfil de acesso restrito a módulos do programa. Se for preciso monitorar algum erro, há o recurso de relatórios/*logs* de auditoria, que evidenciam a hora, dia, funcionalidade e o responsável pela operação. Outras ferramentas que auxiliam na gestão patrimonial, com dados de origem do sistema *ASIWEB*, são os formulários eletrônicos:

- Guia de Transferência de Bens Patrimoniais – destinada para a conferência e assinatura dos bens movimentados entre os setores.
- Transferência de Bens Permanentes – envia um arquivo com a relação dos bens a serem conferidos pelo titular da Unidade.
- Termo de Posse e Transferência de Bem Patrimonial – formulário que informa os bens permanentes em uso durante o trabalho remoto. Além disso, a área de patrimônio utiliza o sistema de acompanhamento do inventário e as leituras por aplicativo de celular como forma de aferir e inventariar anualmente o patrimônio do TRE-SC.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre objetivos estratégicos:

O TRE-SC recebeu do TSE urnas eletrônicas modelo 2022, que somaram ao patrimônio:

Urnas eletrônicas (em quantidade)

1.550

Valor líquido dos Bens

R\$ 9.245.982,50

Bens permanentes incorporados (em quantidade)

897

Valor líquido dos Bens

R\$ 3.711.713,67

Principais bens permanentes incorporados - 2023

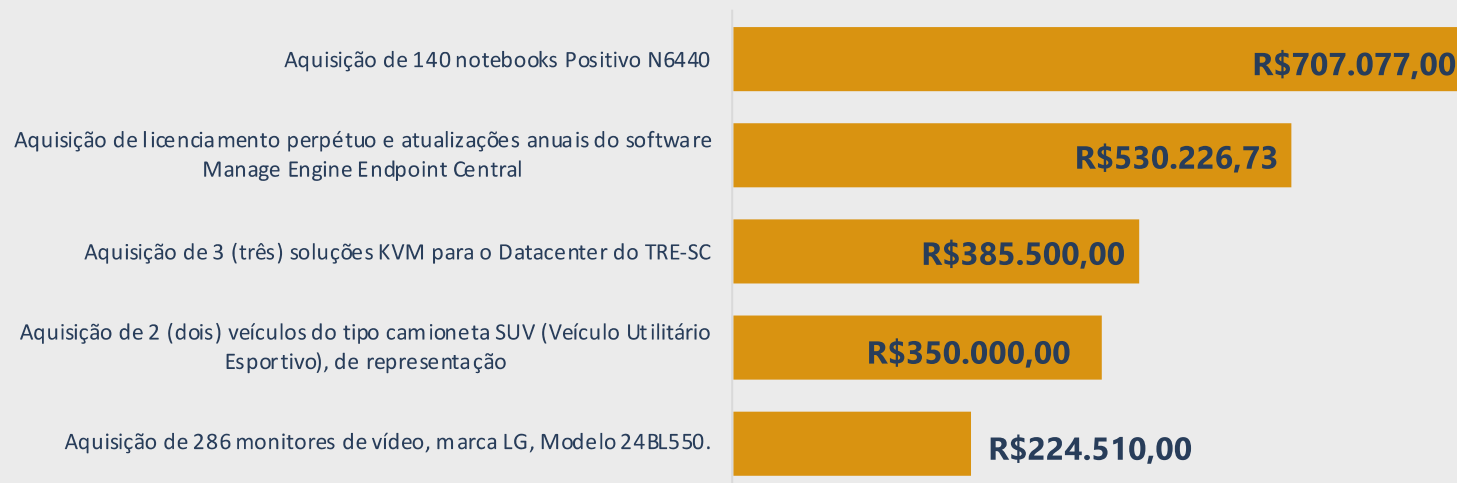


Figura 63 – Gráfico principais bens permanentes incorporados - 2023

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

No exercício de 2023 também foram contratados bens permanentes (investimento de capital) que não foram entregues ou não pagos, dentre estes destacamos:

- Aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, no valor de R\$ 2.789.496,00;
- Aquisição de solução de segurança baseada em hardware e software, contemplando, entre outros, prevenção contra ameaças e filtragem de conteúdo *Web (Next Generation Firewall NGFW, ou Firewall NG)*, no valor de R\$ 2.585.09,70;
- Aquisição de 3 (três) veículos do tipo Minivan, cor branca. Marca *CHEVROLET/SPIN LT 1.8 AUTO - 7L FLEX 2024*, no valor de R\$ 391.500,00;

- Aquisição de 100 (cem) roteadores de dados, marca *INCTEL H7-B Intel Celeron N5105 - 8GB - SSD 128GB*, no valor de R\$ 262.897,00 e
- Aquisição de 1 (um) veículo van furgão, tipo camioneta, sem vidraças no compartimento de carga. Marca *PEUGEOT*, modelo *BOXER L3H2*, no valor de R\$ 249.000,00.

Os itens adquiridos visam o aperfeiçoamento da coleta biométrica do eleitorado deste Estado; à modernização do parque de Tecnologia da Informação, a garantia da segurança das informações e sistemas deste Tribunal na internet; atender a demanda em função da instituição do *home office* e a modernização da frota de veículos.

Por fim, em relação aos bens de consumo, no ano de 2023, as compras de materiais somaram R\$ 907.671,51.

Desfazimento de ativos:

No ano de 2023 ocorreram dois procedimentos de desfazimento de ativos no TRE/SC, nos meses de fevereiro e junho. O total de bens doados e respectivo valor líquido são demonstrados a seguir:

Total de bens doados (em quantidade)

3.789

Valor líquido dos bens (em R\$)

R\$ 105.366,08

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Locações de imóveis e equipamentos:

Há 22 imóveis de propriedade da União ocupados pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina, abrigando a sede e respectivos anexos, assim como alguns cartórios eleitorais. Da experiência dessa última década, pode-se observar que o investimento em estrutura imobiliária própria apresenta boa relação custo-benefício nos municípios que sediam mais de uma zona eleitoral, onde é possível organizar centrais de atendimento ao eleitor, instalando-se mais de um cartório em um só imóvel. Quanto aos demais, constatou-se que, dado o pequeno porte dos imóveis necessários, os custos de locação são baixos, se comparados ao investimento de uma construção. Em média, apurou-se que, para esses municípios, o custo de uma obra equivaleria a mais de 40 anos de locação de um imóvel. O TRE-SC despendeu, no ano de 2023, o total de R\$ 4.654.164,67 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) a título de locação de imóveis.

Destaca-se, em complemento, os esforços empreendidos por este Tribunal com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de retomar a parceria voltada à disponibilização, via cessão, de espaços disponíveis em fóruns estaduais, sendo deferida, em 2023, a cessão de uso para abrigar o Cartório Eleitoral de Turvo, cuja implementação aguarda a respectiva aprovação por lei estadual.

Acerca do tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados, a política adotada é o custeio direto pelos locadores, nas hipóteses em que os serviços importem aumento ou preservação do valor patrimonial, ficando a cargo deste Tribunal apenas as despesas decorrentes de danos ou defeitos acarretados pelo uso. Em relação à locação de equipamentos, a única contratação feita pelo TRE-SC é em relação a um grupo gerador de energia elétrica com combustão a óleo diesel, despendendo-se, no ano de 2023, a quantia de R\$ 49.590,32.

Mudanças e desmobilizações relevantes:

Foram feitas duas alterações pertinentes às sedes dos cartórios eleitorais (Quilombo e Campos Novos).

Principais desafios e ações futuras:

O principal desafio que se vislumbra na área de infraestrutura é a manutenção das instalações dos imóveis que sediam os cartórios eleitorais, especialmente em face das restrições orçamentárias. Como estratégia para amenizar esses impactos, além da parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem-se buscado o compartilhamento de imóveis com outros órgãos, especialmente aqueles em que o regime de teletrabalho se encontra consolidado, de modo a racionalizar as despesas de todas as entidades envolvidas.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5.6 Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade legal:



A Gestão de Tecnologia da Informação no TRE-SC, alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente, além das normas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e adoção de padrões internacionais para gestão de Tecnologia da Informação (*COBIT*, *ITIL*). Dentre as principais destacam-se a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); a Resolução TSE nº 23.644/2021, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral; Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-Jud); Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) e a Resolução CNJ nº 468/2022 – Diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao Conselho Nacional de Justiça.

Modelo de governança de TI:

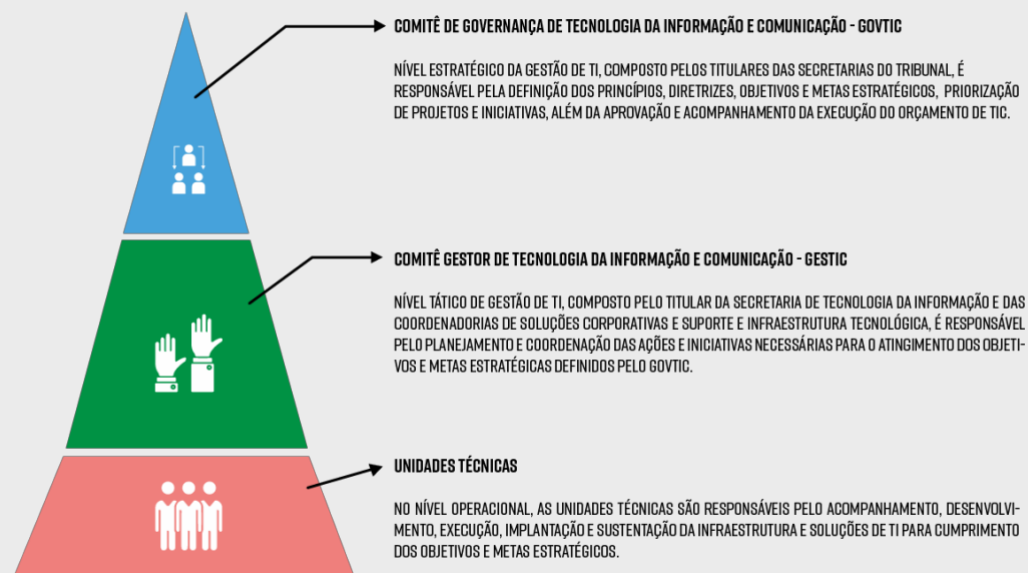


Figura 64 – Gráfico modelo de governança de TI no TRE-SC

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Montante de recursos aplicados em TI:

Valor total (em R\$)

R\$ 12.122.430,03



Montante de recursos aplicados em TI por destinação

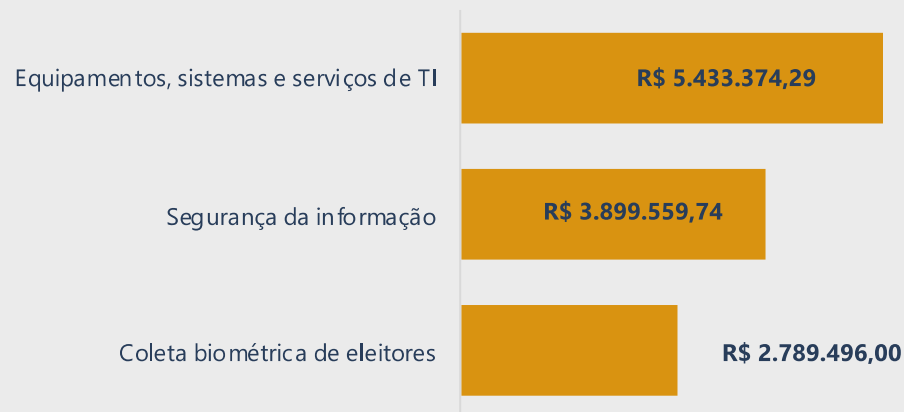


Figura 65 – Gráfico montante de recursos aplicados em TI por destinação

Contratações mais relevantes de recursos de TI:



Figura 66 – Gráfico - contratações mais relevantes de recursos de TI

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor:

O Plano Estratégico do TRE-SC estabelece três perspectivas sob as quais são estabelecidos os objetivos estratégicos: a) Resultados para Sociedade; b) Processos Internos; e c) Aprendizado e Crescimento. Alinhado à estratégia institucional foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2023-2024) vigente, que contém o detalhamento dos projetos e iniciativas e sua relação com os respectivos objetivos estratégicos e processos da cadeia de valor.

Cada solução tecnológica descrita nas seções subsequentes foi planejada e implantada para aprimoramento desses objetivos estratégicos e processos da cadeia de valor da Instituição, conforme vínculo estabelecido no PDTI entre a demanda recebida e o respectivo objetivo a ser alcançado.

Principais projetos relacionados aos macroprocessos finalísticos da Cadeia de Valor

- Eleições suplementares – Xavantina – 07/05/2023;
- Eleições Suplementares – Brusque – 03/09/2023;
- Eleições da comunidade, com destaque para as Eleições Estaduais dos Conselhos Tutelares de Santa Catarina.

Outras iniciativas relacionadas aos macroprocessos finalísticos da Cadeia de Valor

- Retomada da coleta biométrica em março de 2023, concluída em todo estado de SC em abril de 2023;
- Utilização do sistema de convocação de mesários do sistema ELO para as eleições suplementares (novas eleições) de Xavantina e Brusque.
- Gerenciamento dos locais de votação, visando a disponibilização de relatório para a análise gerencial pelos cartórios eleitorais dos locais de votação em relação a acessibilidade (Locais X Seções X Eleitores PcD) e percentual de ocupação.
- Para as eleições 2024, revisão das atividades do planejamento referentes a Coordenadoria de Eleições que correspondem a aproximadamente 31% de todo o planejamento da sede do TRE-SC e quase 68% das atividades dos cartórios eleitorais.
- Manutenção preventiva de 22.538 urnas eletrônicas.
- Recebimento e teste de aceite de 2.400 urnas eletrônicas modelo 2022.

Infraestrutura de TI

A infraestrutura tecnológica do Tribunal precisa ser mantida atualizada e aprimorada, para dar cabo às demandas existentes e aos constantes aperfeiçoamentos exigidos pelos serviços disponibilizados aos cidadãos. Nesse contexto, os principais projetos desenvolvidos estão destacados a seguir: elaboração e execução da proposta orçamentária para tecnologia da informação e *cibersegurança*; contratação de equipamentos para atendimento a projetos específicos (notebook para área de comunicação; estações de trabalho para equipe de desenvolvimento de sistemas, equipamento gerenciador de hardwares no *datacenter*, dispositivo tipo *webcam* corporativo para ambientes de reuniões); contratação de licenças de sistemas para manter a conformidade e *compliance* do licenciamento disponibilizado aos usuários (sistema operacional, ferramentas de gestão de *endpoints*); instalação de novos serviços de proteção de dados e segurança (antivírus, *proxy*); implantação de novo sistema de outsourcing de impressão, com disponibilização de 157 equipamentos para todas as unidades; adequação e modernização da infraestrutura de cabeamento estruturado de unidades da Justiça Eleitoral (sala de *coworking*, escola judiciária, zonas eleitorais - Palhoça, Quilombo, Turvo); distribuição de novos equipamentos para usuários (*notebooks* modernos e monitores maiores e com regulação de altura, permitindo melhor ajuste ergonômico); atualização de sistema operacional com início da remoção do SIS nas estações dos cartórios eleitorais e de sistemas obsoletos no parque computacional; início da migração do domínio de autenticação dos usuários da rede corporativa; implementação de campanha para troca de senha de usuários (aumento da segurança da informação); implementação de solução

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

tecnológica para o desligamento diário das estações de trabalho (economia de energia, aumento da segurança da rede, agenda ambiental); início de estudos para contratação de novo *backbone* de dados para as Zonas Eleitorais; elaboração de projeto para substituição dos equipamentos de climatização do *DataCenter*; início da migração da infraestrutura de ferramenta colaborativa para nuvem (implantação do *Google Workspace*); gerenciamento da distribuição de equipamentos para atendimento ao Projeto Justiça Eleitoral em Movimento de 115 postos de atendimento volante; gerenciamento e preparação de equipamentos obsoletos para processo de doação; tratamento de 20.356 incidentes/requisições/mudanças de TI que foram registrados pelos usuários.

Soluções de TI

Solução de Leitura de Totalização de *BUs (QRTot)*: foram desenvolvidas melhorias no sistema culminando com sua utilização de forma plena nas Eleições Suplementares de Brusque e nas eleições comunitárias do Conselho Tutelar de Santa Catarina; Solução de Votação pela Internet (*e-Voto*): foi utilizada como principal ferramenta para gestão, votação e totalização dos votos de forma eletrônica pela internet nas eleições comunitárias da Secretaria de Administração Prisional de Santa Catarina e da Associação dos Magistrados Catarinenses. Para isso foram desenvolvidas melhorias no sistema; Desenvolvimento de Sistemas para as Eleições dos Conselhos Tutelares de Santa Catarina: sistema agregador de seções (utilizado pelos cartórios eleitorais) e sistema de candidaturas (utilizado pela comissão especial de cada município); Implantação do Sistema *Coyote* para gestão, desempenho e avaliação de servidores no modelo de gestão por competências; Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para gestão de documentos e processos eletrônicos; Contratação de Ferramentas de Segurança para o sistema gerenciador de banco de dados corporativo a fim de aprimorar as medidas técnicas de segurança da informação visando defesa, proteção e monitoramento de dados organizacionais nos bancos de dados hospedados na infraestrutura do TRE-SC; Integração dos Sistemas Portal do Mesário, *AUGE*, *e-Voto* com a Plataforma GOV.BR para aumentar a segurança no acesso e requisitos previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados; Implantação do Painel de Autogerenciamento das Zonas Eleitorais que tem por finalidade centralizar, em um único painel, as demandas atualizadas da zona eleitoral, permitindo o gerenciamento das atividades cartorárias e administrativas além de possibilitar, ainda, visão geral das principais carências das zonas oportunizando estratégias de orientação e de fiscalização pelas corregedorias; Implantação de Solução de *Business Intelligence* para geração de painéis estratégicos e *dashboards* que facilitam a visualização e gerenciamento de informações como estatísticas do Poder Judiciário, gestão orçamentária, perfil do eleitorado, dados processuais de primeira e segunda instância, indicadores de auditorias, entre outros; Implantação da *Suíte* de Ferramentas da *Google* chamada *Google Workspace* com objetivo de melhorar e otimizar a comunicação e colaboração bem como outros processos de negócio; Desenvolvimento do Portal da Justiça Eleitoral em Movimento com o intuito de divulgar e expandir os serviços eleitorais a comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial; Implantação da Gestão Automatizada de Orquestração de *Containers* através da ferramenta *Google Kubernetes Engine* permitindo eliminar diversas tarefas manuais envolvidas na manutenção e administração dos serviços de TI bem como possibilitar sua escalabilidade e portabilidade para a nuvem; Participação na Comunidade Janus da Justiça Eleitoral para implantação da primeira iniciativa de Inteligência Artificial no âmbito do TRE-SC.

Segurança da informação:

Governança em Segurança da Informação: Evolução no índice de Aderência à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) de 37,69% em 2022 para 42,71% em 2023.

Ações de capacitação para usuários finais: O Programa de Conscientização em Segurança da Informação alcançou 767 pessoas, através da disponibilização de 10 módulos de treinamento, totalizando 6731 horas de atividades de conscientização em 2023.

Ações de treinamento para técnicos especializados: Ao longo do ano 17 técnicos participaram de 816 horas de treinamentos técnicos especializados em Segurança da Informação.

Certificações em Segurança: 1 servidor obteve a Certificação *CompTIA Security+*.

Projetos finalizados: Implantação e Configuração de *Web Application Firewall (WAF)*; Implantação e Configuração de Solução de Segurança para o *Active Directory*; Implantação e Configuração de Solução de Gestão de Vulnerabilidades; Implantação e Configuração da Solução de Múltiplo Fator de Autenticação.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Atividades rotineiras: Utilização, manutenção e atualização da ferramenta *Web Application Firewall (WAF)*, da Solução de Segurança para o *Active Directory*, da Solução de Gestão de Vulnerabilidades da Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação, da Solução de Gestão de *Endpoints* e *Patches*, da solução *PAM - Privileged Access Management*, da Solução de *Antimalware* e *XDR*; atendimento de ocorrências (tratamento de incidentes, orientações, configurações, análise de tráfegos) passou de 111 chamados em 2022 para 480 chamados em 2023; aplicação de 4.034 *patches* e/ou mitigação de vulnerabilidades em servidores classificados como altas e 1020 denominadas críticas.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação

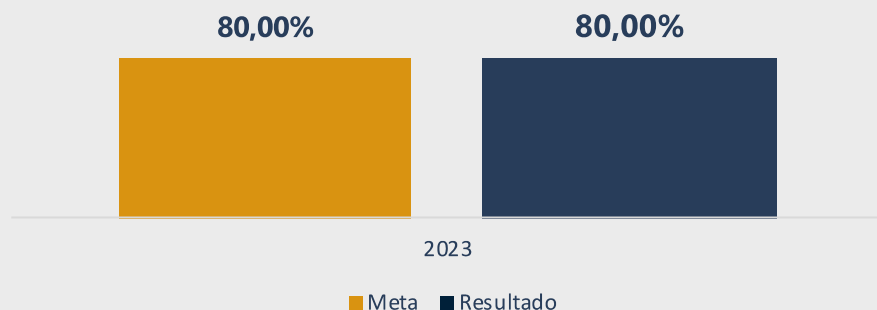


Figura 67 – Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - 2023

Para medir o desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação em 2023 foram selecionados 15 indicadores táticos: IT01 - KR1.1 - Atingir 50% no índice de satisfação dos usuários externos de TIC até 2024; IT02 - KR1.2 - Atingir 85% no índice de satisfação dos usuários internos de TIC até 2024; IT03 - KR1.3 - Manter o índice de satisfação dos usuários internos de TI com o serviço de atendimento (*servicedesk*) em 95% ou mais; IT04 - KR2.1 - Manter acima de 80% o índice de serviços digitais da Carta de Serviços do Eleitor até 2024; IT05 - KR3.1 - Realizar no mínimo 20 horas anuais de capacitação em tecnologia da informação para , no mínimo 75% dos servidores da STI;

IT06 - KR4.1 - Efetivar, além das publicações obrigatórias, 20 (vinte) publicações anuais no *Connect-Jus* até 2024; IT07 - KR4.2 - Participar do desenvolvimento colaborativo de uma solução por ano até 2024; IT08 - KR5.1 - Manter, ao menos, o nível de maturidade Aprimorado no *iGovTIC-JUD* até 2024; IT09 - KR5.2 - Manter o índice de desempenho de TIC acima de 80% até 2024; IT10 - KR6.1 - Atingir, no mínimo, 80% de acurácia nas contratações de TIC até 2024; IT11 - KR7.1 - Manter abaixo de 10 as infrações à LGPD derivadas de serviços de TI; IT12 - KR7.2 - Atingir 50% de aderência à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) até 2024; IT13 - KR7.3 - Manter na estrutura organizacional de unidade com 2 servidores com dedicação exclusiva à área de segurança da informação até 2024; IT14 - KR8.1 - Manter a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC de, no mínimo, 95% até 2024; e IT15 - KR8.2 - Manter o atendimento ao acordo de nível de serviços de TI de, no mínimo, até 2024. Destes, 3 não atingiram a meta no exercício: IT06: Meta: 15. Resultado: 10; IT10: Meta: 60%. Resultado: 56,12%; IT11: Meta: 60%. Resultado: 53,98%. Justificativa: Ao analisar as metas não alcançadas, é evidente que os valores obtidos se aproximam do alvo estipulado, mas permaneceram aquém do objetivo final. Os indicadores IT10 e IT12 ficaram abaixo aproximadamente 10% das metas fixadas para o exercício. Com ajustes pontuais e um acompanhamento mais próximo, há perspectiva de atingi-las no próximo ciclo. Já quanto ao IT06 demandará reavaliação dos procedimentos das publicações no *Connect-Jus* para que a meta possa ser atingida.

Os principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios são: substituir solução central de comunicação de dados e firewall; instituir normas complementares à Política de Segurança da Informação; realizar testes de intrusão no ambiente; e realizar análise de vulnerabilidades em sistemas de acesso externo.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5.7 Gestão Judiciária

Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário:

A medição do cumprimento das metas anuais estabelecidas no Plano Estratégico – Ciclo 2021-2026 do TRE-SC objetivam o fortalecimento da relação institucional com a sociedade, a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento da governança e gestão institucional.

Dessa forma, a atuação jurisdicional do Tribunal se encontra sujeita às metas nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre as quais se destacam as Metas 1, 2 e 4, cujos resultados estão descritos abaixo.

No tocante à Meta 1 do Poder Judiciário – que estabelece o julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano de 2022 –, atestando a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais e garantindo a diminuição do acervo processual, o Tribunal atingiu o índice de 93,95%, atingindo desempenho muito próximo à meta. Deve ser pontuado que no ano de 2023 houve um incremento no número de casos novos, em especial de feitos da classe de Prestação de Contas Eleitorais alusivos ao pleito de 2022, que são considerados distribuídos todos (à exceção dos candidatos eleitos, que são analisados e julgados já no ano de 2022) em janeiro de 2023. Referida classe tem exigido pormenorizada análise dos setores técnicos, pois passaram a movimentar significativos recursos públicos (Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC e Fundo Partidário), o que impacta, de certa forma, na agilidade dos julgamentos dessa natureza.

Com relação à Meta 2, que consiste em identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021 – averiguando-se, com isso, a razoável duração do processo e a baixa de processos de maior complexidade –, o Tribunal atingiu a meta em 141,72%, excedendo em muito a meta fixada.

Quanto à Meta 4, que objetiva priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais – apurada em duas submetas, uma voltada para as eleições de 2020 (identificar e julgar,

até 31/12/2023, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022) e outra para as eleições de 2022 (identificar e julgar, até 31/12/2023, 40% dos processos distribuídos até 31/12/2022) que possam importar na perda de mandato eletivo, o Tribunal cumpriu 100% da primeira submeta e 166,67% da segunda submeta, ultrapassando substancialmente a meta fixada.

Os resultados revelam que o planejamento das atividades foi fielmente executado por todos os atores envolvidos (seja no Tribunal seja nas Zonas Eleitorais), cumprindo com empenho e dedicação as tarefas e obtendo pleno êxito nas metas mais sensíveis para a sociedade, quais sejam, a meta 2 e a meta 4.

Destaca-se que, para efetivar o cumprimento das metas, o Tribunal adotou as seguintes ações:

a) identificação prévia e precisa dos processos mais antigos com foco na prioridade da tramitação e do julgamento; b) monitoramento mensal, por meio de relatórios automatizados, da distribuição de feitos e dos julgamentos efetuados; c) identificação aos juízes e assessores do resultado do monitoramento realizado; d) controle da data de entrada, no gabinete do relator, dos processos conclusos para julgamento, e; e) a realização do curso de nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, que proporcionou a sensibilização dos servidores, obtidos pela disseminação dos conceitos ligados ao tema.

Após a adoção dessas melhorias, constatou-se o alcance dos seguintes resultados: a) maior celeridade na identificação dos processos incluídos na meta; b) priorização sistemática na tramitação e acompanhamento dos processos, com foco nas particularidades da Justiça Eleitoral e alinhamento com as exigências legais de rito e prazo, que diminuem a perspectiva de celeridade nos termos fixados na meta; c) em decorrência dos itens a e b, houve um alinhamento da equipe de trabalho envolvida na aferição da meta, com maior comprometimento para alcançar o seu cumprimento.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

	Meta Nacional 1	Meta Nacional 2	Meta Nacional 4 (Eleições 2020)	Meta Nacional 4 (Eleições 2022)
TRIBUNAL	93,95%	141,72%	100%	166,67%

	Meta Nacional 1	Meta Nacional 2	Meta Nacional 4 (Eleições 2020)	Meta Nacional 4 (Eleições 2022)
2º GRAU	43,00%	140,10%	89,29%	166,67%

Função correcional

Em 2023, O TRE-SC, por meio da Corregedoria Regional Eleitoral (CRESC), realizou 23 inspeções de ciclo no referido ano e 1 correção extraordinária; 6 Zonas Eleitorais foram acompanhadas individualmente e 15 recomendações foram expedidas para juízos com deficiências. Para 2024 estão previstas 10 inspeções de ciclo.

Acompanhamento dos trabalhos cartorários – Metas do Poder Judiciário e Indicadores de Produtividade

	Meta Nacional 1	Meta Nacional 2	Meta Nacional 4 (Eleições 2020)
1º GRAU	102,87%	141,92%	125,00%

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Orientação Cartorária

Com o objetivo de conferir maior qualidade aos serviços executados, evitando vícios e irregularidades, o TRE-SC possui em sua estrutura a Corregedoria Regional Eleitoral, que realiza serviços de orientação aos cartórios eleitorais, nas temáticas: “cadastro eleitoral” e “prática cartorária/judiciária”, cujo trabalho pode assim ser resumido:

Orientação cartorária por forma e quantidade de atendimentos



Figura 68 - Gráfico - orientação cartorária por forma e quantidade de atendimentos

Atendimento ao público externo

66.285

Ligações telefônicas recebidas

A orientação ao público externo é feita pela publicação de informações e serviços no sítio deste Tribunal.

Por sua vez, o serviço telefônico de atendimento ao eleitorado **(0800 647 3888)** complementa a comunicação institucional, de modo permitir atenção a demandas individuais de maneira especializada.

Eleitorado com biometria (SC)

 84,37%

Operações no cadastro do eleitorado

 215.219

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Resultados das atividades operacionais relacionadas à gestão judiciária e à gestão do cadastro eleitoral:

Gestão Judiciária

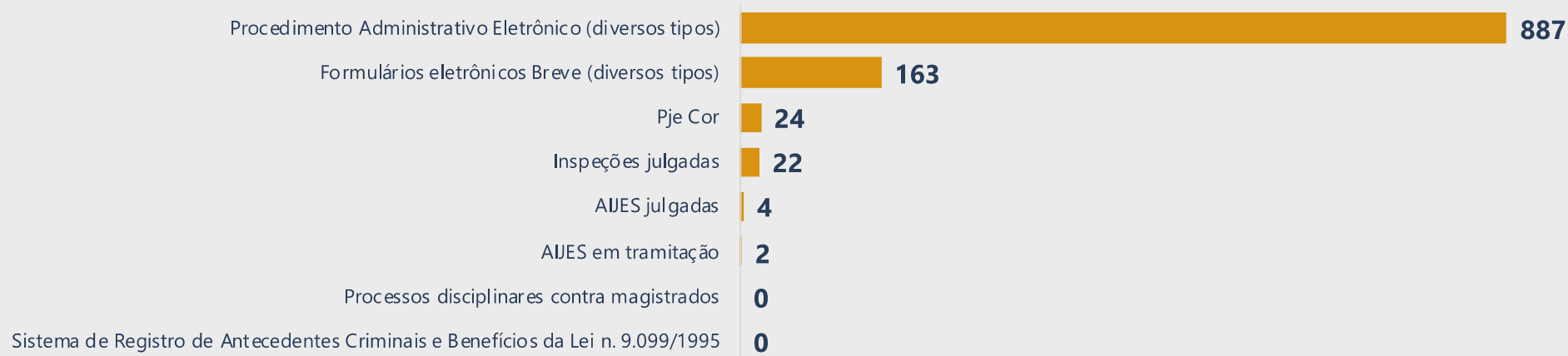


Figura 69 – Gráfico atividades relacionadas à gestão judiciária

Gestão do cadastro eleitoral

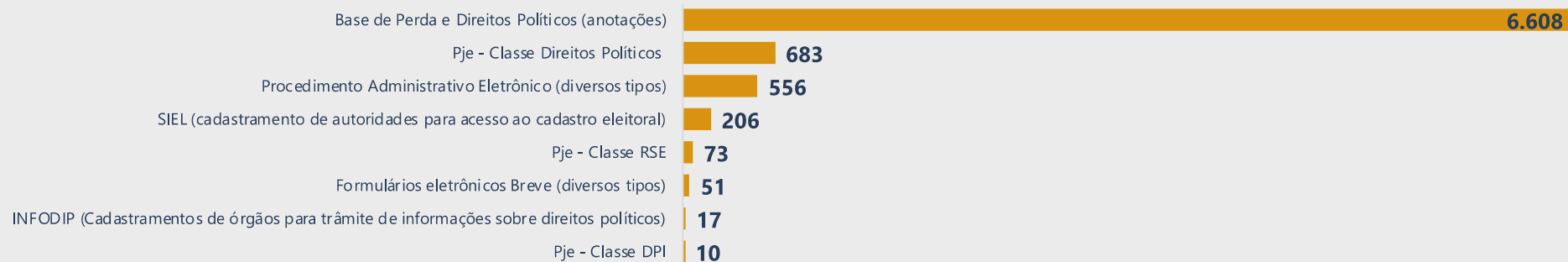


Figura 70 – Gráfico - atividades relacionadas à gestão do cadastro eleitoral

4.5.8 Sustentabilidade ambiental

Conformidade legal:



Considerando o disposto na Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e a Portaria TRE-SC/P nº 83/2021, que instituiu o Plano Estratégico do TRE-SC para o ciclo 2021-2026 e com base na série histórica dos resultados alcançados pelo Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina até o exercício 2023, após análise e consolidação dos documentos, especialmente com relação às novas ações, foram definidas as metas para o exercício 2023, sendo apreciadas pelas respectivas unidades gestoras. A elaboração do PLS para os exercícios subsequentes e respectivas metas, agora incorporadas ao corpo do documento, será atribuição da Unidade de Sustentabilidade, ainda pendente de criação pelo TRE-SC.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Plano de Ações aprovados direcionaram a sustentabilidade ambiental do TRE-SC para o exercício de 2023, os instrumentos especificaram as ações, indicadores e respectivas metas em vigência.

Baseado na Res. CNJ nº 400/2021, o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC definiu os objetivos gerais e específicos do instrumento, apresentou a metodologia utilizada para sua elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Contextualizou, ainda, a sua relação com o Plano Estratégico institucional e estabeleceu os indicadores de desempenho e as metas para diversos temas de relevante impacto no dia a dia da Administração.

Com a efetivação do Plano de Logística Sustentável, o TRE-SC reitera seu compromisso com o objetivo geral de garantir a promoção da sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social.

Índice de Desempenho da Sustentabilidade



78,80%

**Resultado divulgado no 7º Balanço da
Sustentabilidade do Poder Judiciário em
2023, referente ao Ano-base 2022.**

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

Contratações sustentáveis



29

Em 2023, 29 contratações observaram ao menos um critério de sustentabilidade do total de 166 contratações realizadas.

Os números dos editais das 29 contratações que incluíram critérios de sustentabilidade podem ser localizados no *link* a seguir: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/plano-de-logistica-sustentavel/licitacoes/2023/pregoes-criterios-de-sustentabilidade-2023/@@download/file/Pregoes%20-%20Critérios%20de%20Sustentabilidade%202023.pdf

Ações para redução do consumo de recursos naturais:

Quanto às ações para redução de consumo de recursos naturais, foram estabelecidas diversas no Plano de Logística Sustentável, sendo que a maioria é de ação continuada, sem prejuízo de sempre se buscar ampliar esse rol e torná-lo o mais eficiente possível. Todavia, cabe lembrar que em razão da Pandemia da Covid-19 houve uma grande redução nos consumos de diversos indicadores, considerando a nova realidade que se desenhou com o trabalho remoto ou teletrabalho, onde diversos recursos foram economizados. No entanto, é provável que verifiquemos um acréscimo acentuado nos consumos em 2024 novamente, tendo em vista a retomada do trabalho presencial em grande parte do exercício. De todo modo, entre as ações previstas podemos destacar aquelas constantes no Plano de Ação 2023, dentre as quais incluem-se ações para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes, especialmente ligadas à realização da maioria das atividades. O Plano de Ação 2023 pode ser consultado no link que encerra esse item, na aba Plano de Ação.

O relatório anual do Plano de Logística Sustentável apresenta os resultados alcançados pelo TRE-SC no exercício 2023 e os compara com os últimos exercícios de anos não eleitorais (2019 e 2021). São 87 indicadores relacionados aos temas: 1) papel; 2) copos descartáveis; 3) água envasada em embalagem plástica; 4) impressão; 5) energia elétrica; 6) água e esgoto; 7) gestão de resíduos; 8) Reformas e layout; 9) limpeza; 10) vigilância; 11) telefonia; 12) veículos; 13) combustível; 14) apoio ao serviço administrativo; 15) aquisições e contratações; 16) qualidade de vida; e 17) capacitação em sustentabilidade.

Em 2023 o TRE-SC aderiu à capacitação nacional em Planejamento e Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Justiça Eleitoral com o objetivo de capacitar servidores para elaboração do relatório de inventário de emissões de gases de efeito estufa da Instituição.

No sítio do Tribunal, na página do Plano de Logística Sustentável, estão publicadas as normas, planos de ação e relatórios de sustentabilidade, comparativos de anos eleitorais e anos não eleitorais.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Redução de resíduos poluentes

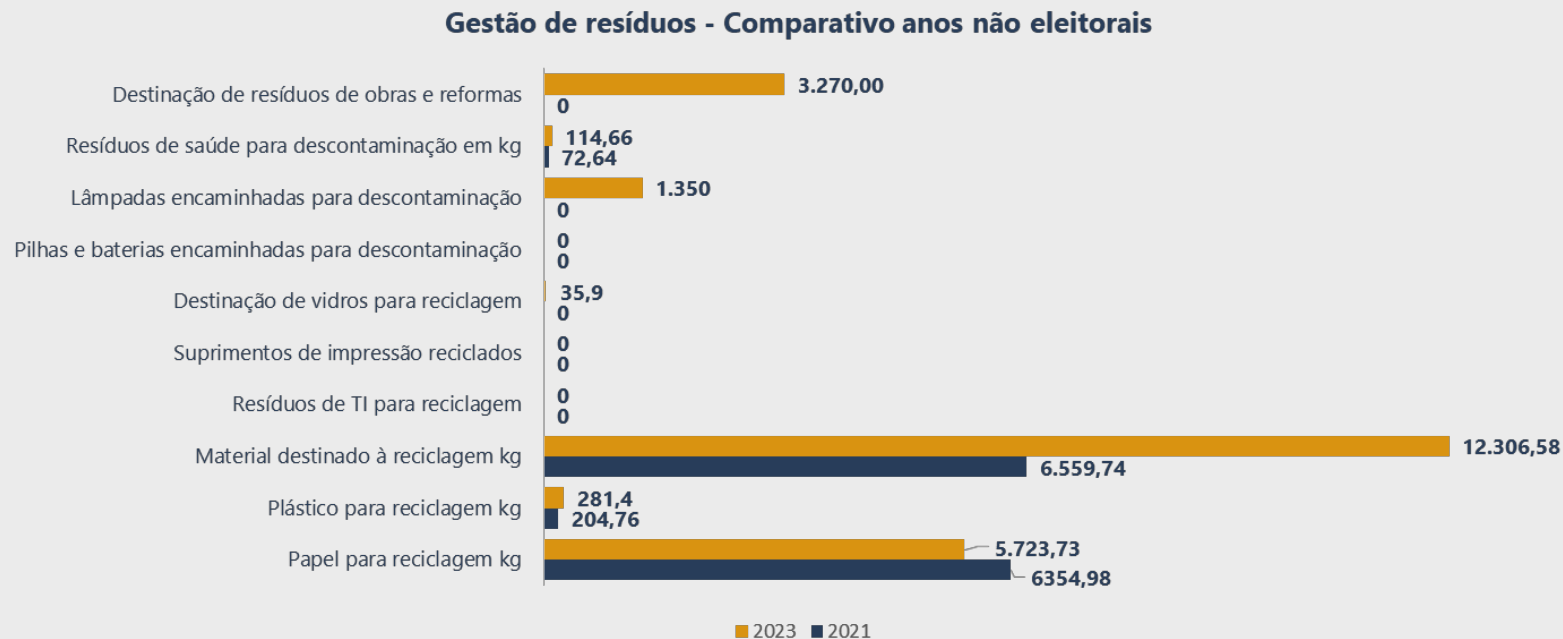


Figura 71 - Gráfico - gestão de resíduos - comparativo anos não eleitorais

Ainda quanto à gestão de resíduos, de modo a se verificar as reduções alcançadas é preciso compará-las com o outro ano de referência. Tendo em vista que 2023 foi ano não eleitoral, seu ano de referência seria 2021, considerando sobretudo a sazonalidade das atividades da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016 e glossário de antiga Resolução nº 201 do CNJ. De plano podemos notar a não geração de resíduos de TI para reciclagem, de suprimentos de impressão, e de pilhas e baterias. Além disso, percebe-se uma leve redução no montante de papel para reciclagem, da ordem de 9,93%; um relativo aumento na destinação de plástico, no percentual de 37,43%, o que se deve em grande parte à adoção de políticas de seleção de resíduos. Todavia, houve um aumento de resíduos de saúde no montante de 57,85%, o que se deu sobretudo em razão do atendimento presencial na unidade, com um maior consumo de material oriundo dos protocolos de segurança decorrentes da Pandemia da *Covid-19*. No que tange à destinação de resíduos de obras e reformas, verificou-se um total de 3.270 metros de material pela aferição realizada, sendo 100% do volume reciclado. Foram pesados 114,66 kg de resíduos de saúde no ano de 2023. Houve certo aumento na destinação de vidros para reciclagem, representando 35,90 kg, certamente devido à maior adoção do regime presencial.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/sustentabilidade/plano-de-logistica-sustentavel>

Relatório de Desempenho do PLS: https://www.tre-sc.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/plano-de-logistica-sustentavel/relatorios/relatorio-de-desempenho-anos-nao-eleitorais/relatorio-de-desempenho-2019-2021-2023/@@download/file/Relat%C3%B3rio%20de%20desempenho%202019-2021-2023.pdf

4.5.9 Acessibilidade e Inclusão

Índice de Acessibilidade e Inclusão



68,00%

O índice mede a implementação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal no âmbito da Instituição.

Em 2023 o TRE-SC encaminhou ações importantes para a Acessibilidade e Inclusão, dentre as quais destacam-se:

- Auxiliou na elaboração de cartaz de Atendimento Prioritário, que foi distribuído aos Cartórios Eleitorais e Centrais de Atendimento destinado ao atendimento dos eleitores;
- Participou na organização da palestra “Caminhando juntos pelo entendimento do Transtorno do Espectro Autista”, ocorrido no dia 27.4.2023;
- Apresentou a Cartilha de Acessibilidade para as Eleições, no evento Inovamente: acessibilidade e inclusão para pessoas neurodivergentes, ocorrido no dia 23.8.2023, com transmissão pelo Youtube e disponível no link: <https://www.youtube.com/live/1AupEBYIVns?si=SrUkoRZEmbft0oRZ>;
- Elaborou relatório detalhado que foi encaminhado ao Ministério Público Eleitoral, contendo problemas de acessibilidade nos locais de votação, em razão do disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência –, para que sejam tomadas as providências cabíveis para as Eleições 2024;
- Participou do 2º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, ocorrido no dia 30.11.2023, no Tribunal Superior Eleitoral;
- Encaminhou junto à unidade responsável o desenvolvimento de sistema para vocalização das senhas nas Centrais de Atendimento ao Eleitor.

O TRE-SC instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que é responsável pelo encaminhamento das referidas ações, tendo como principais competências propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comissoes/comissao-de-acessibilidade>

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.5.10 Inovação

Em 2023 o TRE-SC aperfeiçoou a inovação institucional, oficializando a criação, composição e atribuições do Laboratório de Inovação e de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, denominando-o InovaTRESC, bem como desenvolveu e instituiu um índice próprio (Índice de Inovação Institucional) para auxiliar no acompanhamento da evolução da inovação no âmbito estratégico da Instituição. O projeto foi desenvolvido pelo Laboratório para cumprimento da Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário, cadastrado e compartilhado na Plataforma da Rede de Inovação do Poder Judiciário – *RenovaJud* para as instituições que tiverem interesse em conhecê-lo.

O laboratório possui como objetivos: implementar a Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário no âmbito do TRE-SC; captar ideias para impulsionar projetos de inovação; promover a sensibilização e a conscientização relativas à importância da inovação para o aprimoramento contínuo do serviço público realizado pela Justiça Eleitoral; apoiar o desenvolvimento de projetos e soluções de inovação que contribuam para o alcance dos objetivos previstos no Plano Estratégico Institucional e no Plano de Logística Sustentável; e otimizar os processos de trabalho; aprimorar a prestação jurisdicional; e unir conhecimento, inovação e eficiência na prestação do serviço público, com o objetivo de gerar valor para a Instituição com novos produtos e serviços.

Índice de inovação institucional - detalhado por áreas

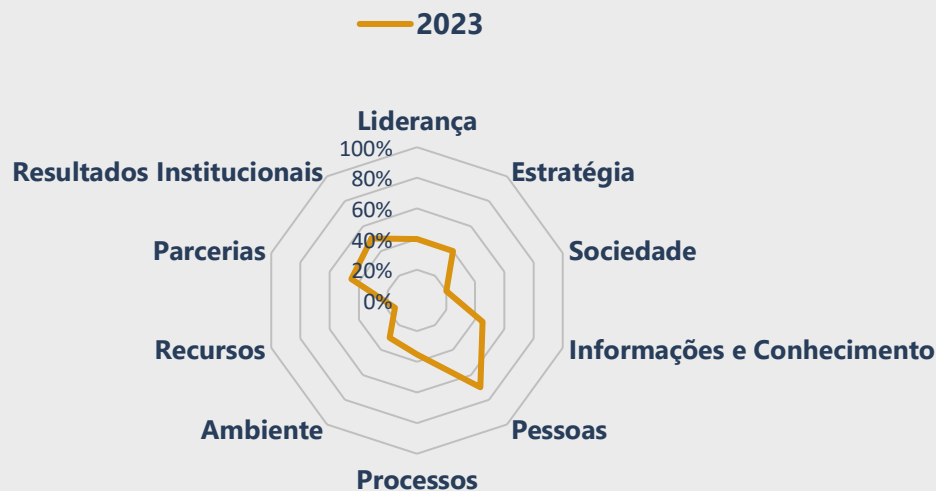


Figura 72 - Gráfico do Resultado do TRE-SC na medição inicial do Índice de Inovação Institucional - detalhado por áreas - Exercício 2023

Saiba mais: Portaria TRE-SC/P nº 110/2023: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1848758/portaria_pres_2023_110.pdf

Índice de Inovação Institucional: <https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=759>

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL E EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO

Cabe ressaltar que o orçamento para o ano de 2023 foi adequado para atender às necessidades de manutenção do Órgão.

O desempenho atual está de acordo com o planejado na proposta orçamentária do ano de 2023; não ocorreram situações que comprometeram o orçamento do TRE-SC, no período.

Inclusive, destaca-se, a respeito: 1) sobra orçamentária do orçamento de custeios, no valor de R\$ 1.438.458,04 e do orçamento de investimentos, no valor de R\$ 349.881,12, ambos na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário 0001; 2) sobra orçamentária de R\$ 29.962,07 na Ação Orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos; 3) sobra orçamentária de R\$ 17.310,00 na Ação Orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos de Tecnologia da Informação (TIC);

Portanto, não houve variações no resultado do ano de 2023, estando o planejamento orçamentário do TRE-SC compatível com as contratações realizadas.

Ainda que as metas previstas para o ano de 2023 tenham sido alcançadas, como desafio o TRE-SC está estudando maneiras de reduzir alguns custos, principalmente com a locação de imóveis.

Programas de Trabalho - Despesas Liquidadas (em R\$)



Figura 73 - Gráfico - Programas de Trabalho - Despesas Liquidadas (em R\$)

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Gastos com Pessoal - Despesas Pagas (em R\$)

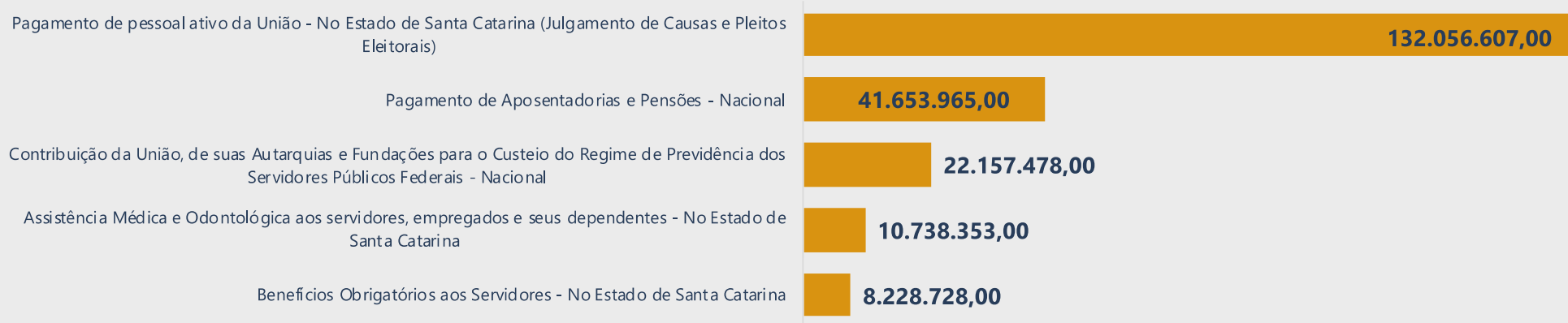


Figura 74 - Gráfico - Gastos com pessoal - despesas pagas (em R\$)

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS RELATIVOS À SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRE-SC, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/repactuações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRE-SC.

Seção composta por 3 servidores de carreira, com formação /experiência na área contábil/administrativa. (1 Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador, 1 Analista Judiciário - Área Administrativa, e 1 Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Responsável pela Seção/Chefe Titular: Marcos David Fermino, CRC/SC - 024.866/O-9 - matrícula funcional 106305, Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador.

Demais Servidores: Claudio Roberto Januário - Técnico Judiciário - Área Administrativa; Vilson Raimundo Rezzadori - Analista Judiciário - Área Administrativa.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964

Principais diretrizes contábeis:

Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público:

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Apresentação das demonstrações contábeis

Link de acesso para as Demonstrações Contábeis: <https://www.tre-sc.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.3 NOTAS EXPLICATIVAS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Anteriormente à edição das normas, o Imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá, pois passa a ser possível evidenciar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas é importante que esses períodos contábeis sejam o mais aproximado possível, pois neles serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos. Pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que ele dispõe.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

No momento em que o Ativo Imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses bens ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para, então, iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

Método de depreciação utilizado

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação nº 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano” (FRANCO, 1981, p. 178).

A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens. Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE (www.fipe.org.br), conforme sugestão contida na orientação SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na Orientação SOF/TSE nº 1/2010, bem como nas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e nº 1.137/2008.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.4 BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES

Mecanismos de Controle dos Procedimentos Contábeis

Os procedimentos adotados para o encerramento do exercício financeiro de 2023, que seguiram os parâmetros definidos na orientação SOF/TSE nº 03, de 24.11.2023, estão amparados pelo Manual SIAFI Web, código 02.03.18, e ainda pelo Manual código 02.03.17 – Restos a Pagar e 02.03.15 – Conformidade Contábil. Subsidiariamente, aplicam-se dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), da Lei nº 4.320/64, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 (Lei 14.436, de 09 de agosto de 2022), do Decreto nº 93.872/86 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9a edição e as Orientações Normativas SOF/TSE no 10/2018, 12/2019, 15/2022 e 17/2022.

Os atos e fatos contábeis foram registrados em conformidade com as normas supracitadas, visando garantir a confiabilidade e a regularidade da informação contábil.

Por fim, cabe salientar que os registros contábeis foram devidamente cotejados com os controles internos das demais unidades da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFIC.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem acessadas por meio do link: <https://www.tre-sc.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

5.4.1 Balanço Orçamentário

O Resultado Orçamentário no exercício de 2023 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 259.483.249,37 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos) e o total de Despesas Empenhadas de R\$ R\$ 259.483.249,37 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

5.4.2 Balanço Financeiro

O Resultado Financeiro no exercício de 2023 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 254.169.046,47) com os extra orçamentários (R\$ 16.430.996,29) que foi de R\$ 270.600.042,76 (duzentos e setenta milhões, seiscentos mil, quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), e dos dispêndios orçamentários (R\$ 259.483.249,37), transferências financeiras concedidas (R\$ 1.829.998,85) e dispêndios extra orçamentários (R\$ 7.475.175,74) que foi de R\$ 268.788.423,96 (duzentos e sessenta e oito milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos). Do confronto dos valores de ingresso e dispêndio restou um resultado positivo de R\$ 1.811.618,80 (um milhão, oitocentos e onze mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos), o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$ 3.083.121,72) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 1.271.502,92).

5.4.3 Balanço Patrimonial

Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

Ativo Não Circulante: O Ativo Não Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, deduzidos pela Depreciação e Amortização.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Passivo Circulante: O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Passivo Não Circulante: O Passivo Não Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2023.

Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2023 demonstra o total do Ativo de R\$ 115.680.137,48 e o total do Passivo de R\$ 1.249.375,97, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 114.430.761,51, o qual está constituído pelo Resultado do Exercício de R\$ 6.854.253,34 (superávit), pelos Resultados de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 101.436.150,91 e pelo valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 5.782.489,29 (positivo). O valor de ajuste de exercícios anteriores decorre de ajustes na reavaliação das urnas eletrônicas, conforme lançamentos efetuados pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio no SIAFI.

5.4.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP do exercício de 2023 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 265.224.980,46, e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 258.370.727,12, gerando como resultado patrimonial do período um superávit de R\$ 6.854.253,34 (seis milhões, oitocentos e cinquenta quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Analizando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2023 e comparando com o resultado de 2022, o qual foi um superávit de R\$ 17.378.558,74, pode ser observado que houve uma redução no resultado da ordem de 60,55%.

5.4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2023 foi positiva, no montante de R\$ 1.811.618,80 (um milhão, oitocentos e onze mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos).

Em relação à Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, o TRE-SC não foi objeto de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público.

Com relação às informações sobre o setor de contabilidade, a Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRE-SC, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/repactuações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRE-SC (art. 23, I, da Res. TRE-SC nº 7.930/2015).

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem acessadas por meio do link <https://www.tre-sc.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

6

ANEXOS E APÊNDICES



6. ANEXOS E APÊNDICES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Presidente do TRE-SC.....	6
Figura 2 - Resultado do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC – 2023.....	8
Figura 3 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Prestação Jurisdicional em Matéria Eleitoral.....	9
Figura 4 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Organização e Realização de Processos Eleitorais.....	10
Figura 5 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Gestão dos Cadastros Eleitorais.....	11
Figura 6 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Educação Eleitoral e Ações de Cidadania	12
Figura 7 - Resultados macroprocesso de Liderança, Estratégia e Controle: Governança e Gestão Institucional	13
Figura 8 - Edifício sede do TRE-SC	15
Figura 9 - Plenário do TRE-SC.....	15
Figura 10 - Estrutura orgânica simplificada do TRE-SC vigente em 2023	16
Figura 11 - Modelo de Negócio do TRE-SC	18
Figura 12 - Macroprocessos de 2º Nível da Cadeia de Valor do TRE-SC.....	19
Figura 13 - Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas.....	20
Figura 14 - Etapa preparatória do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas em Brusque, 2023.....	20
Figura 15 - Relação com os destinatários de bens e serviços produzidos pela organização.....	21
Figura 16 - Canais de Comunicação Oficiais do TRE-SC	22
Figura 17 - Campanhas institucionais.....	23
Figura 18 - Processo de definição da materialidade das informações para o Relatório de Gestão 2023.....	25
Figura 19 -Mapa de Riscos Residuais em 20 de novembro de 2023	28
Figura 20 - Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.....	35
Figura 21 - Cartilha do Plano Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026.....	38
Figura 22 - Mapa Estratégico do TRE-SC - Ciclo 2021-2026.....	39
Figura 23 - Processo de elaboração do Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.....	46
Figura 24 - Link para o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional - Exercício 2023.....	46
Figura 25 – Gráfico e painel de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC	47
Figura 26 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade	49
Figura 27 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Processos Internos.....	51
Figura 28 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento	53
Figura 29 – Evolução da execução orçamentária da despesa por função (em R\$).....	54
Figura 30 - Detalhamento das despesas por grupo	54
Figura 31 - Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC - 2023.....	55
Figura 32 - Fluxo do processo de apuração de custo	57
Figura 33 - Itens de custo.....	58
Figura 34 - Atividades / Serviços.....	58

6. ANEXOS E APÊNDICES

Figura 35 - Gráfico - 10 maiores itens de custo (em R\$ mil).....	59
Figura 36 - Custos por subgrupos (em %)	59
Figura 37 - Custo por atividades / serviços (em %)	59
Figura 38 - Gráfico de distribuição dos recursos entre área finalística e de suporte.....	60
Figura 39 - Gráfico funcionamento da Secretaria v. Atendimento ao Público (em %).....	60
Figura 40 – Gráfico força de trabalho total do TRE-SC em 2023.....	63
Figura 41 – Gráfico servidores por cargo efetivo.....	64
Figura 42 – Gráfico servidores por gênero.....	64
Figura 43 – Gráfico ocupação de função comissionada.....	64
Figura 44 – Gráfico ocupação de cargos comissionados	64
Figura 45 - Gráfico cargos efetivos por lotação	64
Figura 46 – Gráfico grau de escolaridade.....	64
Figura 47 – Gráfico Servidores por faixa etária (em %).....	65
Figura 48 – Gráfico número de servidores com deficiência (por tipo).....	65
Figura 49 – Gráfico detalhamento da despesa de pessoal dos últimos anos	66
Figura 50 – Gráfico despesas do Programa de Assistência à Saúde (PAS)	67
Figura 51 – Gráfico contratações por ano.....	68
Figura 52 – Gráfico execução orçamentária por tipo	68
Figura 53 – Gráfico participantes por ano.....	68
Figura 54 – Gráfico regime de trabalho (em %)	70
Figura 55 – Gráfico regime de trabalho não presencial por lotação (em %)	70
Figura 56 - Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de pessoas - 2023.....	71
Figura 57 - Gráfico serviços contratados para funcionamento administrativo (em R\$).....	73
Figura 58 – Gráfico detalhamento da dispensa de licitação pelo valor.....	74
Figura 59 – Gráfico detalhamento dispensa de licitação.....	74
Figura 60 – Gráfico detalhamento inexigibilidades.....	74
Figura 61 – Gráfico – contratações diretas por tipo (em quantidade).....	75
Figura 62 – Gráfico do resultado do índice de desempenho da gestão de contratações - 2023.....	76
Figura 63 – Gráfico principais bens permanentes incorporados - 2023.....	78
Figura 64 – Gráfico modelo de governança de TI no TRE-SC.....	81
Figura 65 – Gráfico montante de recursos aplicados em TI por destinação.....	82
Figura 66 – Gráfico - contratações mais relevantes de recursos de TI.....	82
Figura 67 – Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - 2023	85
Figura 68 - Gráfico - orientação cartorária por forma e quantidade de atendimentos	88
Figura 69 – Gráfico atividades relacionadas à gestão judiciária.....	89

6. ANEXOS E APÊNDICES

Figura 70 – Gráfico - atividades relacionadas à gestão do cadastro eleitoral	89
Figura 71 - Gráfico - gestão de resíduos - comparativo anos não eleitorais	92
Figura 72 - Gráfico do Resultado do TRE-SC na medição inicial do Índice de Inovação Institucional - detalhado por áreas - Exercício 2023	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referencial Estratégico - Ciclo 2021-2026.....	17
Tabela 2 – Relação de riscos residuais	29
Tabela 3 - Resultados para a Sociedade - Oportunidades e Perspectivas Futuras.....	30
Tabela 4 - Processos Internos - Oportunidades e Perspectivas Futuras	31
Tabela 5 - Aprendizado e Crescimento - Oportunidades e Perspectivas Futuras.....	32
Tabela 6 - Resultado da autoavaliação iGG 2023	37
Tabela 7 - Instrumentos de curto e médio prazos para viabilizar a estratégia institucional	40
Tabela 8 - Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício 2023	41
Tabela 9 - Perspectiva Sociedade - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos	44
Tabela 10 - Perspectiva Processos Internos - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos	45
Tabela 11 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos.....	45
Tabela 12 - Perspectiva Sociedade - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício	48
Tabela 13 - Perspectiva Processos Internos - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício	50
Tabela 14 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício	52

6. ANEXOS E APÊNDICES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	MPE – Ministério Público Eleitoral
AIJE – Ação de Investigação Judicial Eleitoral	PAE – Processo Administrativo Eletrônico
AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
BI – <i>Business Intelligence</i> (Inteligência de Negócios)	PJE – Processo Judicial Eletrônico
CGC – Conselho de Governança Corporativa	PLS – Plano de Logística Sustentável
CNJ – Conselho Nacional de Justiça	RAE – Reunião de Análise da Estratégia
COBIT – <i>Control Objectives for Information and related Technology</i>	RDEI – Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional
COFIC – Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Res. – Resolução
CPCI – Comitê Permanente de Integração e Comunicação	SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
CPGE – Comitê Permanente de Gestão Estratégica	SEI – Sistema Eletrônico de Informações
CRE - Corregedoria Regional Eleitoral	SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
DFC – Demonstrações dos Fluxos de Caixa	SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
DG – Diretoria-Geral	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais	SIGEC – Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
EAD – Educação a distância	SOF/TSE - Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral
EJESC – Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina	SPU – Secretaria do Patrimônio da União
ELO – Cadastro Nacional de Eleitores	STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
ENTIC-Jud – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário	STN- Secretaria do Tesouro Nacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	TCU – Tribunal de Contas da União
IN – Instrução Normativa	TI – Tecnologia da Informação
ITIL - <i>Information Technology Infrastructure Library</i>	TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
LAI – Lei de Acesso à Informação	TRE-SC – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias	TSE – Tribunal Superior Eleitoral
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
LOA – Lei Orçamentária Anual	UG – Unidade Gestora
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal	UPC – Unidade Prestadora de Contas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

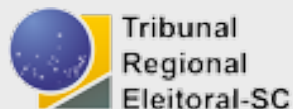
Rua Esteves Júnior, 68 – Centro

Florianópolis/SC

CEP: 88015-130

Tel.: (48) 3251-3700

ACOMPANHE NOSSOS CANAIS OFICIAIS



tre-sc.jus.br



[Facebook.com/trescjsbr](https://facebook.com/trescjsbr)



twitter.com/trescjsbr



instagram.com/trescjsbr/



youtube.com/canalTREC



flickr.com/trescjsbr



tiktok.com/@trescjsbr

EQUIPE DE EDIÇÃO

Coordenação

Augusto César Campos

Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

Responsabilidade pelo conteúdo

Assessoria de Comunicação Social

Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

Secretaria de Administração e Orçamento

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Tecnologia da Informação

Secretaria Judiciária

Capa, projeto visual, consolidação e editoração

Daniel da Rosa Vargas

Sérgio Manoel Martins

Designers

Ana Cristina de Menezes

Érica Airoidi Kolodziejcki

Yasmin Garcia D'Ávila

Apoiaram o projeto

Kris Nereid Ferreira Lima

Marcos Vinícius Silva Andrade

Revisão final

Cláudia Menezes Moure

Luciana Ferreira

Assessoria Jurídica da Presidência



MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

Transparência – Ética – Imparcialidade
Respeito – Comprometimento – Inovação
Coerência – Cooperação – Integridade

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

